



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

TANIA JUCILENE VIEIRA VILELA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGRD)
HISTÓRICO, PROCESSOS E FASES**

**DOURADOS-MS
2019**

TANIA JUCILENE VIEIRA VILELA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
HISTÓRICO, PROCESSOS E FASES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Giselle Cristina Martins Real.

DOURADOS-MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V699i Vilela, Tania Jucilene Vieira
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD) : histórico,
processos e fases [recurso eletrônico] / Tania Jucilene Vieira Vilela. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Giselle Cristina Martins Real.
Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2019. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Educação à distância. 2. Educação superior. 3. Política educacional. 4.
Institucionalização. I. Real, Giselle Cristina Martins. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que
citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tania Jucilene Vieira Vilela

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD) HISTÓRICO, PROCESSOS E FASES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de Políticas e Gestão da Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Giselle Cristina Martins Real
Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD)_____

Prof. Dr. Damião Duque de Farias
Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD)_____

Profª Drª Maria Alice de Miranda Aranda
Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD)_____

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, por ser o dono da minha vida, pela sabedoria, entendimento, saúde e disposição nos momentos de maior fraqueza que foram fundamentais para ultrapassar todos os obstáculos e chegar à realização deste trabalho.

À Professora Giselle Cristina Martins Real pelo carinho e paciência ao longo desse tempo, como orientadora, amiga, psicóloga e confidente. Não tenho palavras para expressar o quanto sua força foi fundamental para chegar até esse momento.

À professora Maria Alice de Miranda Aranda, pelos ensinamentos nas aulas do curso e as contribuições de grande valia efetuadas no momento da qualificação, o que possibilitou finalizar esse trabalho com esmero.

Ao professor Damião Duque de Farias, pela honra ao ter aceitado o convite para estar participando em mais um momento sublime para minha carreira. Agradeço toda experiência vivenciada durante os anos que tive a oportunidade de trabalhar ao seu lado.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFGD pelas chances de aprendizado em todas as disciplinas cursadas.

Aos meus pais Francisco e Ebe, pelas palavras de incentivo e todas as orações efetuadas nas madrugadas em prol do meu objetivo. O meu maior amor e respeito por vocês.

Aos meus filhos João Pedro e Samuel, pelas ausências, indisposições e muitas crises de ansiedade. Vocês são a razão do meu viver.

Ao Francisco Vilela, pela paciência e compreensão. Você é especial para mim.

À minha irmã Renata Consuelo pelo apoio e o orgulho sentido quando entrei no Programa de Mestrado. A você todo meu carinho.

Às amigas que fiz no mestrado, cuja amizade se estendeu para além da sala de aula: Fabrícia Gonçalves da Costa e Etiene Paula da Silva Diniz.

Aos demais colegas das linhas de pesquisa do mestrado e doutorado que tivemos a oportunidade de trabalhar juntos nesta jornada.

Aos colegas do grupo PAES, pelos momentos de estudos vivenciados.

Aos técnicos da Faculdade de Educação, Fernanda, Valquíria e Elisa pela atenção, simpatia e presteza em todas as vezes que procurei.

A todos da EaD: a Diretora Prof^a Elizabeth Matos Rocha, docentes e técnicos que torceram por mim e colaboraram para que os dados referidos neste trabalho tivessem êxito. Em especial a colega e amiga Prof^a. Rosineide da Silva, pelos artigos assinados em conjunto e toda atenção nos momentos em que mais precisei.

VIELA, Tania Jucilene Vieira. **Institucionalização da Educação à Distância na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): histórico, processos e fases**. 2019. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

RESUMO

A presente dissertação trata de investigação que tem como objetivo analisar o processo de institucionalização da Educação à Distância (EaD) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A EaD foi integrada à UFGD, a partir de sua adesão ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Acordo de Cooperação n. 01/2010 com a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde um de seus objetivos visava a expansão da Educação Superior no país. A proposta de investigação está vinculada ao projeto de pesquisa “Institucionalização da Educação Superior a Distância nas Instituições Federais de Ensino Superior da Região Centro-Oeste”. Justifica-se o interesse por essa temática, considerando a centralidade que a educação a distância adquire nas políticas de acesso à educação superior, de acordo com Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, incluindo a flexibilidade para alcance de todas pessoas e em lugares distantes da oferta de educação superior presencial. A metodologia utilizada foi pautada em pesquisa documental, tendo como fonte primária informações coletadas nos arquivos da universidade no período de 2010 a 2017. Realizou-se, também, levantamento bibliográfico junto a bases de dados físicas e *on-line*. O estudo está embasado no referencial teórico-metodológico neoinstitucionalista, que informa que o processo de institucionalização é desencadeado em fases, que são: mobilização, implementação e institucionalização propriamente dita. A questão norteadora da pesquisa consiste em: Como e de que forma se desenvolve o processo de institucionalização da EaD na UFGD? Foi possível observar que o processo de institucionalização da EaD na UFGD se inicia por meio de indução das políticas federais, especificamente, o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A adesão a UAB vai proporcionar à gestão institucional, desencadear medidas de mobilização dos segmentos institucionais a partir da contratação de docentes, técnicos e alunos que passam a receber recursos por meio de bolsas para as funções de coordenação de cursos, docentes e tutores. O envolvimento dos segmentos institucionais, viabilizou o contexto favorável para a implementação das condições estruturais promovida pelos gestores, que culminou na construção e constituição da Faculdade de educação a distância equiparando a mesma organização dos cursos presenciais. Também houve a participação dos representantes da Faculdade de Educação a Distância, junto aos conselhos superiores com finalidades deliberativas. A gestão institucional também incorporou outras formas de expansão da EaD para além dos cursos da UAB, como foi o caso da criação do curso de Letras/Libras vinculado ao Programa Viver sem Limites. Apesar das medidas implementadas alcançar a base estrutural da instituição, não chegou a blindar o processo de institucionalização da EaD dos efeitos de contenção de recursos federais, que implicou na paralisação das obras de construção do prédio destinado a EaD. Portanto, o processo de institucionalização da EaD ascendeu a fase de implementação, mas conseguindo avançar até a sua institucionalização efetiva, capaz de garantir os parâmetros de expansão pretendidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e de sua autonomia no desenvolvimento dos cursos, a exemplo do que ocorre com os cursos na modalidade presenciais.

Palavras-chave: Educação a Distância. Educação Superior. Política Educacional. Institucionalização.

ABSTRACT

The present dissertation deals with research that aims to analyze the Distance Education (EAD) institutionalization process at the Federal University of Grande Dourados (UFGD). The EAD was integrated with the UFGD, from its Program Open University of Brazil (UAB), through Cooperation Agreement n.01/2010 with the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), where one of its objectives was to expand Higher Education in the country. The research proposal is linked to the research project "Institutionalization of Distance Higher Education in the Federal Institutions of Higher Education of the Region Midwest". The interest for this theme is justified, considering the centrality that distance education acquires in the policies of access to higher education, of in accordance with the National Education Plan (PNE) 2014-2024, including the for reach of all people and in places far from the offer of higher education presencial. The methodology used was based on documentary research, primary source information collected in the archives of the university in the period of 2010 to 2017. A bibliographic survey was also carried out with physical and online. The study is based on the theoretical and methodological neoinstitucionalista, which informs that the process of institutionalization is triggered in stages, which are: mobilization, implementation and institutionalization itself. The guiding question of the research is: How and in what way does the process of institutionalization of EAD at UFGD? It was possible to observe that the process institutionalization of the DAF in the UFGD begins with the induction of policies Federal University, specifically, the Open University of Brazil (UAB) Program. The adhesion UAB will provide institutional management, initiate measures to mobilize the institutional segments from the hiring of teachers, technicians and students who receive resources through scholarships for the coordination functions of courses, teachers and tutors. The involvement of the institutional segments enabled the favorable to the implementation of the structural conditions promoted by managers, which culminated in the construction and constitution of the Faculty of Distance Education the same organization of the face-to-face courses. There was also participation of representatives of the Faculty of Distance Education, together with the superior councils for deliberative purposes. The institutional management also incorporated other forms of expansion of the EaD in addition to the UAB courses, as was the case of the creation of the Literature / Pounds course linked to the Living Without Limits Program. Although the measures implemented reached the structural basis of the institution, to shield the process of institutionalization of the EAD from the resource containment effects which resulted in the construction works being stopped at the EaD. Therefore, the process of institutionalization of EaD implementation, but progressing to its effective institutionalization capable of to guarantee the desired expansion parameters in its Development Plan Institution and its autonomy in the development of the courses, as occurs with the courses in the face-to-face modality.

Keywords: Distance Education. University education. Educational politics. Institutionalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Documentos do COUNI: período de 2010 a 2017	21
Quadro 2 - Documentos do CEPEC: período de 2010 a 2014	23
Quadro 3 - Documentos da Coordenação dos Cursos de Graduação da EaD: período 2010 a 2014.	24
Quadro 4 - Documentos do Arquivo Institucional da EaD: período de 2010 a 2013	26
Tabela 1 - Número de matrículas da Educação Superior Brasileira Pública e Privada de 1995 a 2005	47
Gráfico 1 - Cursos a Distância no Brasil - 2016	48
Tabela 2 - Total de Matrículas em Cursos Presencial e a Distância no Brasil de 2006 a 2016.	49
Tabela 3 - Total de Matrículas em Cursos Presencial no Brasil de 2006 a 2016.	50
Tabela 4 - Total de Matrículas em Cursos a Distância no Brasil de 2006 a 2016.	50
Gráfico 2 - Evolução da Matrícula na Rede Federal por modalidade de Ensino – Brasil 2006 a 2016	52
Gráfico 3 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino em IES públicas e privadas: de 2007 a 2017.	53
Tabela 5 - Evolução das Matrículas nos Cursos de Graduação da Região Centro-Oeste – Estado de Mato Grosso do Sul	54
Gráfico 4 - Fases para o processo de Institucionalização	65
Figura 1 - Unidade I - Prédio que comporta a Reitoria e as Pró-Reitorias	82
Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFGD	83
Tabela 6 - Avaliação Institucional da UFGD: 2015 e 2016	86
Figura 2 - Prédio da Faculdade de Ciências Humanas – FCH	87
Quadro 6 - Estrutura organizacional das Unidades Acadêmicas da UFGD	87
Quadro 7 - Estrutura da Faculdade de EaD em 2014.	90
Quadro 8 - Estrutura Político-administrativa da Faculdade de Educação a Distância – EaD em 2017	91
Tabela 7 - Distribuição de Técnicos para as Unidades Acadêmicas (U.A) no ano de 2015.	96

Tabela 8 - Cursos e Vagas novas totais na Graduação – Plano de Expansão da EaD: de 2014 a 2017	98
Tabela 9 - Informações sobre matrículas, vagas e candidatos inscritos nos processos seletivos das Instituições que oferecem educação a distância na Região Centro-Oeste em 2015.	101
Figura 3 - Organograma da UFGD	108
Figura 4 - Fachada do prédio alugado em que está alocada a Faculdade de EaD	111
Quadro 9 - Servidores Técnicos da EaD/UFGD	112
Quadro 10 - Apoio Financeiro disponibilizado via UAB anos 2013 a 2018	117
Tabela 10 - Apoio Financeiro repassado pela UFGD: exercícios referentes aos anos 2015, 2016, 2017 e 2018	118
Figura 5 - Polos da EaD/UFGD no Estado de Mato Grosso do Sul	121
Quadro 11 - Cidades Polos dos Cursos de Graduação da EaD/UFGD	122
Quadro 12 - Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.	126
Figura 6 - Apresentação do Plano de Expansão da UFGD – 2011-2010 no MEC em 2011	131
Quadro 13 - Plano de Ação 2016-2019	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA/MOODLE	Ambientes Virtuais de Aprendizagem/ Modular Object Oriented Distance Learning.
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEC	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão.
CES/CNE	Câmara de Ensino Superior/ Conselho Nacional de Educação
CF	Constituição Federal
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coord.	Coordenadoria
COUNI	Conselho Universitário
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
DED/CAPES	Diretoria de Educação a Distância/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior
DPEE	Diretoria de Políticas de Educação Especial
EaD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACALE	Faculdade de Comunicação, Artes e Letras
FACE	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
FACET	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia
FADIR	Faculdade de Direito e Relações Internacionais
FAED	Faculdade de Educação
FAEN	Faculdade de Engenharia
FAIND	Faculdade Intercultural Indígena
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCBA	Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais
FCH	Faculdade de Ciências Humanas
FCS	Faculdade de Ciências da Saúde
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil

IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IGC	Índice Geral de Custos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
OCC	Orçamento de Custeio e Capital
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PL	Projeto de Lei
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAP	Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RG	Relatório de Gestão
RTR	Reitoria
Sec	Secretaria
SciElo	Scientific Electronic Library Online
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SESU	Secretaria de Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SisUAB	Plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil
SOC	Secretaria dos Órgãos Colegiados
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC's.	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
U.A	Unidade Acadêmica
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - A EAD NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	29
1.1 Mundialização/Globalização Capitalista/Sociedade do Conhecimento	29
1.2 Definições e Histórico da Educação à Distância	34
1.3 Ações Públicas para a Expansão da Educação Superior no Brasil no período de 1995 a 2016	39
1.4 A Expansão do Ensino Superior no Brasil e sua relação com a EaD	45
CAPÍTULO II - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EaD: CONCEITUAÇÃO E CONTEXTO	58
2.1 Concepções de institucionalização	58
2.2 Institucionalização: fases e processos	61
2.3 Fatores Influenciadores da Institucionalização	68
2.3.1 Estruturação da UAB e seu relacionamento com as Universidades	70
2.3.2 Função da CAPES	72
2.3.3 A Função dos entes federados e dos polos	75
2.4 A Cultura Institucional da UFGD	77
2.4.1 Caracterização Institucional da UFGD	78
2.5. Estrutura Física das Unidades Acadêmicas	85
2.5.1 Estrutura Administrativa e Pedagógica da EaD/UFGD	88
2.5.2 Pessoal: Técnico, Docente e Discente	93
2.5.3 Expansão Acadêmica	95
CAPÍTULO III - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA UFGD	100
3.1 A EaD/UFGD no contexto do Estado de MS	100
3.2 A Faculdade de Educação a Distância da UFGD: atores, processos e estrutura organizacional	103
3.3 Desenvolvimento de estruturas físicas	110
3.3.1 Quadro de Pessoal Técnico	112
3.3.2 Quadro de Pessoal Docente	115
3.3.3 Recursos financeiros disponibilizados para custeio dos Cursos a distância	116
3.4 Evolução Acadêmica	121
3.4.1 Cursos de Graduação da EaD/UFGD	123
3.4.2 Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> ofertados pela EaD/UFGD	125

3.5 Avanços e Limites da Institucionalização da EaD na UFGD	127
REFERÊNCIAS	139
Fontes orais	154
APÊNDICES	155
APÊNDICE A -Memorando nº. _/2018/TJVV	156
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	158

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a institucionalização da Educação a Distância (EaD) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A EaD foi integrada à UFGD a partir de sua adesão ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Acordo de Cooperação n. 01/2010 com a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e onde um de seus objetivos visava a expansão da Educação Superior no país.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi instituída pela Lei nº. 11.153 de 29 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), a partir do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), constituindo-se como uma política de expansão do Governo Federal. A UAB também é fruto desse processo de expansão da educação criada por meio do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006a)¹, visando fomentar a modalidade de Educação a Distância nas instituições públicas de ensino superior. Portanto, analisar o processo de institucionalização da EaD na UFGD contribui com o desvelar da política de expansão da educação superior, quando o Estado brasileiro buscou imprimir ações de vertente democratizante a partir da educação.

A investigação da temática está inserida na Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão da Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD e vinculada à Pesquisa em Rede intitulada: “Institucionalização da Educação Superior a Distância nas Instituições Federais de Ensino Superior da Região Centro-Oeste”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)².

A expansão da educação superior pública, na modalidade a distância está na pauta da agenda pública brasileira, considerando a sua inclusão nos dois últimos Planos Nacionais de Educação³, com vigência de 2001 a 2011 e de 2014 a 2024.

O PNE de 2001 a 2011, em seu item 6, já apontava a EaD como “um meio auxiliar de indiscutível eficácia” (BRASIL, 2001) para a universalização e democratização da educação no país. Nesse plano a EaD teve destaque, na medida em que sinaliza perspectivas de desenvolvimento da educação a partir dessa modalidade, incluindo a EaD na pauta da agenda governamental, seja por meio da regulamentação do credenciamento de instituições para a sua

¹ Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (BRASIL, 2006).

² Coordenada pelas professoras Daniela da Costa Britto Pereira Lima, da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Catarina de Almeida Santos, da Universidade de Brasília (UNB).

³ Lei nº. 10.172 de 09/01/2001 (BRASIL, 2001) e Lei 13.005 de 25/06/2014 (BRASIL, 2014).

oferta, da inclusão de carga horária específica na modalidade de EaD para cursos presenciais e mesmo da previsão de capacitação de professores, dentre outras metas.

Corroborando com os princípios do PNE de 2001, o atual Plano (PNE 2014 – 2024) indica a EaD como possibilidade de expansão do acesso da educação, citando inclusive a UAB como estratégia pública. São exemplos da presença da EaD nesses planos a estratégia 12.1 da Meta 12 (BRASIL, 2014). A Meta 12 consiste em elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

A Estratégia 12.1, prevê a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema UAB. Essa previsão no plano explicita a presença da EaD na agenda pública como estratégia de política educacional.

A sua inscrição nos últimos PNEs, caracteriza a educação superior na modalidade EaD, como uma política de Estado, na medida em que ultrapassa gestões governamentais com vertentes distintas (HOFLING, 2001). A política, segundo Palumbo (1994), não pode ser observada, tocada ou sentida e também não pode ser analisada de maneira isolada, mas sua análise deve ser um conjunto de ações que se complementam. Assim, política é referenciada como: [...] um processo, uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes[...] (PALUMBO, 1994, p.35), bem como [...] o princípio orientador por trás de regulamentos, leis e programas; sua manifestação visível é a estratégia adotada pelo governo para solucionar os problemas públicos [...] (PALUMBO, 1994, p. 38).

Portanto, os planos nacionais de educação mencionados anteriormente são formas de concretude da política que trata da EaD no Brasil, e explicitam o movimento histórico das intenções do Estado brasileiro em adotar a EaD como “meio auxiliar de indiscutível eficácia” para ampliar o acesso à educação superior.

Para compreensão do objeto deste estudo, define-se institucionalização como uma prática padrão, caracterizada pela rotina difundida e legitimada que necessita de uma liderança comprometida para operar a mudança de forma estrutural (KEZAR, 2007).

Nesse mesmo sentido, Preti (2009, p. 136), entende a institucionalização como “[...] conjunto de normas de comportamento que orientam uma atividade social [...] e uma passagem de organização informal à organização formal”. De acordo com Tolbert e Zucker (1998), a Teoria Institucional considera que a perspectiva institucional projeta a organização, a partir de

pressões externas a ficarem parecidas umas com as outras e, o sistema de institucionalização deve ser analisado em conjunto com a dependência de recursos da estrutura organizacional.

Consequentemente, para analisar a EaD no contexto da UFGD, enquanto uma instituição, conforme aponta a teoria institucionalista, será considerada sua estrutura organizacional, entendida a partir da constituição da decisão de seus conselhos deliberativos, de seus documentos de planejamento, de sua estrutura física e de seus atores, observados ao longo do período histórico de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a implementação da UAB foi relevante para a expansão do ensino superior a distância e a junção de educação e tecnologia se tornou importante, visto que “a lógica de que informação e conhecimento constituem-se fatores-chave para o desenvolvimento econômico está cada vez mais presente nos discursos dos educadores e gestores” (SANTOS, 2008, p. 24).

A relevância desta modalidade de educação pode ser observada nos dados do Censo da Educação Superior de 2017 (BRASIL, 2017), do total de matrículas efetuadas nos cursos de graduação no Brasil, 35,24% desse quantitativo foram nos cursos a distância. Na região Centro-Oeste, o percentual de matrículas nos cursos com essa modalidade foi de aproximadamente 44,57%, correspondendo a um quantitativo de 434.384 matrículas.

No ano de 2009, em decorrência do termo de adesão ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, visando formação continuada aos professores das redes públicas estadual e municipal, sem formação exigida à Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) com oferta de ensino superior público e gratuito, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) estabeleceu um convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para oferta do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras na modalidade à distância.

No ano seguinte a UFGD se inseriu na oferta de educação a distância a partir do Sistema UAB, via Acordo de Cooperação nº.01/2010/CAPES. Após a celebração deste Convênio, a Universidade interessou-se em oferecer no âmbito da EaD, cursos de formação de professores de Licenciatura em Letras-Libras e para tal, diligenciou junto ao Ministério da Educação (MEC) o credenciamento para proporcionar cursos nesta modalidade. O credenciamento foi autorizado por meio da Portaria nº 1.369 de 07/12/2010 (BRASIL, 2010a).

Com vistas a contribuir com essa política de acesso, após o referido credenciamento, a Instituição aderiu ao “Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Programa Viver sem Limites”, via Decreto nº. 7.612 de 17 de novembro de 2011, fruto de ação política junto à comunidade, visando a disponibilização de acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade. A verba destinada para manutenção desse Programa foi inserida na matriz

orçamentária da UFGD, para manutenção do curso de graduação mencionado acima, o qual foi incorporado na estrutura organizacional da universidade.

No ano de 2017 essa modalidade na UFGD, contava com 5 (cinco) cursos de graduação (licenciatura e bacharelado), 5 (cinco) cursos de pós-graduação (*lato sensu*), oferecidos em 10 (dez) polos de apoio presencial, em cidades estratégicas do estado de Mato Grosso do Sul (MS), como destaque o município de Japorã, onde as instalações estão numa Reserva Indígena, e há cotas de vagas em torno de 50% para a comunidade indígena, caracterizando-se como uma política de ação afirmativa.

Nessa conjuntura, foi feita uma avaliação do processo de institucionalização da EaD na UFGD, pois considerando um levantamento bibliográfico preliminar, identificou-se que não há estudos específicos sobre o tema na base de dados da universidade. Os autores Rocha e Oliveira (2013) abordaram o processo de criação da EaD na UFGD como forma de ampliação e interiorização do ensino superior de qualidade, mas não referenciaram o seu processo de institucionalização, em que se evidenciam os atores, os processos e a sua estrutura organizacional.

Há de se explicitar que o interesse na escolha dessa área da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, foi o fato de ser servidora, lotada na Faculdade de Educação a Distância/EaD, ingressante no ano de 1995 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Campus de Dourados-MS e posteriormente ter participado do processo de implantação da UFGD, a partir do desmembramento da UFMS⁴. Considerando essa trajetória pessoal, houve a vivência do momento de adesão da UFGD ao sistema UAB e a criação da educação a distância na Instituição, dada a consequente atuação na Secretaria dos Órgãos Colegiados/Reitoria.

A escolha dessa temática de investigação, tendo como lócus empírico a UFGD, justifica-se por sua importância no contexto da região Centro-Oeste. Nesta região há apenas 5 (cinco) universidades federais⁵, sendo que todas oferecem a educação a distância, tanto na graduação como na pós-graduação, constituindo-se como os principais instrumentos de oferta pública de educação superior na modalidade de EaD. A contribuição da EaD da UFGD para o estado de Mato Grosso do Sul (MS) é o seu potencial em viabilizar o atendimento às metas do PNE.

Isso posto e de acordo com esse levantamento preliminar das produções acadêmicas efetuadas nas principais bases de dados do País, mencionadas a seguir, este trabalho acrescenta

⁴ Lei n. 11.153, de 29 de julho de 2005.

⁵ As Universidades Federais na Região Centro-Oeste são: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados UFGD.

elementos contributivos em termos nacional e regional, para a consolidação das políticas públicas visando a institucionalização de cursos na modalidade EaD.

Para um melhor embasamento nos temas educação a distância e institucionalização da EaD, realizou-se o levantamento bibliográfico no período compreendido entre 29/06 à 04/10/2017, nas seguintes bases de acesso livre no País: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO)⁶, Banco de Teses da Capes⁷, Google Acadêmico⁸ e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD/Ibict.

Foi usado para as buscas as palavras: “institucionalização da educação a distância” e “Institucionalização da EaD”. Na produção acadêmica da UFGD, não se identificou nenhuma dissertação ou tese com a abordagem descrita e no periódico Revista EaD & Tecnologias Digitais⁹, os temas encontrados não se referem a institucionalização. Apesar da EaD estar inserida na UFGD desde 2010 e continuar em constante processo de ampliação e legitimação, certificou-se que a temática adotada seria inédita.

Ao abordar a mesma matéria, a fim de mapear os trabalhos realizados com o teor da pesquisa, foi possível visualizar um total 6.821 publicações no Banco de dados da Capes, das quais ao afinar a busca identificou-se 600 títulos referente ao conteúdo. Desse montante, todos foram visualizados e analisados, a partir de seus resumos e critério específico para esta pesquisa, selecionou-se os 8 (oito) trabalhos que incluíam os títulos com as palavras-chaves “institucionalização da EaD”, em que se obteve como 6 (seis) dissertações e 01 (uma) tese, que referenciavam as seguintes universidades públicas: a) Dissertações - UFPB (2017), UFPB (2015), UFLA (2012), UFPE (2015), UNB (2013) e UEL (2008); b) Tese: UNESP (2010); em instituição privada, identificamos de acordo com a pesquisa uma dissertação da UCP/RJ (2007).

Dentre os critérios para seleção das produções bibliográficas elencadas no parágrafo acima, destacou-se os seguintes: a) educação a distância enquanto política educacional; b) recorte temporal no período de 2005-2017; c) natureza acadêmico-científica; e d) disponibilização em banco de dados eletrônicos. Nestes trabalhos filtrados, foi considerada as expressões e palavras-chave: Educação a distância; Educação Superior a distância; Políticas de expansão do ensino superior à distância e Institucionalização da Educação à distância. Considerando as 8 (oito) produções separadas, somente 3 (três) foram utilizadas para

⁶Consulta a Base da SciELO.br – consulta em 09/06/2017.

⁷ Base da Dados da CAPES – consulta em 19/07/2017.

⁸Google acadêmico: <https://scholar.google.com.br/> consulta em 21/07/2017.

⁹ A referência a esse periódico justifica-se em virtude de o mesmo ser produzido pela Faculdade de Educação a Distância da UFGD, que poderia trazer informações atinentes ao presente objeto de pesquisa.

fundamentação do assunto em evidência neste trabalho, as quais foram separadas por autor (a): Almeida (2008), Silva (2013) e Sá (2015).

O levantamento bibliográfico levou a perceber o interesse crescente da literatura da área acerca do processo de expansão da EaD, inclusive, sendo observável a preocupação com o processo de institucionalização dos cursos ofertados a distância com o intuito de explicitar e monitorar as condições de fortalecimento e expansão da modalidade no interior das instituições.

Frente ao exposto, a presente Dissertação tem como objetivo geral analisar o processo de institucionalização da Faculdade de EaD na UFGD, especificamente em:

- Delinear o processo histórico de criação da EaD na UFGD e a constituição da Faculdade de Educação à Distância;
- Identificar atores, processos e a organização da EaD na UFGD;
- Compreender a (s) fase (s) da institucionalização da EaD na UFGD.

A metodologia utilizada está pautada, além de levantamento bibliográfico, em análise de documentos institucionais e entrevistas com os gestores institucionais. Entende-se documentos como textos escritos registrados em papel (CELLARD, 2008). A análise dos documentos seguiu a orientação metodológica de Cellard (2008).

O aporte teórico para a discussão do objeto institucionalização, está fundamentado nos autores: Kezar (2007) Kezar e Sam (2013), Lima (2013), Costa (2010), Melo (2016), Santos (2008) e Tolbert e Zucker (1996, 1998). Para a compreensão da EAD no contexto de expansão da educação superior brasileira, serão utilizados autores como: Alonso (2012), Alves (2009), Costa (2009), Dourado (2011), Santos (2008) e Vianney; Torres; Silva (2003). Para fundamentação referente ao estudo de caso, com abordagem qualitativa, estuda-se os autores: Richardson (2012), Gatti (2001) e Morgado (2012).

O estudo de caso, para Morgado (2012, p. 63), “é um processo de investigação empírica que permite estudar fenômenos no seu contexto real”. O estudo de caso é uma metodologia de pesquisa relevante para esse objetivo, pois permite captar as especificidades da instituição no processo de implementação das políticas nacionais.

Nesse sentido, ao tomar a UFGD como um caso de estudo, procura compreender os efeitos da política nacional de EaD no contexto das instituições, uma vez que a UFGD vai promover a oferta de EaD a partir de sua adesão ao sistema UAB, diferentemente das demais universidades federais da região Centro-Oeste, que antes da UAB já desenvolviam ações nessa direção (SANTOS, 2008).

No corpus documental considerado para a pesquisa, constam as Atas e Resoluções dos Conselhos Superiores e da Faculdade de EaD da UFGD (período de 2010 a 2017), em que são

formuladas as propostas de políticas institucionais, e os programas e ações são apreciados e aprovados, tendo como referência as atribuições de cada setor: a) Conselho Universitário (COUNI) – onde são geradas as Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias e Resoluções, com as decisões proferidas em questões relacionadas aos aspectos financeiros e estruturais da Universidade; b) Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC) – onde são elaboradas Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias e Resoluções referentes aos aspectos acadêmicos e pedagógicos; c) Faculdade de EaD – onde são construídos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e os arquivos com os Ofícios recebidos da UAB/CAPES e MEC.

Para estudo desses documentos estabeleceu-se como parâmetros, primeiramente o recorte temporal a partir do ano de 2010 e dos Conselhos Superiores (COUNI e CEPEC), examinou-se as Atas onde foram discutidas propostas de alteração da estrutura organizacional e estrutura-física, criação de novos cursos, distribuição de vagas para concursos de servidores técnicos administrativos e docentes, entre outros que envolviam a unidade acadêmica a distância e consequentemente análise das resoluções. Esta documentação foi coletada de forma *online* no endereço eletrônico oficial da UFGD e/ou junto aos setores mencionados.

Quanto aos documentos analisados do período de 2010 a 2017 do Conselho Universitário (COUNI), o quadro a seguir sintetiza todas as informações que foram utilizadas para a pesquisa:

Quadro 1 - Documentos do COUNI: período de 2010 a 2017

ANO	REUNIÃO ORDINÁRIA	REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	ASSUNTO
2010 ¹⁰	Ata n°. 31 Resolução n°. 69		Plano de Expansão da UFGD

Continua

¹⁰ Os documentos foram consultados na base de dados da UFGD. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/secao/atas-couni/>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Quadro 1 - Documentos do COUNI: período de 2010 a 2017

Continuação

ANO	REUNIÃO ORDINÁRIA	REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	ASSUNTO
2013		Ata nº. 27 Resolução nº. 43/2013	Criação de Cursos novos de Graduação
		Ata nº. 27 Resolução nº 44/2013	Plano de Expansão Acadêmica da Graduação e da Pós-Graduação
		Ata nº. 28	Estrutura Acadêmica de Graduação
	Ata nº. 30 Resolução nº. 54		Estrutura Acadêmica da Graduação
		Ata nº. 32 Resolução nº. 149	Proposta de metodologia do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
	Ata nº. 44		Homologa Resolução de criação do Curso de Letras Libras, Licenciatura em Física e Bacharelado em Administração Pública
2014		Ata nº. 34	Aprovação do PDI
		Ata nº. 35	Cria a Faculdade de Educação a Distância
	Ata nº. 52 Resolução nº. 154		Exclui a Diretoria da EaD da PROGRAD
2015	Ata nº. 55 Resolução nº. 84		Distribui Técnicos Administrativos para as Unidades Acadêmicas
2016	Ata nº. 64 Resolução nº. 77		Aprova o Regimento da EaD
	Ata nº. 65		Indica Representante para o Conselho Social
	Ata nº. 66 Resolução nº. 151		Altera a Estrutura Organizacional da UFGD

Continua

Quadro 1 - Documentos do COUNI: período de 2010 a 2017

Conclusão

ANO	REUNIÃO ORDINÁRIA	REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	ASSUNTO
	Ata nº. 69 Resolução nº. 212		Construção de Laboratórios
2017	Ata nº. 76 Resolução nº. 147		Institucionalização do Curso de Letras Libras
	Ata nº. 77 Resolução nº. 172 ¹¹		Cria o Curso de Letras Libras com habilitação em Tradutor/Intérprete de Libras (Bacharelado).

Fonte: elaboração própria a partir da seleção de documentos disponibilizados na página online da Secretaria dos Órgãos Colegiados/SOC/UFGD no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ufgd.edu.br/setor/couni/index>. (2017).

Esses documentos do COUNI referenciados acima, possibilitaram compreender a política administrativa da UFGD referente a estruturação dos Cursos e das Faculdades. Os documentos analisados do período de 2010 a 2014 do Conselho Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), estão elencados no quadro abaixo:

Quadro 2 - Documentos do CEPEC: período de 2010 a 2014

ANO	REUNIÃO ORDINÁRIA	REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	ASSUNTO
2013	Resolução nº. 29	-	Projeto Pedagógico do Curso de Letras Libras
	Resolução nº. 186	-	Projeto do Curso Especialização em Ensino de Matemática
	Resolução nº. 184	-	Projeto do Curso Especialização em Ensino de Ciências
2014	Resolução nº. 93	-	Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia
	Resolução nº. 168	-	Projeto do Curso de Especialização em Gestão Pública

Continua

¹¹ Boletim de Serviço nº. 2.794 de 02/10/2017 (UFGD, 2017).

Quadro 2 - Documentos do CEPEC: período de 2010 a 2014

Conclusão

ANO	REUNIÃO ORDINÁRIA	REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	ASSUNTO
	Resolução nº. 169	-	Projeto do Curso de Especialização em Gestão Pública
	Resolução nº. 194	-	Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública
	Resolução nº. 226	-	Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação
	Resolução nº. 227	-	Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras
	Resolução nº. 228	-	Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física

Fonte: elaboração própria a partir da seleção de documentos disponibilizados na página online da Secretaria dos Órgãos Colegiados/SOC/UFGD no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ufgd.edu.br/setor/cepec/index>. (2017).

O quantitativo de documentos do CEPEC analisados, contribuiu para compreender a lógica pedagógica que a instituição atribuiu à EaD. Destaca-se que os documentos se referem aos Projetos Pedagógicos dos Cursos lotados na EaD.

A documentação analisada referente a Coordenação dos Cursos de Graduação¹² da Faculdade de Educação a Distância, foram os seguintes:

Quadro 3 - Documentos da Coordenação dos Cursos de Graduação da EaD: período 2010 a 2014

ANO	DOCUMENTO	CURSO	DETALHAMENTO
2010 ¹³	PPC	Licenciatura em Pedagogia	Curso oferecido em 04 Polos: Bataguassu, Miranda, Porto Murtinho e Japorã.

Continua

¹² Os PPCs dos Cursos de Graduação após o ano de 2014, foram atualizados pela Unidade Acadêmica, mas para esta pesquisa foi considerado a primeira versão, aprovada em 2014, visto que não houve alterações necessárias para destacá-las.

¹³ <https://portalead.ufgd.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/PPC-PEDAGOGIA.pdf>

Quadro 3 - Documentos da Coordenação dos Cursos de Graduação da EaD: período 2010 a 2014

Conclusão

ANO	DOCUMENTO	CURSO	DETALHAMENTO
2010 ¹⁴	PPC	Licenciatura em Computação	Curso oferecido em 09 Polos: Bataguassu, Miranda, Porto Murtinho, São Gabriel do Oeste, Água Clara, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Costa Rica, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste.
2012 ¹⁵	PPC	Licenciatura em Letras Libras	Curso oferecido em dois Polos: Dourados e Rio Brillhante. A partir do ano de 2017 passou a ser oferecido somente na sede em Dourados
2014 ¹⁶	PPC	Bacharelado em Administração Pública (PNAP)	Curso oferecido em 2 Polos: Costa Rica e Porto Murtinho
2014 ¹⁷	PPC	Licenciatura em Física	Curso oferecido nos Polos de Bela Vista, Camapuã e Rio Brillhante

Fonte: elaboração própria a partir da seleção de documentos disponibilizados na página online da EaD no seguinte endereço eletrônico: <https://portalead.ufgd.edu.br/cursos/>. (2017).

Observa-se que, na análise referenciada aos cursos de graduação ofertados pela EaD, os Projetos Pedagógicos foram importantes para demonstrar a legitimidade de cada um dos cursos.

Foram coletados, ainda, os documentos constantes do arquivo institucional da EaD¹⁸, disponibilizado pela Direção da Unidade, conforme abaixo:

¹⁴ <<https://portalead.ufgd.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/PPC-LICENCIATURA-COMPUTA%C3%87%C3%83O.pdf>>

¹⁵ <https://portalead.ufgd.edu.br/wp-content/uploads/2014/01/PPC-Letras-Libras.pdf>

¹⁶ <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/COGRAD/PPC-Bach%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Publica%20-%20PNAP%20-2014.pdf>

¹⁷ <https://portalead.ufgd.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/PPC-LICENCIATURA-EM-FISICA-1.pdf>

¹⁸ O quadro retrata Documentos do Arquivo Institucional da EaD: período de 2010 a 2013, os quais foram disponibilizados pela direção da Faculdade, data em que estavam em trâmites no MEC a oferta do Curso de Letras/Libras. A partir da criação da Faculdade em 2014, os trâmites foram internos, nos Conselhos Superiores da UFGD, que culminou com a institucionalização do curso.

Quadro 4 - Documentos do Arquivo Institucional da EaD: período de 2010 a 2013

ANO	DOCUMENTO	DETALHAMENTO	ÓRGÃO
2010	Acordo de Cooperação Técnica nº. 01	Estabelecimento de compromisso entre os Partícipes para implementação de cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)	CAPES e UFGD
2012	Ofício Circular nº. 05 de 14/06/2010 recebido na reitoria em 19/06/2012	Solicita manifestação da UFGD quanto a oferta do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras	MEC/SESu
	Ofício nº. 212 de 10/12/2012	Distribuição de Técnicos Administrativos	DIFES/SESu/MEC
2012	E-mail de 31/07/2012 enviado a PROGRAD em 26/11/2012	Proposta de oferta de cursos de Pedagogia e de Letras Libras	DIFES/SESu/MEC
2013	Ofício nº. 180 de 22/05/2013	Atualização do Banco de professor Equivalente	DIFES/SESu/MEC
	Ofício Circular nº. 152 de 27/12/2013	Orientações para a promoção da acessibilidade e Permanência, na Educação Superior, de Estudantes com Surdez na Educação Superior	MEC/SECA DI/DPEE
	Ofício nº. 26/UFGD enviado a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior no MEC	Solicita credenciamento da UFGD para oferta do Curso de Letras Libras em caráter experimental	Reitoria da UFGD
	Ofício nº. 177 de 23/08/2013	Considerações a respeito da utilização do Polo de apoio Presencial em Rio Brilhante para o Curso de Letras Libras	DED/CAPES

Fonte: elaboração própria com base na seleção de Documentos do Arquivo Institucional da EaD/UFGD, disponibilizado cópia de todos pela Direção da Faculdade. (2017).

Os documentos relacionados no quadro acima, tratam da proposta inicial da oferta de educação a distância na UFGD, por meio da UAB, negociações com o Ministério da Educação (MEC), no que se refere ao quantitativo de servidores que serão lotados na EaD. Também foram considerados os dados visualizados no Censo do Ensino Superior, 2015, 2016 e 2017, obtidos no portal do Inep¹⁹, com o quantitativo de matrículas efetuadas em termos de Brasil e de Região Centro-Oeste. Nesta região qualificou-se os dados das universidades do estado de Mato Grosso do Sul nas cidades de Campo Grande e Dourados, as quais foram selecionadas da seguinte

¹⁹INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

forma: Federal – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Estadual – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS); Particular – Anhanguera, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran).

Dessa forma foi possível observar o processo de expansão da EaD, possibilitando compreender o seu significado especialmente na UFGD, a partir do cotejamento dos dados levantados.

Além da análise dos documentos mencionados foram utilizadas transcrições de entrevistas realizadas com os gestores da UFGD, assim considerados: Reitor, do período de 2006 a 2015; Diretora da Faculdade de EaD na gestão de 2014 até a presente data; Pró-Reitora de Ensino de Graduação, durante a gestão de 2015 a 2019; Pró-Reitora de Extensão e Cultura durante a gestão de 2016 a 2019; e Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, na gestão de 2015 a 2018. As entrevistas²⁰ foram coletadas nos meses de junho de 2017 a novembro de 2018 e transcritas pela equipe local da pesquisa em rede²¹, utilizando de roteiro de questões previamente validadas por todos os coordenadores de cada universidade participante da pesquisa. A realização do trabalho de campo nos moldes desenvolvidos foi aprovada pelo comitê de Ética em Pesquisa da UFG, instituição de vínculo da coordenadora da pesquisa em rede a qual este trabalho está inserido.

Esta Dissertação está organizada em três capítulos: O primeiro capítulo contextualiza a EaD como avanço para a expansão do Ensino Superior no Brasil”, a mundialização, a globalização capitalista, a sociedade do conhecimento, definições e histórico da Educação a Distância no Brasil, prosseguindo para as ações públicas destinadas a expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2016 e sua relação com a EaD como política pública educacional.

O segundo capítulo discorre sobre a Institucionalização da EaD, conceitos e contextos. Inicia-se pelas concepções de institucionalização, seu histórico, processos e fases. Nesse capítulo, também, demonstra a estruturação da UAB e seu relacionamento com as

²⁰ Devido a dificuldades de agenda, a entrevista com a Pró-Reitora de Extensão e Cultura foi coletada por esta pesquisadora no dia 06/11/2018.

²¹ Além desta pesquisadora que entrevistou o reitor (gestão de 2006 a 2015) e a pró-reitora de extensão e cultura, os créditos deste trabalho de coleta das entrevistas e de sua transcrição são compartilhados também com as Profas. Giselle Cristina Martins Real que entrevistou as pró-reitoras de: ensino de graduação e de ensino de pós-graduação e pesquisa; e Janete de Melo Nantes que entrevistou a diretora da faculdade de EaD e fez o trabalho de transcrição das entrevistas. Ambas docentes são do quadro efetivo da UFGD e participantes da pesquisa em rede, a que este trabalho esteve vinculado.

Universidades e ainda, inicia o desenho institucional da UFGD com relação a sua estrutura de organização acadêmica e administrativa e expansão acadêmica.

O terceiro capítulo trata propriamente do processo de Institucionalização da EaD na UFGD, onde pretende explicitar o nível de institucionalização da EaD na UFGD, a partir dos dados levantados, apontando perspectivas de seu processo, considerando tanto o contexto interno, institucional, quanto a políticas nacionais que também incidem no contexto institucional. O perfil da EaD no Estado de MS, a constituição da Faculdade de Educação a Distância com seus cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Neste espaço serão apresentados os resultados aferidos da pesquisa com relação aos avanços e limites da institucionalização da EaD da UFGD.

CAPÍTULO I

A EAD NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo, será descrito o contexto internacional e nacional da educação superior que viabilizará as condições de constituição da EaD, como uma política pública de educação, a partir da indicação de seu histórico e processo de expansão. São esses condicionantes, entre outros, que vão criar e definir a regra do jogo e o modo como o jogo é jogado (NORTH, 1991), no que se refere à educação a distância nas instituições de educação superior, inclusive a UFGD. Dessa forma, a EaD, a partir de relações entre as diretrizes nacionais e as influências de ordens internacionais, vai se constituir como uma estratégia do jogo para buscar a ampliação do acesso à educação superior.

Para explicitar o processo de institucionalização da EaD na UFGD, é importante contextualizar, inicialmente, o desenvolvimento dessa modalidade de educação no mundo e no Brasil. Segundo Ball (2001), as políticas nacionais são influenciadas pelo contexto mundial, e portanto, a contextualização da EaD no cenário internacional e nacional ajuda a compreender o processo de institucionalização da EaD na UFGD, que por sua vez está inserida nesse contexto mais amplo, sendo influenciada e influenciando na medida em que faz parte da estrutura do sistema federal, que implementa as políticas de EaD, como é o caso da UAB e do Programa Viver sem Limites, que engendraram a oferta de cursos na modalidade de EaD na UFGD.

Destarte e visando explicitar o processo partindo do contexto internacional, foi organizado este capítulo em 4 (quatro) seções. A primeira aborda a questão da globalização e da sociedade do conhecimento com a expansão da educação. A segunda seção trata propriamente da definição, histórico e conceito da educação a distância. A terceira seção fará um histórico das ações políticas para expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2016, discorrendo sobre a política neoliberal e suas ações para a educação e a partir de 2003 quando o País passou a reorientação das políticas públicas, especialmente em relação à educação superior pública. A quarta e última seção irá tratar da expansão da educação superior no Brasil e sua consequente relação com a EaD.

1.1 Mundialização/Globalização Capitalista/Sociedade do Conhecimento

Estudos com o foco para entender o crescimento expansionista da educação em escala mundial possibilitou relacionar a educação com a globalização (DOURADO, 2008). A globalização ampliou o grau de interferência e de cooperação entre as economias de vários

países, ocasionando a abertura de fronteiras, o desenvolvimento a nível mundial e consequentemente transformando-se em um evento econômico e político (CHARLOT, 2007).

Esse processo vai possibilitar a irradiação da educação a distância como um mecanismo para além das fronteiras geográficas, movimento conhecido como “*cross border education*” conforme apontado por Knight (2005). A partir da criação da rede *internet* e a facilidade em desenvolver acordos de cooperação e de comércio entre os países do mundo, houve a chamada quebra de fronteiras. A educação nesse contexto passa a ser desenvolvida sem a necessidade de presença física e ocorrer em diversos espaços geográficos e não apenas em território específico determinado. As salas de aula se ampliam no tempo e no espaço.

A educação foi então redimensionada como um fator fundamental no processo de globalização. No entanto, esta nova condição da educação na sociedade mundial, não impediu que falhas ocorressem no sistema implantado e surgissem problemas envolvendo escolarização, financiamento da educação, qualidade escolar, alfabetização, dentre outros (LENHART, 1998).

Dessa forma, a educação passa por processo de regulamentação, em que normas e sistemas de avaliação vão ser necessários de maneira a atestar qualidade e estabelecer parâmetros comerciais. A educação é vista como mercadoria e será passível de acordos comerciais.

De acordo com Charlot (2007), nos anos 1960 e 1970, a escola era pensada numa lógica econômica e social do desenvolvimento e abriu espaço a uma transformação na relação pedagógica e didática, em que a aprendizagem ocorre em múltiplos processos e não só na relação entre professor e alunos, em espaços pré-determinados.

Posteriormente, os anos 1980 a educação foi reconfigurada pela lógica da qualidade e da eficácia em atendimento aos usuários sejam de serviços públicos ou privados, quando ganha centralidade a lógica do *accountability* e consequentemente, constitui-se o modelo de Estado Avaliador, inicialmente, na Inglaterra e, posteriormente, exportado para outros países do globo (AFONSO, 2000).

Nos anos 1990, houve uma proposta de monitoramento da educação em nível mundial, e isso foi discutido na conferência internacional de Jomtien na Tailândia e resultou num relatório com o intuito de ser o observador em escala global, denominado “Relatório Mundial de Educação da UNESCO”, que a partir desta conferência passou a ser publicado a cada dois anos e com temas diversos envolvendo a política educacional (LENHART, 1998, p. 30).

Desde a década de 1990 tem-se incorporado formas de apreensão e conhecimento de experiências, termos, avaliações e conceitos que estiveram então alinhados ao que passou a ser caracterizado como uma nova fase da produção capitalista com a globalização ou

mundialização, que significava a expansão dos mercados e também das relações decorrentes dos mesmos. O mercado de trabalho talvez tenha sido aquele que mais se alterou desde então, por meio dos movimentos de desnacionalização, desterritorialização e reterritorialização fragmentada de produção universal de mercadorias em todo mundo (HOBBSAWM, 1995).

A educação não fica alheia a esse processo, sendo influenciada pela lógica economicista e competitiva, ganhando contornos de mercadoria. É nesse cenário que se intensifica a expansão de instituições privadas, agora não mais contida em um único território ou Estado-nação, mas avançando para além das fronteiras geográficas, em que países se rivalizam pela centralidade da atratividade de estudantes (ROBERTSON, 2009).

A tecnologia ao mesmo tempo em que favoreceu a globalização, inclusive viabilizando a constituição da EaD, também foi influenciada por ela, que por sua vez afetou não só a lógica da oferta de educação, mas também as relações de trabalho.

Este processo de reconfiguração internacional, de uma nova divisão do trabalho e implementação de outras formas relacionais, teve como um dos elementos ou fatores básicos, um maior incremento de ciência e tecnologia, articulada com as redes de produção e ao desenvolvimento da comunicação e da informação. Evidentemente, não cabe aqui no escopo deste trabalho, pensar as relações entre os campos da ciência e da tecnologia com o mundo da produção em si mesmo, é possível observar que o desenvolvimento dos sistemas de educação superior não decorre mais de modo distante em relação às exigências da grande produção capitalista (KUHN, 1998).

No entanto, o que importa é exatamente apontar para outro aspecto que é mais direto e notório entre os fenômenos mundiais e as políticas públicas de educação superior, que são as exigências do mundo do trabalho reconfigurado e não obstante a desregulamentação e flexibilização com o desemprego e subemprego estruturante, a qual impôs ao conjunto da sociedade e especialmente àqueles que vivem do trabalho novas exigências de capacitação formal, especialmente em nível superior.

Assim, diante do contexto globalizado em que a lógica do capital condiciona a educação como fator interveniente na economia competitiva, a educação a distância é considerada pelas políticas de Estado como “meio auxiliar de indiscutível eficácia” (BRASIL, 2001), viabilizada, especialmente, pelo desenvolvimento tecnológico.

Com o advento da globalização expandiram as áreas de tecnologia e comunicação, fator considerado primordial para implementação de sistemas educacionais de formas mais rápidas e eficientes, o Estado priorizou este setor que se tornou aliado no processo de desenvolvimento. Paralelamente, a introdução de novos métodos de inovação tecnológica voltada à produção de

massa com aspecto expansionista de mercado, tem exigido um processo contínuo de qualificação da mão de obra.

Em contrapartida os trabalhadores não podem mais deixar de estudar, doravante, o seu cotidiano deverá ser organizado por uma permanente conjunção de atividade vinculada ao trabalho e aos estudos. Nesse intuito, nasceu a ideia de formação continuada que se espria cada vez mais para o conjunto da sociedade nas mais diferenciadas formas de ações públicas e privadas, onde da primeira formação profissional se estendem muitas outras formas de qualificação, novas habilidades e treinamentos, na maioria das vezes para adequação da força de trabalho às exigências do processo produtivo marcado por altas taxas de incorporação de ciências e inovações tecnológicas.

Nesse cenário, se começa a falar em “sociedade do conhecimento”: o conhecimento em diferentes formas: a ciência, a tecnologia, a inovação, a informação enquanto fatores determinantes dos processos de produção da riqueza e enquanto valores de integração ou segregação da população ao mundo do trabalho e, por via de consequência, a outras dimensões da cidadania. Para Mari (2006, p. 89), estaria em construção através da denominação “sociedade do conhecimento” uma operação ideológica:

A ‘sociedade do conhecimento’ que, em princípio, constitui-se como ideologia do bloco dominante, exerce o papel de amalgamar os grupos, mesmo que parcialmente, para fortalecer a formação social da sociedade capitalista, pelas ‘redes’ de poderes dos países centrais e domínio sobre os países periféricos e semiperiféricos.

É diante desse contexto, de desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, da sociedade do conhecimento e das políticas neoliberais, que a educação a distância, sobretudo focada na educação superior, passa a ser concebida como instrumento de viabilização e ampliação do acesso à população, particularmente, trabalhadora.

Com esse quadro de preocupação mundial com a educação, cada Estado tem a função de implementar políticas que proporcionem meios para o cumprimento das metas educacionais estabelecidas em seus planejamentos. De acordo com Höfling (2001), as políticas públicas são de responsabilidade do Estado, quanto a sua implementação e manutenção e a educação está inserida neste contexto.

A expansão das áreas de tecnologia e comunicação foi um dos fatores mais significativos para a globalização. Os instrumentos e meios produzidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ampliaram as possibilidades de o mercado introduzir novas

maneiras para acelerar a produção com aspecto expansionista, e isso tem propiciado uma exigência na qualificação da mão de obra.

Assim, decorreu a necessidade para implantar sistemas educacionais de formas mais rápidas e eficientes e o Estado priorizou este setor, que se tornou aliado no processo de desenvolvimento. E dessa forma, foram adotadas políticas públicas orientadas por posições ideológicas neoliberais, com vistas a atender as necessidades de um mercado educacional em expansão (MORAES, 2001).

De acordo com o autor, as políticas de caráter neoliberal induzem a saída do Estado das medidas sociais, sinalizando para a adoção do Estado mínimo, ao mesmo tempo em que transfere as funções reguladoras do Estado, para organizações multilaterais. No caso da educação, o Estado vai minimizar sua atuação na oferta de educação superior, ao abrir espaços para o setor privado-mercantil, que passa a se expandir influenciado pelas políticas de regulação e avaliação.

Peroni (2013) destaca que na década de 1980 houve uma abertura política significativa, promovendo a participação da sociedade na luta pelos seus direitos, especialmente o da educação. O País estava saindo de um período ditatorial e a garantia desse direito estava ameaçada. Vários movimentos sociais de trabalhadores e da sociedade civil organizada, levantaram as bandeiras em favor da universalização e melhoria da qualidade da educação.

No entanto, o que ocorreu foi um aumento da privatização da educação com a ampliação de parcerias entre o público e o privado. Na década de 1990, a iniciativa privada teve grande influência sobre o Estado brasileiro e conseguiu implantar várias de suas propostas educacionais, com a ideia de lucratividade e aparente economia para o Governo, o qual deixou de investir na formulação de políticas públicas.

A conjuntura internacional caracterizada pela globalização vai delinear o cenário de constituição e expansão da educação a distância, a partir de alguns condicionantes como: a fragilização das barreiras comerciais quando são minimizadas as fronteiras geográficas e há o processo de desterritorialização; o desenvolvimento tecnológico que abriu condições para a criação da *internet*; a lógica da formação ao longo da vida e a necessidade de capacitação contínua de trabalhadores, demandada pela necessidade de domínio da própria tecnologia, entre outros fatores.

Portanto, nesse sentido, passa a explicitar o processo específico de reestruturação da educação, que vai implicar na criação da educação a distância.

1.2 Definições e Histórico da Educação à Distância

Desenvolvendo a temática da educação a distância, o primeiro ponto que configura na mente é a palavra “distância”, cujo conceito está se transformando, segundo Belloni (2002. p.123) “como as relações de tempo e espaço, em virtude das incríveis possibilidades de comunicação a distância que as tecnologias de telecomunicações oferecem” para uma concepção de aprendizagem ativa.

Para Mugnol (2009, p. 343), existe uma diversidade de conceitos para definição da educação a distância, “como por exemplo: tempo; distância; educação; ensino; entre outros, que estão presentes na maioria das definições”.

O ensino a distância acontece em uma diversidade de tempo-espaço que foge do ensino tradicional presencial, e que ainda, está sendo articulado com adaptações para que consiga ser regulamentado como modelo para a educação básica e superior, o que tem demandado dos órgãos gestores da educação superior, a elaboração de marco normativo para a área.

Em termos de legislação, a Resolução nº. 01 de 11 de março de 2016 (MEC/CNE/CES)²², corrobora com essa afirmação quando destaca em seu texto, que a EaD é a “mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros[...]” (BRASIL, 2016).

Para Moran (1994), a educação a distância é entendida como uma prática onde permite que haja um equilíbrio entre necessidades e habilidades seja de forma individual ou em grupo, presencial ou virtual, caracterizando um processo de aceleração de informações e resultados.

Assim, pode-se observar que a educação a distância se constitui a partir da adoção das tecnologias da informação e da comunicação, que vão possibilitar a reorganização do processo educativo. As aulas deixam de ser organizadas em torno de um único tempo em que envolve alunos e professores em uma sala de aula física, abrindo espaços para novas formas de interação e aprendizagem ativa.

Evidentemente que o conhecimento e, sobretudo, a informação se propaga por meio da tecnologia, abrindo espaços para novas formas de interação educacional.

A educação mediada pelas novas tecnologias dos nossos dias, nos aplicativos para desenvolver educação a distância, sobretudo por intermédio da rede, pode proporcionar as mesmas condições de sala de aula, com a vantagem de que o estudante e o professor, o estudante e seus colegas, o professor e seus colegas

²²Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior

de outras disciplinas e universidades, o estudante e outros professores de outras disciplinas e universidades podem debater suas questões, ensinamentos e aprendizagens em tempos e lugares diferentes (HERNANDES, 2017, p. 288).

O autor salienta a facilidade como a informação é propagada, no campo da educação é visível que não se trata somente de ensino em sala de aula física, mas de uma interatividade em todo tempo entre professor e aluno.

No entanto, cumpre destacar que esse não é o único condicionante, além da criação das tecnologias, a educação a distância também é marcada pela importância e papel que a educação adquire no contexto social mundial, em que viabiliza a educação ao longo da vida e a formação dos trabalhadores.

A própria competição pelo desenvolvimento econômico e científico, vai colocar a educação superior como política central demandada pelos órgãos internacionais/ supranacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que concebem a educação a distância como modalidade de educação capaz de contribuir com a expansão desse nível de ensino.

A importância dessa modalidade de educação superior, configurou no resultado da Conferência Mundial realizada em Paris, cujo documento intitulado Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação – 1988, chamava a atenção para a importância vital do conhecimento sociocultural e econômico e para diversificação na educação superior.

Percebe-se que o destaque da missão da educação superior é de contribuir para desenvolvimento do indivíduo e mais precisamente em seu Artigo 1º, alínea “b”:

Prover um espaço aberto de oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente, oferecendo uma ampla gama de opções e a possibilidade de alguns pontos flexíveis de ingresso e conclusão dentro do sistema, assim como oportunidades de realização individual e mobilidade social, de modo a educar para a cidadania e a participação plena na sociedade com abertura para o mundo, visando construir capacidades endógenas e consolidar os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz em um contexto de justiça (UNESCO, 1988).

Nesse sentido, observa-se que a educação superior que daria condições para o desenvolvimento do indivíduo pode ser realizada pela modalidade de educação a distância, quando no documento a UNESCO vai explicitar que os sistemas devem abrir possibilidades de pontos flexíveis para ingresso e conclusão da educação superior. Essa flexibilidade é desenvolvida pela EaD.

Em outro trecho do documento, no seu Artigo 12, a adoção da EaD como possibilidade de facilitar o acesso à educação superior fica mais explícito, quando aponta a relevância para as inovações em tecnologia como fator para mudar o conhecimento:

As novas tecnologias oferecem oportunidades de renovar o conteúdo dos cursos e dos métodos de ensino, e de ampliar o acesso à educação superior. Não se pode esquecer, porém, que novas tecnologias e informações não tornam os docentes dispensáveis, mas modificam o papel destes em relação ao processo de aprendizagem, e que o diálogo permanente que transforma a informação em conhecimento e compreensão passa a ser fundamental (UNESCO, 1988).

Esta citação destaca a importância das tecnologias no aprendizado, confirmando que esse setor vem facilitar o desenvolvimento da educação superior. Nesse sentido, procura destacar que os professores não são dispensáveis, buscando dar mais legitimidade a essa modalidade, tanto do ponto de vista dos gestores quanto dos próprios docentes, diante de um contexto em que as tecnologias diminuam os postos de trabalho.

A UNESCO vai apontar a importância do uso das tecnologias para a educação superior em 1988, a partir do conjunto de experiências que já estavam em curso, consideradas exitosas, como é o caso da *Open University*, criada em 1970.

Com este conjunto de conhecimento e tecnologia desenvolvidas e desencadeadas a partir da revolução industrial, foi desenvolvido um dos primeiros modelos de educação superior a distância a nível internacional, conhecida como Universidade Aberta de Londres, que posteriormente vai conceituar educação a distância a partir da ideia de universidade aberta.

A *Open University*, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de métodos e técnicas que serviram para caracterizar os diferentes modelos de EaD existentes. Além disso, contribuiu também para o desenvolvimento de tecnologias que deram mais solidez aos processos educacionais a distância e para a utilização massiva da mídia. A partir da metade do século XX, com o surgimento das primeiras instituições educacionais voltadas para a EaD e com o desenvolvimento acentuado das tecnologias de comunicação, ocorreu um despertar do interesse de estudiosos e pesquisadores, que procuraram conceituar a EAD e descrever com segurança as suas metodologias (MUGNOL, 2009, p. 338).

Segundo o autor, essa universidade criada em 1970, proporcionou um desenvolvimento relevante no campo das tecnologias, possibilitando a expansão da educação a distância e o interesse de pesquisadores nesta área.

De acordo com Vasconcelos (2018), a EaD²³ não é recente no cenário internacional, conforme destaque em diversos países²⁴. No Brasil, o Ensino a Distância, perpetua desde o início do século XX, década de 1930, chamado de ensino por correspondência (LIMA, 2013).

Nesse intuito e analisando segundo o contexto da EaD no Brasil, há registro desta modalidade como uma forma de educação voltada para a qualificação técnica profissional, com ensino via rádio, destinado para um público dos arredores, onde o acesso ao ensino presencial era um tanto difícil (SANTOS, 2008).

Há de se destacar que as primeiras iniciativas de EaD no Brasil datam de 1930, apoiadas nas modalidades de aprendizagem autoinstrucional, como foco em material impresso, como é o caso do Instituto Universal Brasileiro, que conforme já mencionado, oferecia educação profissional. Ainda, cumpre ressaltar o desenvolvimento do projeto Minerva, medida pública de massa, cujo objetivo era a alfabetização de jovens e adultos com apoio radiofônico, desenvolvida nos 1970 e; ainda, o Telecurso de 1º e 2º graus, iniciado desde os anos de 1976, com uso híbrido de material impresso e teleaulas. Outra ação de destaque, já após a LDB, trata-se dos cursos para formação de professores desenvolvidos pela UFMT com a utilização de material impresso.

Essa modalidade de ensino tem sido presente desde o início do século XX no Brasil, inserida de diversas formas e nomes como observado pelos autores acima. No entanto as décadas de 1970 e 1980 o elemento de grande divulgação, “foi a oferta de cursos supletivos a distância, para os níveis fundamental e médio, em sistemas de telecurso, com uso de materiais impressos e de aulas transmitidas por sistema televisivo” (VIANNEY, et.al, 2003, p.16).

Preti (2009) destaca que, a partir da década de 1970 no conjunto mundial, universidades públicas foram institucionalizadas para ofertar cursos na modalidade a distância.

No início dos anos 1990, o cenário da educação a distância despontou após a expansão das TICs, fato que proporcionou investimentos neste campo com a justificativa de maior rapidez

²³ Data referente ao acesso no endereço eletrônico: <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>

²⁴ 1829 – Suécia – Instituto Líber Hermondes (150.000 usuários), 1840 – Reino Unido – Faculdade Sir Isaac Pitman – Primeira escola por correspondência na Europa, 1892 – EUA – Universidade de Chicago – Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes no Departamento de Extensão, 1922 – União Soviética – ensino por correspondência (350.000 usuários), 1948 – Noruega – primeira legislação para escolas por correspondência, 1969 – Reino Unido – fundação da Universidade Aberta (200.000 alunos), 1977 – Venezuela – fundação da Universidade Nacional Aberta, 1978 – Costa Rica – Universidade Estadual à Distância, 1984 – Holanda – implantação da Universidade Aberta, 1985 – Fundação da Associação Européia das Escolas por Correspondência (AEEC), 1985 – Índia – implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi (242.000 alunos), 1987 – Resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Européia, 1987 – Fundação da Associação Européia de Universidades de Ensino à Distância, 1988 – Portugal – fundação da Universidade Aberta, 1990 – Implantação da rede Européia de Educação à Distância, baseada na declaração de Budapeste, 1991 – Relatório da Comissão sobre Educação Aberta e à Distância na Comunidade Européia [Corrêa, 2005: 17-19].

na formação dos indivíduos. E consequentemente, no Brasil a proposta foi marcada pelos avanços e retrocessos visando construir uma modalidade de ensino, cujo objetivo visava capacitação e desenvolvimento das atividades profissionais (MUGNOL, 2009).

Desde a Lei 9.394/1996, que oficializou na política nacional a era normativa da educação a distância no País, “como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino” (VIANNEY, et.al, 2003, p. 18), gerou uma procura por qualificação em nível superior por profissionais, que para ministrar aulas do ensino fundamental e médio deveriam ter um curso superior, especialmente na área das licenciaturas.

A educação superior a distância tem se disseminado em todo o Brasil e contribuído para a ampliação do acesso à educação superior. Contudo, quando se fala em educação de forma democrática e expansiva, a qualidade da oferta é um ponto relevante a ser discutido (DOURADO, 2011). Segundo o autor, a qualidade na educação superior não é uma prerrogativa, mas sim uma necessidade, obrigação e que a sociedade pode se manifestar cobrando um ensino qualitativo, especialmente no Brasil.

Semelhantemente, a educação ganha com os novos caminhos e diferencial entre as muitas instituições de ensino do País e de acordo com a demanda, de certa forma imposta pelo mercado, políticas públicas têm sido implementadas visando o aperfeiçoamento da qualidade da oferta. Conforme destaca Hernandez (2017), a democratização do ensino superior público requer urgência de outros meios de educação além do presencial.

Após a criação da UAB²⁵, iniciam-se questionamentos e demandas para que a EaD possa ser conceituada e desenvolvida de maneira mais precisa e significativa, decorrente inclusive, do processo de sua regulamentação.

A EaD é considerada um recurso para democratização do ensino superior corroborando com as melhorias da política educacional inclusiva, gerando oportunidades de aprendizagem e formação em diversas classes e níveis de ensino, tanto da formação básica até chegar ao ensino superior, que é o foco deste estudo, ao tentar elevar os padrões de acesso à educação, viabilizando vertentes de caráter mais democrático para a educação. E nesse sentido, passa a buscar a conceituação da EaD a partir do contexto do sistema educacional.

A agenda brasileira, configurada por meio dos seus Planos Nacionais de Educação elaborados de forma que envolveu a participação da sociedade brasileira (PNE – 2001 a 2011 e 2014 – 2024), é exemplo desse processo. Quando se evidencia as Metas dos PNEs, 2001-2011

²⁵ Decreto n. 5.800 de 06 de junho de 2006.

e 2014-2024, percebe-se as políticas expansionistas para a educação superior e a relevância da educação a distância, viabilizada pelo desenvolvimento das TICs.

Dessa forma, observa-se uma ruptura na forma de conceber a EaD no Brasil, uma vez que seu início é ancorado em concepções instrucionais apoiadas em material impresso e posteriormente, sobretudo a partir da aprovação da LDB, quando é normatizada a EaD, o foco vai recair sobre as TICs.

No entanto, o que se evidencia de forma mais recorrente após a LDB, quando se busca normatizar e regulamentar a oferta de EaD, é o uso de tecnologias que estará definindo a EaD para o contexto brasileiro, conforme se pode notar no desenho instrucional adotado pela UAB. O uso das TICs no contexto da EaD passa a caracterizar o modelo adotado para a educação superior, inclusive, de forma semelhante ao que ocorre nos demais países do globo.

O quesito tecnologia é destaque relevante a ser valorizado ao ofertar a educação a distância e políticas públicas foram aprovadas para a expansão e oferta dos cursos de educação superior, no intuito de incrementar o ensino superior e também o desenvolvimento da pesquisa acadêmica (BRASIL, 2014). Isso traz evidências que a educação a distância está relacionada com o desdobramento e a evolução da tecnologia disponibilizada a cada época e, ainda, a necessidade e interesse das pessoas por qualificação.

Conforme pontua Alonso (2012, p. 1322), “as discussões sobre a EaD no ensino superior, para além das especificidades e singularidades intrínsecas a ela, vêm acompanhadas, quase sempre, do que seriam possibilidades e limites de seu uso”. É notório o avanço que a EaD tem conseguido na educação superior por meio das inovações tecnológicas.

Nesse sentido, pode-se observar que a EaD ao ser concebida como uma estratégia política de viés democratizante para a educação superior brasileira, a partir da sua normatização na LDB, vai adotar o uso das TICs e da *internet* como instrumental de sua concretização, a exemplo das experiências internacionais como a *Open University*, caracterizando a sua concepção e mesmo a sua conceituação no contexto normativo e regulatório.

1.3 Ações Públicas para a Expansão da Educação Superior no Brasil no período de 1995 a 2016

A partir de 1990, com a vitória do candidato Fernando Collor de Mello, realizada por meio de eleição direta, uma política neoliberalista foi implantada no País. Dada sua identificação com o neoliberalismo e pouco acessível à participação democrática, sua postura contribuiu para piorar o quadro crítico institucional que o Brasil vinha sofrendo (SALLUM JR., 2003).

Todavia nessa eleição, a disputa foi com um candidato de partido da esquerda, que embora não sendo vitorioso, proporcionou mobilização às classes populares, movimentos sociais e setores progressistas da sociedade que com suas ideologias e organizações civis e partidárias fizeram um contraponto político às propostas vitoriosas nas eleições. Essas classes construíram uma agenda de resistências aos propósitos neoliberais do governo, especificamente no que tangia à educação. E com a força dos movimentos e as falhas apresentadas no início do governo, foi difícil sustentar o mandato em meio a processos envolvendo casos de corrupção e para não sofrer um *impeachment*, renunciou à Presidência da República em dezembro de 1992 e o Vice assumiu o mandato até o término em 1994.

O novo presidente eleito²⁶ para dois mandatos consecutivos, no período de janeiro de 1995 a janeiro de 2003, chegou ao poder impulsionado pela força do Plano Real²⁷, moeda considerada estável, implantada durante o governo anterior. No entanto, sua política teve um destaque maior, em função das privatizações de empresas estatais e o crescimento da dívida interna e externa.

Na área educacional, a política proposta para o ensino superior, visava uma racionalização de recursos, generalizando cursos noturnos, aumentando as matrículas com despesas baixas, e isso com a promessa de reverter em aumentos salariais aos professores e técnicos. Fortaleceu a parceria com o setor privado, enfraquecendo o ensino superior público e abriu espaço para as instituições com a qualidade abaixo do esperado (CUNHA, 2003).

Nessa visão, segundo o autor, o governo repassou às instituições privadas suas funções educacionais e expandiu a parte de controle e normas, por meio de agências reguladoras que contavam também com importante presença empresarial.

E ainda, conforme pontua Sallum Jr. (2003), ao enveredar por este caminho, o governo perdeu prestígio no final de seu segundo mandato, não cumpriu as promessas e desencadeou a crise econômica por não conseguir manter a estabilidade monetária.

Na área da educação o foco das políticas para acesso à educação superior, organizadas no seu mandato, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei 9.394/1996, foi a instituição de um modelo de Estado Avaliador que passou a controlar os sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades de ensino (SOUSA; OLIVEIRA, 2003) por meio de testes padronizados, como é o caso do ENC (Exame Nacional de Cursos), posteriormente reestruturado para ENADE (Exame Nacional de Desempenho Estudantil), atualmente vigente.

²⁶ Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)

²⁷ Medida Provisória n. 434 de 27 de fevereiro de 1994.

Segundo Real (2008) esse sistema de avaliação contribuiu com o processo de expansão das instituições e cursos privados no Brasil. Assim, durante os 8 (oito) anos de mandato desse Governo, ampliou majoritariamente o número de instituições, cursos e matrículas privadas, enquanto que as instituições públicas, permaneceram estagnadas em termos de expansão.

Nessa conjuntura e considerando o período eleitoral pelo qual o país novamente passaria, visto o término deste governo, a partir de 2003, as propostas de políticas públicas para a educação, vislumbradas pelos movimentos sociais e educacionais ganharam contorno e foram relevantes na vitória de um candidato de partido da esquerda.

Com isso, após as eleições e o início do novo mandato em 2003, reconfiguraram-se as relações de forças no interior da sociedade brasileira e em suas demandas frente ao Estado. Este novo cenário, permitiria uma reorientação das políticas públicas no Brasil, especialmente em relação à educação superior pública. Embora, não houve maiores rupturas em relação ao setor privado, pois a ampliação do acesso às instituições particulares ganhou êxito com a criação de novos Programas, visando facilitar o ingresso no ensino superior.

No tocante às políticas públicas educacionais do Governo, no período de 2003-2010, estas visavam engendrar esforços para reverter o quadro precário das Instituições Federais de Ensino Superior, com a proposição de um projeto para reestruturar e desenvolver, dada a crise vivida por estas no governo anterior, cujas verbas de custeio teriam sofrido uma diminuição em cerca de 50% (AGUIAR, 2016).

Portanto, nos governos de 2003 a 2015 houve a constituição de políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso à educação pública em todos os níveis, inclusive à educação superior.

Nas instituições públicas, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU)²⁸, uma forma de ingresso pela nota do Enem, proporcionando diversificação das formas de acesso para os estudantes ingressarem na educação superior. O SISU, criado e gerenciado pelo MEC desde 2010, é um processo seletivo para entrada de novos alunos em instituições públicas de Ensino Superior que utiliza, exclusivamente, a nota do Enem como critério de seleção. Em virtude da capilarização do ENEM no contexto geográfico brasileiro, ampliou-se o acesso de estudantes às formas de ingresso às universidades públicas.

Além de políticas para ingresso dos estudantes no ensino superior público, o Governo ainda criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES²⁹, como finalidade para

²⁸ SISU criado e gerenciado pelo MEC desde 2010.

²⁹ Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

ampliar as condições de permanência desses jovens estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

No contexto de expansão do ensino superior público, o Governo implementou programas no intuito de ampliação e interiorização do ensino superior, fato confirmado pelos Programas Expansão I, do período de 2003 a 2007 e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³⁰, cujo objetivos era congregar esforços para consolidar a ampliação do acesso e permanência na educação superior (BRASIL, 2012), com vigência de 2008 a 2012. E também a partir do ano 2004, o governo continuou a investir nessa área de qualificação de jovens e adultos, conforme as diretrizes de Jontiem³¹ que previam a educação para todos e ao longo da vida.

A prioridade do governo na primeira fase do Programa de Expansão e Interiorização, iniciado em 2003, foi a redução das assimetrias regionais, onde as instituições de ensino superior concentravam-se em regiões de maior poder aquisitivo, nas capitais e regiões litorâneas. Nesse ínterim, universidades foram criadas³² e o incentivo a educação superior proporcionou um crescimento acelerado naquelas regiões onde foram implantados, combatendo a instabilidade no desenvolvimento regional e alcançando estudantes sem condições de deslocamento para outras localidades.

Entre 2003 e 2013, a oferta de cursos de graduação evoluiu de 16.505 opções para 32.049, o que representa um crescimento de 94%. O crescimento do número de cursos foi significativo tanto no setor privado quanto no setor público: no setor privado, correspondeu a 96,4%; no público, 91,6% (BRASIL, 2014c, p. 22).

A segunda fase do Programa, de 2008 a 2012, foi marcado pela continuidade deste processo de interiorização das instituições federais. O Relatório do primeiro ano do REUNI³³ atestou que 90% das IFES aderiram ao Programa com vistas à interiorização de cursos, destinados especialmente a formação de professores, ampliação de vagas para os cursos existentes, criação de novos cursos de Campi em todo território nacional, fato que culminou com a mudança do quadro do ensino superior no Brasil (BRASIL, 2009).

³⁰ Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007)

³¹ Declaração Mundial sobre Educação para todos, Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem: Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

³²Fonte: Simec/MEC: UNIFAL,UFVJM, UFERSA, UTFPR, UFABC, UFGD, UFRB, UFCSPA, UNIPAMAPA (BRASIL, 2014)

³³ O Programa foi criado em 2007 e assunto trata do Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.

E ainda, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFETs)³⁴, visando o estabelecimento de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, anunciando a princípio a criação de 38 (trinta e oito) Institutos a nível nacional.

No intuito de avaliação e monitoramento da educação e finalizando o decênio, um novo Projeto de Lei (PL) sob o nº. 8.035/2010, de iniciativa do Executivo, tramitou no Congresso impulsionado pelo empenho dos educadores e pela sociedade, o que resultou na aprovação do PNE 2014 – 2024.

Esse Plano atual e vigente propõe um conjunto de Metas para priorizar a educação superior, cuja responsabilidade é dos governos federal e estaduais. É na educação superior que tanto os professores da educação básica quanto os demais profissionais que atuarão no município são formados, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local (BRASIL, 2014a). Dentre esse conjunto, destaca-se duas abaixo:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

O destaque dessas Metas é a prioridade voltada para a expansão da oferta de matrículas com qualidade na educação superior e a preocupação em investir na qualificação do quadro docente nas IES.

Como visto, o Governo³⁵ no período de 2011-2016, continuou investindo na expansão da rede federal de educação superior com a criação de mais 04 (quatro) universidades, considerando as 14 (quatorze) universidades criadas no governo anterior, totalizou em 63 (sessenta e três) instituições federais de ensino superior no País³⁶.

Contudo, no primeiro ano de seu primeiro mandato (2011-2015), priorizou a criação de um programa voltado para o ensino técnico profissionalizante, o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego³⁷.

³⁴ Lei n. 11.892/2008

³⁵ Governo no período de 2011-2016: Dilma Vana Rousseff.

³⁶ Fonte: Portal do MEC- Dilma Rousseff, apresentou aos reitores das universidades federais, os resultados da expansão da Rede Federal de educação superior em 21/05/2014.

³⁷ Lei n. 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Esse Programa visava expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, tanto de forma presencial como a distância.

Além das medidas voltadas para a ampliação do setor público houve, também, ações focadas na ampliação do acesso à educação superior, por meio de incentivo às instituições privadas.

Dentre esses, o Programa Universidade para Todos (PROUNI)³⁸, no qual beneficia estudantes em instituições privadas de ensino superior, concedendo bolsas de estudo de forma integral ou parcial e para essas instituições, que aderem ao Programa Federal, ganham o bônus de ficarem isentas de tributos.

No entanto, anteriormente ao PROUNI já vigorava o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)³⁹, também destinado à matrículas nas faculdades privadas, as quais obtiveram avaliação de forma positiva pelo MEC. Com isso, a proposta de desenvolvimento para as universidades públicas foi significativa, também para as privadas, que conseguiram expandir seus cursos e sanar suas dívidas se beneficiando da isenção fiscal, concedida pelo Governo (DURHAM, 2010).

No ano de 2013, a então presidente⁴⁰, fez um balanço de seu mandato, destacando que foram concedidas até aquele momento, mais de um milhão de bolsas pelo Programa PROUNI (BRASIL, 2014b). Destacou também, o incentivo dado aos estudantes de acesso ao ensino superior por meio do FIES, e ainda, pontuou sobre o Programa Ciências sem Fronteiras, como um grande investimento do país, com a proposta de que até o final daquele ano chegaria ao quantitativo de 100 (cem) mil bolsas concedidas a estudantes brasileiros para cursarem faculdades ou cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras. Percebe-se que o próprio governo faz questão de mensurar suas políticas públicas para a educação superior, não apenas relacionada ao desenvolvimento do setor público como também do setor privado.

Nessa conjuntura de investimentos na educação superior, foi instituído o Programa Mais Médicos⁴¹, cuja finalidade era formar profissionais médicos para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), visando diminuição da carência nas regiões atendidas prioritariamente pelo SUS⁴².

Outra medida relevante voltada para a ampliação do acesso foi a aprovação da Lei n. 12.711/2012, que instituiu o sistema de cotas no Brasil. Dessa forma, as políticas

³⁸ Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005).

³⁹ Lei 10.260 de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001).

⁴⁰Fonte: Presidenta Dilma Vana Rousseff. Entrevista concedida em 06/01/2014, São Paulo.

⁴¹ Lei n. 12.871 de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos.

⁴² Em apenas dois anos, toda a demanda das prefeituras que aderiram ao Programa foi atendida, e, com isso, 63 milhões de brasileiros e brasileiras já estão sendo beneficiados com a presença dos médicos em 4.058 municípios do Brasil. Estimamos, que, até o final de 2018, serão 70 milhões de brasileiros e brasileiras atendidos pelo Mais Médicos (BRASIL, 2015, p. 9).

implementadas pelo governo de 2003-2015, buscaram viabilizar a inserção de um percentual maior de pessoas à educação, especialmente, à educação superior, implementando ações em diversos espaços e contextos.

E é nesse contexto, em que se busca a ampliação do acesso à educação, e particularmente, à educação superior, que é implementada a EaD como uma estratégia política. Em 2006 foi criado o Programa UAB⁴³, o qual se constituirá como uma das primeiras ações governamentais voltadas para a expansão da educação superior na modalidade a distância.

Dessa forma e diante da visão de expansão relevante do governo e no arcabouço de investimentos, não poderia ficar a parte recursos para a educação a distância, visto ser considerada como potencial para democratização do acesso e ampliação de vagas nas instituições de ensino superior.

Observa-se que, a educação a distância por meio da UAB, vem se constituir como uma política efetiva como foco da EaD para garantir a expansão e ampliação do acesso aos jovens de 18 a 24 anos a educação superior. A UAB se inseriu nesse contexto, como uma estratégia de suprir por meio de seus polos, onde as demais ações expansionistas não conseguiram, mesmo com a criação de cursos fora de sede e programas de financiamentos. Nesse sentido, a UAB, é alçada numa política de expansão, com o intuito de conseguir efetivar as metas propostas no PNE. Considerando a centralidade da UAB para a política de EaD no Brasil, esse programa será tratado de forma mais detalhada no próximo capítulo deste trabalho.

1.4 A Expansão do Ensino Superior no Brasil e sua relação com a EaD

O aumento da demanda por educação superior cresce particularmente, a partir de 1995, nos marcos legais instituídos após a promulgação da Constituição Federal e da Lei 9.394/1996 que efetivou o ensino fundamental obrigatório, o que por sua vez, proporcionou a ampliação da procura por ensino médio e, conseqüentemente, por educação superior entre outros fatores condicionantes e contextuais já mencionados (OLIVEIRA, 2007). A Constituição Federal de 1988, foi um marco no processo de democratização e acesso ao ensino de uma maneira geral. No entanto, foi razoável e não total para que a educação estivesse universalizada.

Segundo Dourado (2008, p. 895) “no tocante à educação superior, os dados educacionais indicam complexos desafios a serem superados”. Complexidade essa que gira em torno de uma organização, infraestrutura e as práticas pedagógicas que sempre vão se moldando com o passar

⁴³ Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006).

dos anos. Pois, a modalidade seja ela presencial ou a distância necessita de ser revestida de pontos expressivos para se estabelecer um processo educacional completo.

A educação superior no Brasil, “desde sua institucionalização foi permeada por embates, no que concerne a sua dimensão, lógica e dinâmica organizativas, o que acarretou uma implementação tardia da organização acadêmica por meio da criação de universidades” (DOURADO, 2011, p. 55). No entanto, as ações de investimento do Governo têm sido voltadas para a criação de novas IES, o que consequentemente amplia a oferta de vagas em cursos diferenciados.

Isto posto e contextualizando a relação estabelecida no crescimento da educação superior com a EaD, configura com os determinantes explícitos no PNE 2001-2010 e no PNE 2014-2024, mais especificamente na Meta 12 e a estratégia 12.2, que expressa sobre a ampliação de vagas na educação superior, por meio da expansão e interiorização, inclusive via UAB, abrindo assim espaço às universidades para a oferta de educação a distância.

Essa abertura proporcionou a educação a distância se inserir no conjunto das medidas de reformulação do contexto da educação superior, alterando legislações, criando programas destinados à inclusão, democratização e a decorrente interiorização do ensino superior. Percebe-se que, a universidade se destaca das demais instituições que proporcionam o ensino a distância, na disseminação do conhecimento e técnicas inovadoras, visivelmente em âmbitos regionais (LINS, 2016).

Não obstante, é preciso destacar a missão das IES públicas, que é de assegurar o irrestrito acesso e aprendizagem aos estudantes de todas as áreas geográficas do país que buscam apoio para capacitação, prezando pela qualidade dos cursos ofertados e dignificando a formação docente.

Quando se observa o percentual de matrículas nas modalidades presencial e a distância no País, é notório seu crescimento desde a aprovação da Lei 9.394/1996, quando a EaD foi incorporada como política educacional e passou a fazer parte da expansão deste campo educacional. É necessário, ainda, não perder de vista a evolução ano após ano do quadro geral das matrículas, distribuídas entre IES públicas e privadas, em decorrências das orientações das políticas públicas adotadas pelos sucessivos governos (INEP, 2016).

De acordo com Mancebo, et. al. (2015), em 1995 já havia registro de quase 40% das matrículas do ensino superior em instituições públicas e mais de 60% nas instituições privadas. Numa demonstração de interstício de dez anos, partindo do ano de 1995 até 2005, é possível visualizar os números de matrículas efetuadas em grande quantidade nas instituições privadas, conforme números constantes na tabela 1.

Tabela 1 - Número de matrículas da Educação Superior Brasileira Pública e Privada de 1995 a 2005

ANO	Número Total de Matrículas na Educação Superior	Número de matrículas nas IES - Presencial e EaD				
		Total Públicas	Federal	Estadual	Municipal	EaD
1995	1.759.703	1.127.932	353.235	201.974	43.370	-
1997	1.945.615	1.326.459	380.980	226.149	59.292	-
1999	2.369.945	832.022	442.562	302.380	87.080	-
2001	3.030.754	939.225	502.960	357.015	79.250	5.359
2003	3.887.022	1.136.370	567.101	442.706	126.563	49.911
2005	4.453.156	1.192.189	579.587	477.349	135.253	114.642

Fonte: Dados obtidos no Censo da Educação - 1995, 1997, 1999, 2003 e 2005 (MEC/INEP)⁴⁴.

No Censo da Educação Superior do ano de 2001, o número de matrículas em EaD, em Instituições Públicas, federais e estaduais, foi de 5.359 matrículas efetuadas⁴⁵. A tabela demonstra o número de matrículas na IES particulares e públicas, com oferta de educação presencial e a distância.

Nota-se, que a tabela apresenta para um curto período de 10 anos, uma tendência extraordinária de concentração de matrículas nas IES privadas, que alcançaram números bem elevados. É importante ainda, considerar que os dados absolutos apresentados em relação à expansão de matrículas do setor público, escamoteia uma situação ainda mais significativa quanto à expansão da rede federal, pois a ampliação de matrículas, de 700 mil para quase 1 milhão e duzentas mil, foi tanto em termos relativos quanto absolutos, maior nas redes estaduais.

De acordo com o diagnóstico da Educação Superior no PNE 2001-2010 (BRASIL, 2010), a contribuição estadual para a educação superior tem sido importante, mas não deve ocorrer em detrimento da expansão com qualidade do ensino médio⁴⁶.

Conforme pontua Mancebo, et al. (2015), esses números altos nas instituições particulares, deu-se em função das pressões da mundialização econômica tendo como um de

⁴⁴ Fonte: Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 set. 2018.

⁴⁵ Fonte: MEC/INEP/DAES.

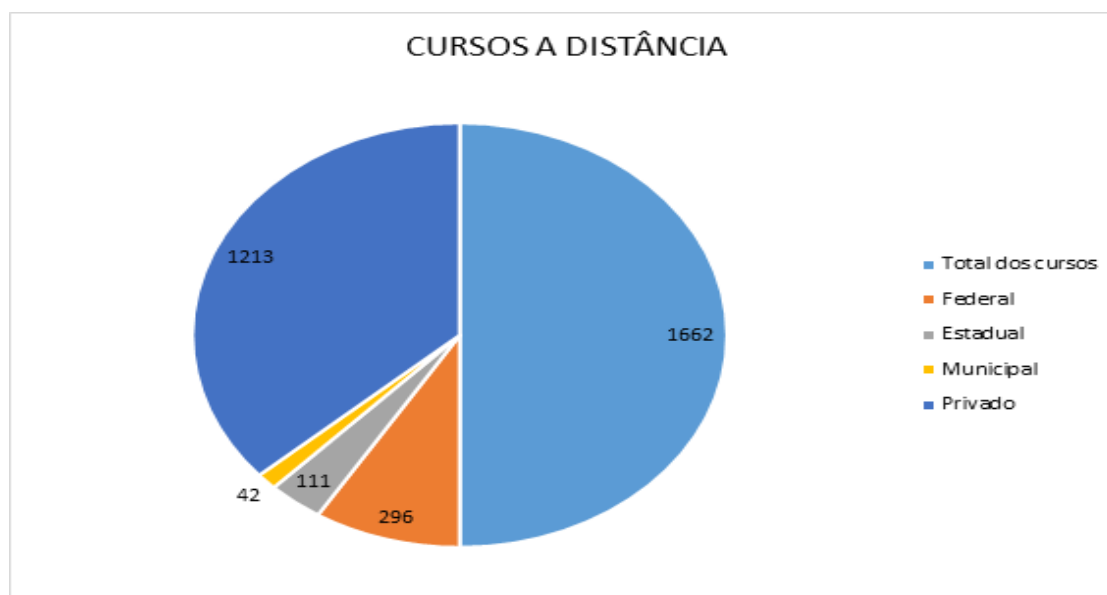
⁴⁶ Visando um desenvolvimento equilibrado os recursos destinados pelos Estados à educação superior devem ser adicionais aos 25% da receita de impostos vinculada à manutenção e desenvolvimento da educação básica.

seus resultados as políticas neoliberais do governo. Isso culminou com privatizações e injeção de recursos visando diminuir impostos e concedendo oportunidades dessas instituições sanarem suas dívidas, resultando num crescimento desproporcional entre públicas e privadas.

Evidencia-se também, de acordo com os dados, que a EaD se tornou política pública, com um crescimento notável e isso leva a ver que o Brasil fez da educação a distância uma política central, por meio do MEC, que incluiu a EaD nas diretrizes e normas gerais componentes do sistema educacional brasileiro, como exemplo, no ano de 2006 com a entrada em vigor do Decreto nº. 5.773 (BRASIL, 2006), foram regularizadas as funções de avaliação de instituições e cursos superiores, incluindo os da EaD.

Com relação ao número de cursos de graduação a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa das IES, de acordo com áreas e programas ou cursos no Brasil em 2016, conforme a Sinopse do Censo⁴⁷ 2016, foram num total de 1.662 (um seiscientos e sessenta e dois) cursos, sendo 296 (duzentos e noventa e seis) federal, 111(cento e onze) estadual, 42 (quarenta e dois) municipal e 1.213 (um mil duzentos e treze) privadas (UAB/CAPES, 2018, *online*)⁴⁸. O Gráfico abaixo exemplifica:

Gráfico 1 - Cursos a Distância no Brasil - 2016



Fonte: Elaboração própria com base dos dados Censo da Educação Superior. (2016).

Observa-se que há um predomínio das unidades educacionais particulares, mantendo a característica de massificação dos cursos presenciais. Essas instituições têm investido em

⁴⁷ Fonte: Sinopse-Censo da Educação Superior/2016, item 7.4.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia>. Acesso em 06 fev. 2018.

estratégias auspiciosas de marketing, no intuito de atrair um maior número de pessoas, promovendo o estímulo ao ensino a distância, com valores chamativos, caracterizando uma forma de barganha.

Entre as possíveis respostas para esses dados, está a limitação dos investimentos públicos destinados à educação superior, pois o volume de recursos investidos pelos órgãos públicos tende a ser maior, considerando que as instituições públicas, estando inseridas nas universidades, atendem à tríade das funções universitárias que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, enquanto que as instituições privadas focam apenas as atividades relacionadas ao ensino (GIOLO, 2010). Percebe-se que o principal objetivo das instituições privadas é a expansão dos cursos, focalizando somente o ensino.

No que tange ao quantitativo de matrículas por IES brasileiras, as tabelas abaixo, explicitam os dados nas modalidades presencial e a distância referente aos anos 2006, 2010, 2015 e 2016:

Tabela 2 - Total de Matrículas em Cursos Presencial e a Distância no Brasil de 2006 a 2016

ANO	GRAU ACADÊMICO	TOTAL				
		Matrículas	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2006	*Bach./Lic./Tec./	4.883.852	607.180	502.826	141.359	3.632.487
2010	Bach e Lic./Não informado	6.379.299	938.656	601.112	103.530	4.736.001
2015		8.027.297	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
2016		8.048.701	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2016: Principais Resultados. DEED/INEP. *Legenda: Bach – Bacharelado; Lic. – Licenciatura; Tec. – Tecnológico; Bacharelado e Licenciatura; não informado.

Numa análise da expansão da EaD, dos anos 2006 a 2015, no que se refere ao quantitativo de matrículas efetuadas nos cursos de graduação presencial e a distância, observa-se que a educação a distância num espaço de temporal de 10 (dez) anos teve um aumento significativo⁴⁹.

Constata-se que, não obstante o crescimento contínuo do ensino superior como um todo no período, a EaD evoluiu com taxas superiores quando comparada com o ensino presencial. Para chegar a esse perfil, foi de fundamental importância o papel da UAB impulsionando a

⁴⁹ Apresentação do Censo da Educação Superior 2015 (BRASIL, 2015).

educação a distância no ensino superior e atendendo ao disposto no PNE 2001-2010 e 2014-2024 no tocante a elevação de matrículas na graduação.

Tabela 3 - Total de Matrículas em Cursos Presencial no Brasil de 2006 a 2016.

ANO	GRAU ACADÊMICO	TOTAL				
		Matrículas	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2006	*Bach./Lic./Tec./	4.676.646	589.821	481.756	137.727	3.467.342
2010	Bach e Lic./Não informado	5.449.120	833.934	524.698	103.064	3.987.424
2015		6.633.545	1.133.172	574.645	115.935	4.809.793
2016		6.554.283	1.175.650	577.967	113.860	4.686.806

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2016: Principais Resultados. DEED/INEP. *Legenda: Bach – Bacharelado; Lic. – Licenciatura; Tec. – Tecnológico; Bacharelado e Licenciatura; não informado.

Tabela 4 - Total de Matrículas em Cursos a Distância no Brasil de 2006 a 2016

ANO	GRAU ACADÊMICO	TOTAL				
		Matrículas	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2006	*Bach./Lic./Tec./	207.206	17.359	21.070	3.632	165.145
2010	Bach e Lic./Não informado	930.179	104.722	76.414	466	748.577
2015		1.393.752	81.463	43.988	2.942	1.265.359
2016		1.494.418	73.674	45.479	3.448	1.371.817

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2016: Principais Resultados. DEED/INEP. *Legenda: Bach – Bacharelado; Lic. – Licenciatura; Tec. – Tecnológico; Bacharelado e Licenciatura; não informado.

Os dados expostos nas tabelas 2, 3 e 4, permitem melhor visualizar ou apreender as considerações já evidenciadas nos parágrafos anteriores. No ano de 2006, do total de matrículas efetuadas, tanto presencial quanto a distância, 12,43% foi na rede federal, 10,29% na rede estadual, 2,89% na rede municipal e 74,37% nas instituições particulares. Isso atesta como as políticas públicas implementadas pelo governo favoreceram o incremento de matrículas nas instituições particulares.

Evidentemente que se nota um crescimento em mais de 100% no número de matrículas do setor público federal⁵⁰ no período de 2006 a 2016. Ao tomar todo o setor público (união, estados e municípios) o percentual de crescimento cai para 59,03%. Por outro lado, o setor privado cresceu 67,20%. Ou seja, no geral o setor privado cresceu mais que o público, tanto em

⁵⁰ Impulsionado pelo Programa REUNI – 2008, cuja meta visava dobrar o número de matrículas nos cursos de graduação em dez anos.

termos relativos (quando olhamos os números totais ou quando olhamos os dados da educação a distância), como também em números absolutos (quando olhamos apenas os números da educação presencial).

A expansão da rede federal, ocorreu evidentemente em função dos vários programas governamentais adotados no período. Quanto à relação entre as modalidades presencial e à distância, percebe-se que na rede pública de modo geral e, em particular na rede federal, o comportamento do número de matrículas também foi crescente, embora tenha oscilado ao longo do período. Por exemplo, observamos um salto quantitativo tanto na rede federal quanto nas redes estaduais, no período entre 2006-2010.

No entanto, evolução ascendente não se fixou nos períodos posteriores e o pico alcançado em 2010, não se repete em 2015 e 2016, pois é visualizada assim uma curva descendente entre os anos de 2010 e 2016. Este é um ponto importante a ser observado pois, entendê-lo irá abrir as portas para uma melhor compreensão desta política pública de educação superior no Brasil, em especial sobre o modelo de institucionalização adotada através da UAB, como será tratado no próximo capítulo.

Já o crescimento da modalidade à distância no setor privado, saltando de um total de 165.145 para 1.371.817 matrículas, ou seja, um crescimento percentual de mais de 7 vezes, entre 2005 e 2016, parece demonstrar que o setor privado se adaptou melhor às possibilidades abertas pela EaD. Na educação a distância é grande a proporção dos números efetuados nas instituições particulares, com mais 80% das matrículas e apenas 11,25% na rede federal, o que demonstra um rol de preocupações quanto aos acertos das políticas públicas para o setor, a questão da qualidade, a expropriação de renda das famílias e, mesmo, os limites expansionistas e até de sobrevivência que está posto para a educação superior como um todo.

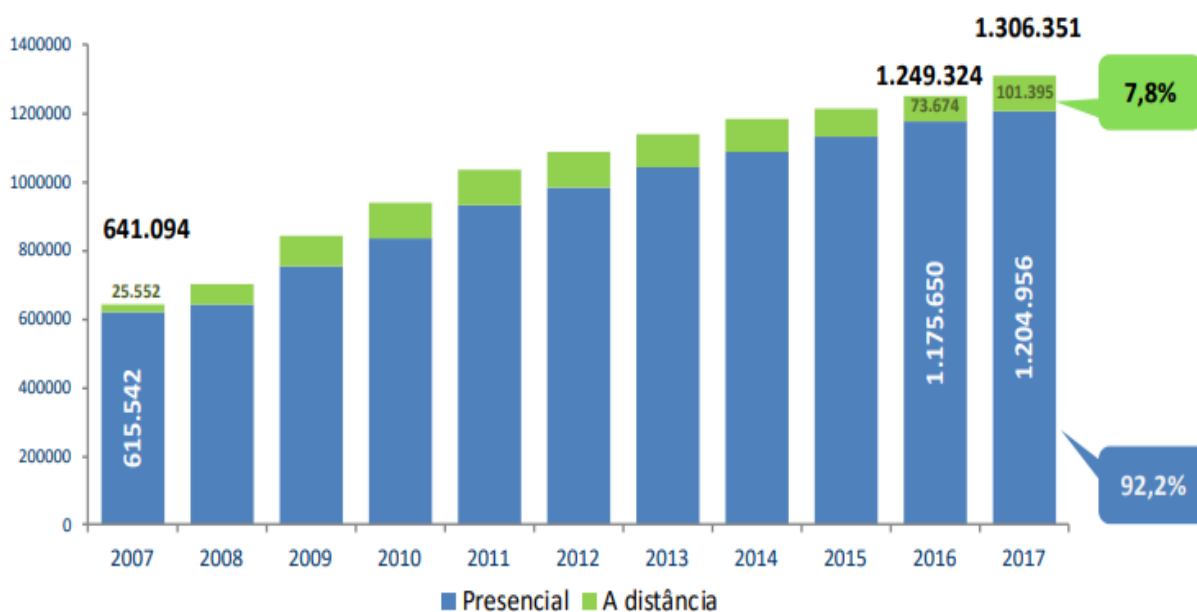
Em 2015 e 2016, houve um aumento no total das matrículas alcançando o número de 8 milhões, visto mais uma vez esse crescimento impulsionado pelas instituições particulares que atingiram o número de 6 milhões.

Para a educação a distância, a rede federal teve uma queda entre os anos 2010 e 2015 de cerca de 5%, e no ano de 2016 continuou essa queda conforme os números da tabela 4. Diante destes números, a leitura que se faz é que, a quantidade de grupos educacionais formados por IES privadas aumentaram consideravelmente entre 2010 a 2016, proporcionados pelo montante de recursos do FIES repassado pelo governo. O Brasil, conta com oito grandes grupos educacionais, que juntos contabilizam uma em quatro matrículas no ensino superior⁵¹.

⁵¹ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo: “Só oito grupos concentram 27,8% das matrículas do ensino superior”, Luiz Fernando Toledo de 08/06/2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-8->

A rede federal conta com mais de um milhão e duzentos mil alunos matriculados, conforme destaque do gráfico abaixo. O quantitativo de matrículas efetuadas somente na rede federal é resultado dos investimentos do Governo em expansão na educação tanto presencial quanto à distância.

Gráfico 2 - Evolução da Matrícula na Rede Federal por modalidade de Ensino – Brasil 2006 a 2016



Fonte: INEP - Censo da Educação Superior 2017 (INEP, 2017).

Esses números evidenciados no gráfico, são nítidos com relação a ampliação da rede federal de universidades concebidas pelo governo, a partir do ano de 2003 no ensino presencial e a partir de 2005 com a criação da UAB, para oferecimento do ensino a distância. A expansão proporcionou o crescimento em números de universidades e de campus no interior, priorizando regiões que apresentavam uma assimetria no número de vagas e matrículas com relação a outras regiões do País. Essa ação do governo priorizou as metas do PNE, para inserir jovens de 18 a 24 anos, fortalecer os cursos noturnos e proporcionar a oferta de cursos a distância.

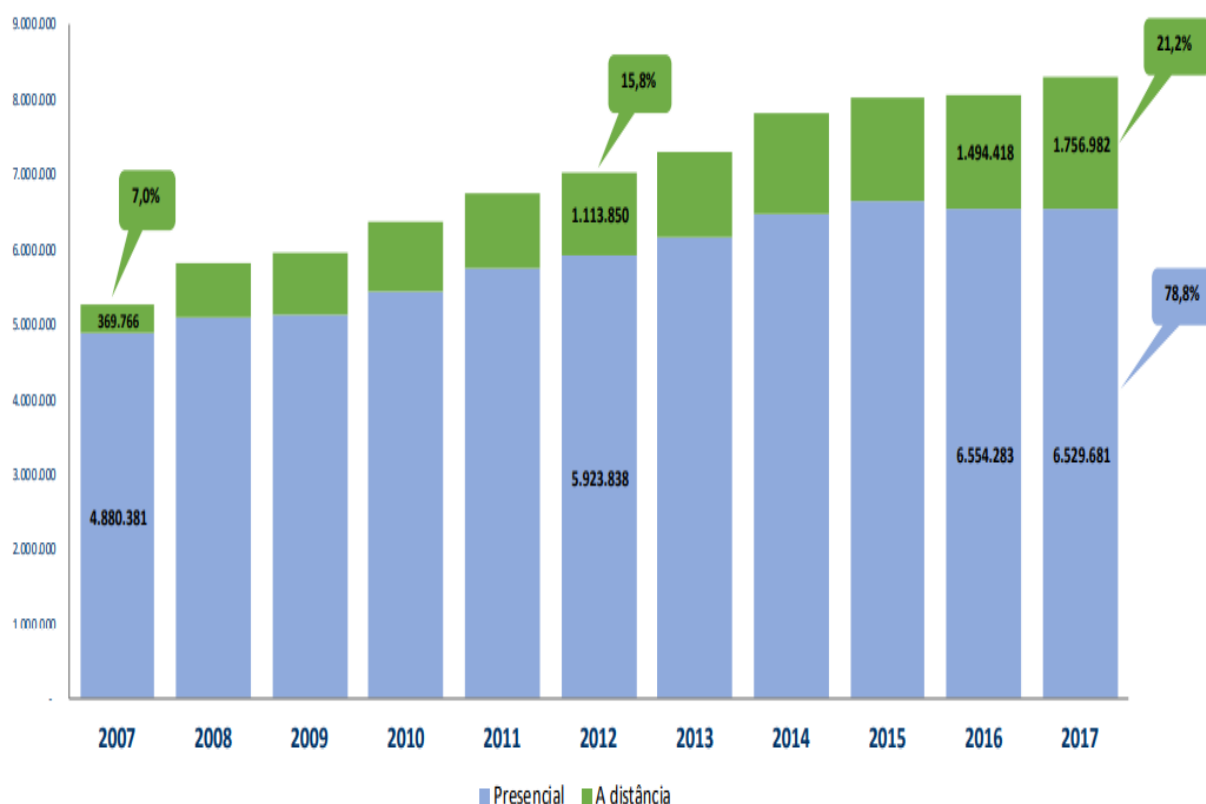
O gráfico demonstra a oscilação do número matrículas à distância, com uma redução nos anos posteriores a 2011 (ano no pico de matrículas). É possível entrever que no caso da UAB que não possui recursos perenes assegurados pelo Estado, momentos de crise fiscal como

se verificou após aquele ano, tenha sido afetada diretamente nos anos subsequentes (o que reforça nas preocupações com o modelo institucional adotado).

As instituições públicas, dado o caráter do ensino presencial, os investimentos do governo são direcionados para equipar e qualificar o quadro docente e isso em consonância com o PNE 2014-2024, que é de elevar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício na educação superior. Já os cursos a distância são ofertados por meio de editais e convênios com a UAB/CAPES e o quadro docente é formado por professores bolsistas, contratados por período determinado.

O próximo Gráfico retrata o número de matrículas em cursos de graduação presencial e a distância no período de 2007-2017.

Gráfico 3 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino em IES públicas e privadas: de 2007 a 2017



Fonte: INEP - Censo da Educação Superior 2017 (BRASIL, 2017).

Consoante o gráfico, o quantitativo maior no número de matrículas em 2017 é resultado principalmente, da modalidade a distância, que obteve uma variação bastante positiva de cerca de 27% e na modalidade presencial o aumento foi considerado leve.

A tabela a seguir valida os dados referente a Evolução das Matrículas nos Cursos de Graduação da Região Centro-Oeste, especificamente no estado de Mato Grosso do Sul. A visibilidade dos números referente à educação a distância nas instituições privadas é bastante relevante e significativo, principalmente ao observar que no período de 2010 a 2016 essas instituições foram beneficiadas com recursos dos Programas de Expansão do Governo Federal, como PROUNI e FIES.

Tabela 5 - Evolução das Matrículas nos Cursos de Graduação da Região Centro-Oeste – Estado de Mato Grosso do Sul.

ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	Federal	Estadual	Particular	Presencial	À Distância
2010	UFGD			4.408	-
	UFMS			13.473	1.077
		UEMS			-
			Anhanguera		62.775
			UCDB		1.792
			UNIGRAN		7.251
ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	Federal	Estadual	Particular	Presencial	À Distância
2011	UFGD			5.063	-
	UFMS			13.861	966
		UEMS		-	-
			Anhanguera	13.767	70.579
			UCDB	8.575	2.520
			UNIGRAN	7.119	9.908
ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	Federal	Estadual	Particular	Presencial	À Distância
2012	UFGD			5.424	285
	UFMS			14.306	1.153
		UEMS		7.561	245
			Anhanguera	15.180	125.322
			UCDB	9.331	2.787
			UNIGRAN	6.921	11.070
ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	Federal	Estadual	Particular	Presencial	À Distância
2013	UFGD			5.745	667
	UFMS			14.571	1.395
		UEMS		7.312	177
			Anhanguera	14.248	107.909
			UCDB	8.246	1.506

Continua

Tabela 5 - Evolução das Matrículas nos Cursos de Graduação da Região Centro-Oeste – Estado de Mato Grosso do Sul

Conclusão

			UNIGRAN	6.859	10.529
ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	Federal	Estadual	Particular	Presencial	À Distância
2014	UFGD			6.375	862
	UFMS			15.204	1.466
		UEMS		6.901	165
			Anhanguera	17.819	150.631
			UCDB	9.191	1.325
			UNIGRAN	6.881	9.595
ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	Federal	Estadual	Particular	Presencial	À Distância
2015	UFGD			6.518	891
	UFMS			15.362	940
		UEMS		6.942	332
			Anhanguera	19.031	133.785
			UCDB	9.461	1.078
			UNIGRAN	7.763	8.921
ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	Federal	Estadual	Particular	Presencial	À Distância
2016	UFGD			6.730	607
	UFMS			15.926	680
		UEMS		7.046	374
			Anhanguera	17.372	144.714
			UCDB	8.997	1.288
			UNIGRAN	7.559	9.316
ANO	INSTITUIÇÃO			MODALIDADE	
	UFGD			6.869	752
2017	UFMS			17.690	1.200
		UEMS			
			Anhanguera	17.608	161.181
			UCDB	8.301	1.476
			UNIGRAN	7.826	12.164

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo do Ensino Superior MEC/INEP/DEED. (2017).

Os números das matrículas do estado de MS, com as instituições públicas e privadas, demonstram os mesmos delineamentos do quadro nacional que foi analisado até aqui. Um crescimento importante do setor das privadas, mas que é acentuado de modo vertiginoso em relação às matrículas na modalidade à distância.

No caso das Instituições Públicas, nota-se um crescimento importante tanto presencial quanto à distância nas universidades existentes. No caso da educação a distância, ocorre o mesmo fenômeno de oscilação que já foi observado em quadros e tabelas anteriores.

A UFMS oferta matrículas a distância desde o ano de 2010, embora o número seja bem menor em comparação com a instituição privada Anhanguera, com sede na Capital e a Unigran,

com sede em Dourados, o que leva a perceber que essas instituições privadas demandam uma maior oferta de cursos, atraindo assim um quantitativo grande de estudantes.

Menção deve ser feita à criação da UFGD, em 2005, e que por esta razão, tem um crescimento acentuado no número de matrículas pelos cursos novos criados. Dado o universo geral de matrículas no setor público ser pequeno, evidentemente que o seu impacto percentual é bastante relevante. No que se refere a educação a distância, a UFGD aderiu ao Convênio com a CAPES/UAB no ano de 2010 e as primeiras matrículas foram efetuadas no ano de 2012, para dois cursos de graduação, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Computação.

Então, considerando todas as discussões efetuadas neste capítulo, existe a necessidade de uma avaliação da transformação da EaD em política pública educacional de caráter estratégico para expansão do ensino superior. E conforme pontua Peroni (2013, p. 3) “a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças macrossociais e econômicas, mas é parte constitutiva de ambas”.

De acordo com Palumbo (1994), A política pública envolve um ciclo de decisões, determinados por uma agenda, para posteriormente após um tempo de maturidade tende a fortalecer, implementar e prosseguir para a institucionalização.

Partindo dessa alusão, podemos caracterizar que a EaD é uma política relevante para a expansão da educação superior, e como processo de ampliação a política pública educacional, em especial nesse nível educacional, teve um crescimento pós LDB - Lei. 9394/1996, conforme especificado em seu artigo 43, que a educação superior visa promover conhecimentos científicos, técnicos e culturais.

Para evolução desse nível da educação muitos debates foram realizados no interior das universidades, tanto a nível nacional quanto mundial (SANTOS, 2008). A caracterização da EaD é de uma política pública com garantia de acesso e continuidade, e também da possibilidade de ampliação de matrículas com a rápida expansão da educação superior.

De acordo com Arruda e Arruda (2015), os índices são surpreendentes, pois demonstram a força que essa modalidade agregou na última década:

Entre 2005 – ano da publicação do Decreto nº 5.622 – e 2013, o Brasil passou de 100 mil alunos matriculados em cursos superiores para mais de 1 milhão e 100 mil matrículas, um aumento de mais de 1000%. Desse total, cerca de 15% estavam matriculados nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), conforme dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2014) [...] (p. 326).

Isso demonstra os investimentos feitos pelo governo a partir de 2005, onde as IPES (Instituições Públicas de Educação Superior) manifestavam interesse em firmar o convênio com

a CAPES/UAB, para ofertar cursos disponibilizados via editais, visando atender a demanda dos municípios.

A UAB, nesse contexto de expansão da educação superior, constituiu-se como uma alternativa de expansão da educação superior, delineando uma maior capilarização da oferta pública de educação superior de forma a viabilizar o atendimento às Metas do PNE. A UAB visava, portanto, contribuir no atendimento de todos em todos os lugares.

Diante das muitas transformações mundiais, como discorridas neste capítulo, ficou evidente o reconhecido papel da educação a distância para expansão da educação superior.

Assim e considerando a síntese da concepção política do País, no que tange a educação superior a distância, fecha-se esse capítulo.

CAPÍTULO II

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EaD: CONCEITUAÇÃO E CONTEXTO

O objetivo deste capítulo é evidenciar os conceitos de institucionalização e suas particularidades no contexto das organizações, tendo como foco empírico a UFGD. O conceito de institucionalização tem como referencial teórico o aporte do neoinstitucionalismo particularmente centrado nos estudos de Kezar (2007), Kezar e Sam (2013) e Lima (2013).

Entende-se que esse referencial, contribuirá para compreender o processo de desenvolvimento da EaD no contexto da UFGD. O capítulo abordará as concepções de institucionalização, as fases e os processos, os fatores que influenciam a institucionalização da EaD, a estruturação da UAB e seu relacionamento com as universidades e iniciará a caracterização institucional da UFGD.

A análise parte do interior da UFGD para compreender como a EaD se institucionaliza, e como a adoção da política nacional se configura nesse espaço, a partir de suas especificidades e de seus gestores e implementadores.

2.1 Concepções de institucionalização

Antes de se conceituar o termo “institucionalização” é preciso destacar o conceito das instituições. A palavra no sentido etimológico origina do latim, *instituere*, cujo significado é estabelecer, construir ou educar. O termo tem como sinônimos “fundação, organização ou entidade”, portanto refere-se a termos gerais, que envolvem o conjunto de pessoas reunidas em torno de regras e objetivos comuns. Uma instituição consiste num sistema de normas visando regular a vida e o funcionamento de um organismo social (EIZIRIK, 1990).

Assim, compreende que a Instituição foco deste trabalho, é uma universidade federal, estabelecida com Estatuto e Regimento Geral Interno, apta para direcionar todos os setores abrangentes, de acordo com normas e regulamentos aprovados para cada um deles, por meio dos Conselhos Superiores.

Conforme pontua Hodgson (2006), as instituições⁵², são modelos de estruturas mais importantes no campo social, pois ao reconhecer o papel das instituições na vida social, percebe-se que a interação humana e suas atividades são organizadas num conjunto de regras.

⁵² Tradução livre do original. Hogdan (2006, p.2). Institutions are the kinds of structures that matter most in the social realm: they make up the stuff of social life. The increasing acknowledgement of the role of institutions in

Segundo Kezar (2007), instituições⁵³ são sistemas que definem os comportamentos para que certas qualidades possam ser sustentadas de maneira rotineira. Uma instituição pode significar uma entidade ou um sistema de normas e regulamentos que estruturam um grupo e regulam o seu funcionamento, no intuito de alcançar objetivos. Isto posto, elas existem com uma função social para atender aos anseios da sociedade, inclusive na área da educação. Nesse sentido, observa-se que são nas instituições que se configuram as práticas, as decisões políticas e de forma geral a cultura social.

As instituições são “fundamentais para a compreensão das diferentes trajetórias do desenvolvimento” (LIMA, 2013, p. 48). O desenvolvimento da EaD, portanto, se traduz no contexto das instituições, que são representativas dos processos reais que podem ser delineados nos macros contextos ou mesmo nos meso e micro contextos.

Para teóricos como North (1991, p. 97):

As instituições são as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação política, econômica e social. Consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Ao longo da história, as instituições foram concebidas pelos seres humanos para criar ordem e em troca reduzir a incerteza.

Diante desses conceitos, entende-se que as instituições são espaços privilegiados para estudos de fatores explicativos dos processos em que as políticas, inclusive, de educação, tomam corpo, se materializam e se desenvolvem ou não.

Percebe-se que no estudo da EaD foi criado um contexto que evidencia um processo cultural que vem sendo construído. Nesse sentido o que se observa é que instituições como a UFGD tem desenvolvido regras, costumes, tradições e códigos de conduta, ao mesmo tempo em que seguem leis, preceitos, normativas externas, particularmente, no que se refere à EaD, ao longo do processo de seu desenvolvimento.

Diante disso, pode-se afirmar que a abordagem do processo de institucionalização vem ocorrendo desde a implementação dessa modalidade de educação no Brasil, pois o desenvolvimento histórico, implica construção de cultura e de parâmetros externos, que são intervenientes nos espaços institucionais e que por sua vez interferem na memória, nas concepções e mesmo no agir e nos códigos de conduta dos atores internos envolvidos. A homogeneização das estruturas organizacionais são formas de garantia de permanência e

social life involves the recognition that much of human interaction and activity is structured in terms of overt or implicit rules.

⁵³ Tradução livre do texto original.

legitimação dos constructos sociais, particularmente neste caso da adoção da Educação a Distância.

Nessa continuidade de inter-relação de processos externos e internos, cabe destacar o papel que a UAB operou no contexto nacional de desenvolvimento da EaD. Pode-se entender as influências do contexto nacional como um meso contexto condicionador dos processos intitucionalizadores, uma vez que em relação a Educação a Distância houve ainda, as interferências internacionais em que a EaD é engendradora.

Processos esses que iniciaram antes mesmo da criação da UFGD, mas que são determinantes na constituição de condicionantes que vão interferir no desenvolvimento interno, uma vez que a UFGD vai iniciar a oferta de cursos na modalidade a distância, a partir da assinatura de Acordo de Cooperação com a UAB.

A UAB, de fato, é apontada como um agente que integrou a EaD de forma orgânica no contexto das instituições de educação superior, não só na UFGD, conforme explicita a transcrição a seguir apresentada:

[...] o processo por meio do qual a Educação a Distância, hoje ofertada com aporte do programa Universidade Aberta do Brasil, passaria a ser não mais um programa do Governo, mas uma integração orgânica como as demais atividades acadêmicas das faculdades[...] (MELO, 2016, p. 12).

Nota-se, segundo a autora, que a UAB aparece como sendo o centro mobilizador da educação a distância, no âmbito das instituições de educação superior brasileiras.

No entanto, destaca-se que apesar das normativas e condutas externas, de caráter oficial, produzidas pelos órgãos gestores educacionais nacionais, como é o caso da UAB, há a geração de ações internas a partir das normativas externas, que vão conceber especificidades no micro contexto, que é interno às instituições, fazendo com que cada instituição que implementa cursos vinculados ao sistema UAB tenha suas particularidades.

É sobre esse processo que trata a teoria institucional⁵⁴ de Tolbert e Zucker (1996). Os mesmos consideram que a perspectiva institucional projeta a organização a partir de pressões externas a ficarem parecidas umas com as outras e que para ser institucional, deve ser gerada uma ação. Portanto, para Zucker, a temática “é intrinsecamente difícil de explicar” (1987, p. 443)⁵⁵.

Nesse ponto de vista observa-se que, o sistema UAB tem essa característica como fator mobilizador, pois trabalha seguindo uma padronização, ao adotar estratégias de gestão

⁵⁴ Tradução livre do original.

⁵⁵ Tradução livre de: *Institutional Theory is Inherently difficult to explicate* [...].

unificadas, critérios uniformes de concessão de bolsas, estruturação parametrizada de pessoal, editais de seleção de propostas com indicações previamente estabelecidas para cursos e outros condicionantes, bem como normas comuns. Também, parte de adoção pré-estabelecida do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle*, que é único para todas, o que limita espaços de autonomia, que são minimizados diante da centralidade dos recursos financeiros.

Ainda, de acordo com Tolbert e Zucker (1996), o sistema de institucionalização precisa ser analisado em conjunto com a dependência de recursos da estrutura organizacional, que exerce forte condicionamento na conduta institucional. No entanto, também alertam que os processos internos podem alcançar resultados não previstos, mesmo com fortes fatores condicionantes externos, por meio de ações habituais desenvolvidas por um ator ou grupo de atores, que tenham finalidade e agilidade em resolver problemas rotineiros.

A Teoria Institucional, conforme pontua Augusto (2007, p. 7),

Pode avançar seu poder explicativo ao forçar o confronto com o desafio da relação entre fenômenos do nível macro, como a formação de campos organizacionais, e o nível micro de crenças, identidades e práticas que, em última análise, são os elementos constitutivos das instituições.

O destaque nesta teoria, é que ela “direciona o foco para a atuação das organizações no processo de institucionalização[..], mas como um ator que pode participar de sua composição e escolher como reagirá a elas [...] (COLALILLO et al., 2015, p.24) ”. Consequentemente essa teoria permite uma análise do processo de implementação do ensino a distância nas instituições, levando-se em conta a relação entre os macros, meso e micro contextos. Para tanto, considera-se que a cultura organizacional das instituições promove alterações de conduta, a partir de interpretações internas de normas e regulamentos externos, especialmente, considerando que nas instituições de educação superior a modalidade presencial já existia, e, portanto, já há cultura, história, condutas e memória construídas e em construção, que se influenciam mutuamente.

Pelo olhar da teoria institucional, as decisões e ações no âmbito da instituição direcionam a regulamentar algo já existente em seu interior. Essa doutrina aclara como as organizações se estabilizam e são incorporadas nas estruturas sociais. Conceituada a instituição, avança-se os trâmites para compreender a institucionalização, suas fases e procedimentos.

2.2 Institucionalização: fases e processos

A institucionalização de acordo com Kezar e Sam (2013) é um processo que não se estabelece linearmente, mas vai se construindo a partir de regras e condicionantes. Constituem-se sob a forma de estágios e ciclos ou, ainda, nas palavras das autoras, fases. A legitimação da proposta de institucionalização ocorre aos poucos, fase a fase com o propósito de preparação da estrutura organizacional.

Segundo Kezar (2007), o processo que culmina na institucionalização dos constructos sociais, requer entre outros fatores, estratégias de liderança eficazes, pois as mudanças necessárias para a efetiva institucionalização implicam comprometimento dos líderes que estão envolvidos com a proposta. Dessa forma, o trabalho das instituições ocorre dialeticamente entre as mudanças a serem operadas, mesmo que constituídas no âmbito das políticas públicas e as lógicas de preservação da sua identidade presentes nos espaços internos.

A institucionalização, conforme indica Kezar e Sam (2013), é apresentada por meio das seguintes fases: mobilização, implementação e institucionalização.

A primeira fase, identificada como mobilização, é caracterizada como:

[...] a primeira etapa do modelo. Nesta fase, a organização está começando a se preparar para a mudança, esta preparação varia desde a consciência inicial de um problema até estabelecer as bases para uma política a ser implementada. Nesta fase, as pessoas começam a se reunir em torno de uma causa ou reforma comum. É nesta fase onde agentes de mudança começam a questionar e desafiar o status atual - práticas e políticas anteriores que se enquadram na atual cultura institucional. Esta etapa está associada a dois aspectos de mudança estrutural para a organização e galvanização de membros. A mudança estrutural é onde ‘as inovações são refletidas de forma concreta ao longo da organização’. As mudanças estruturais podem variar desde a configuração de agendas e prioridades nas reuniões, para a mudança das declarações de missão. Incentivar os membros para a ação, pode ocorrer através de conscientização ou divulgação em formação (KEZAR; SAM, ⁵⁶ 2013, p. 59).

Nesse sentido, pode-se observar que a autora explicita que a fase da mobilização, também denominada de “Estrutural” (KEZAR, 2007), é a fase em que se operam as bases para se chegar às mudanças, às transformações da estrutura para que haja incorporação de fato dos constructos que se pretendem desenvolver, ou nas palavras da autora, inovação. Assim, nessa fase o foco está nas ações dos agentes mobilizadores, os líderes do processo, geralmente os gestores institucionais, que atuam no sentido de promover as mudanças.

Esta fase é o ponto de partida para o processo onde serão apresentadas propostas, necessitando de um envolvimento da equipe que conhece e trabalha com o campo a receber a

⁵⁶ Tradução livre do original.

inovação. A fase visa angariar esforços administrativos e políticos, objetivando ampliar os horizontes como meio de expansão e fortalecimento da Instituição, e o diferencial é uma liderança consciente com objetivos reais, ou seja, foco sem ambiguidade, para que a inovação seja incorporada na cultura institucional.

O líder está envolvido num processo de incluir a inovação na pauta da agenda institucional para promover uma nova maneira de trabalho (KEZAR, 2007). Embora o líder/gestor seja a alavanca mestre, aquele a dar o primeiro passo, é preciso considerar que no interior de uma organização há outros com poder de decisão e fundamentais para a mudança de fase.

Internamente, as ações desses agentes são desenvolvidas por meio de interferência, não só na construção da agenda institucional, mas também na promoção e indução na cultura organizacional por meio de reuniões, buscando promover a conscientização do grupo envolvido, e alterar as missões e objetivos declarados pelo coletivo das pessoas que compõem a organização.

No caso de instituições universitárias, a estratégia do gestor em buscar apoio para sua proposta, é viabilizar a sua entrada como ponto de pauta nos Conselhos Superiores. Feito isso, a proposta de uma inovação tem condições de ser divulgada, discutida e entendida pelo conjunto dos segmentos ali representados (discentes, docentes e técnicos), facilitando o ciclo de sua institucionalização.

Após a mobilização tem-se a fase da implementação, que segundo as autoras:

[...] é a segunda etapa, com foco na criação de infraestrutura e apoio à reforma ou mudança. Durante esta etapa, as iniciativas começam a se materializar na organização e suporte para as estruturas e desenvolvido para manter o impulso. Essas iniciativas podem assumir a forma de incentivos de recompensa ou sanção por vários comportamentos, outros grupos e pessoas começam a cooperar - novos membros podem participar de apoio adicional - nas ocasiões, quando necessário, a assistência técnica ocorre para qualquer solução de problemas ou problemas logísticos. Neste estágio, política e comportamentos estão se tornando parte dos procedimentos operacionais padrão da organização. Os membros aceitam o procedimento, mas ainda não desenvolveu uma avaliação da inovação para realmente adotá-la ainda (KEZAR; SAM, 2013, p. 60).

A implementação é a fase do processo em que as ideias inicialmente pretendidas se materializam, podendo então ser apreendidas por meio das alterações na infraestrutura e apoio formal às mudanças planejadas. Pode-se observar que inicia o envolvimento e a cooperação de outras pessoas e setores da instituição, ampliando o número de envolvidos.

Por essa característica, também é denominada de Fase Comportamental (KEZAR, 2007). Essa fase é de caráter mais político do que administrativo, pois abarca o estabelecimento de um planejamento estratégico visando a construção de estruturas físicas e humanas destinadas a conduzir a proposição de mudança. É o momento de criar oportunidades de envolvimento, fornecer recompensas e incentivos para transformar a proposta em projeto institucional.

Estabelecido isso, a implementação passa a ser realidade, implicando em desenvolver condições estruturais e organizacionais de suporte à inovação, ou seja, indicando a contratação ou alocação, no caso das universidades públicas, de docentes e de técnicos qualificados para o processo, de forma a viabilizar os requisitos para desenvolvimento do projeto e, ainda, para a sua disseminação, e fazer a formação de outras pessoas para atuar nesse processo como novos mobilizadores.

No entanto, pode-se destacar que ainda não há a incorporação da nova lógica à rotina institucional, ou seja, não houve a institucionalização de fato. A institucionalização, só vai ocorrer quando:

Os membros chegam a um consenso, aceitando o valor da inovação e vendo a inovação como comportamento normativo para a instituição. Nesse nível, os autores conectam a institucionalização com a Mudança da Cultura das Organizações e do entendimento central. A inovação manteve a estabilidade dentro da organização para ser virtualmente indistinguível do resto da instituição. Com um pouco de ironia, uma inovação atinge o estágio de institucionalização e é bem-sucedido quando já não é visto como uma inovação, é apenas uma parte do quadro organizacional (KEZAR; SAM, 2013, p. 60).

Dessa forma, a institucionalização é o estágio de desenvolvimento em que a nova cultura/constructo se fixa na organização a ponto de não mais identificá-la como um processo novo ou distinto, mas torna-se parte da instituição. Cada fase estudada requer um esforço e envolvimento de toda estrutura organizacional, desde a liderança até a base de apoio final para compreendê-la e instituí-la de fato.

No Gráfico abaixo há a demonstração da hierarquia das fases para proceder a Institucionalização:

Gráfico 4 - Fases para o processo de Institucionalização



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do referencial de Kezar e Sam (2013).

Essa fase necessita de compromisso, pois o ato de institucionalizar implica uma ação capaz de alterar o paradigma atual e o objetivo é compreender os elementos que darão legitimação ao funcionamento da estrutura na universidade (NOVAIS; FERNANDES, 2011).

Nesse cenário, os argumentos e os números referentes a alocação de recursos que o projeto precisará devem ser de fundamental importância, visto que o compromisso foi firmado anteriormente ao ser apoiado por toda a equipe.

Ainda assim, o empenho da liderança dispensado na fase anterior fará toda diferença para agregar parcerias, que nada mais são do que conexões de caráter interno e externo que ajudarão a institucionalizar uma inovação. A tecnologia aliada à comunicação e o apoio político trabalhado pela liderança, consequentemente proporcionará à Instituição passar para a fase final.

A terceira fase trata-se propriamente da institucionalização desse processo, que percorreu ambientes e foi debatida em reuniões tanto interna como externamente. A aceitação da proposta com condições necessárias para o andamento dos trabalhos, a destinação de recursos orçamentários e de pessoal e a relevância apresentada no decorrer de todo o processo, caracteriza o início da legitimação da modalidade no âmbito da instituição.

No entanto, é fundamental o empenho dos atores externos, especialmente na dependência de recursos imprescindíveis para justificação de todo processo. Esta fase nos

estudos de Tolbert e Zucker (1996) é também chamada de Sedimentação⁵⁷, ou seja, institucionalização total, caracterizada tanto pela possível generalização de suas estruturas por todo o grupo envolvido, desde o princípio, como também pela continuidade das ações.

Para concluir este processo, iniciado em fases, algumas situações precisam estar definidas, ou seja, é primordial o apoio da organização e o estabelecimento de um padrão adequado para agregar normas e valores.

[...]. Institucionalizar uma prática, muitas vezes, exige que as organizações modifiquem suas estruturas de recompensa, políticas e do meio ambiente. No entanto, para qualquer inovação dada, diferentes aspectos da organização podem precisar ser modificados a fim de assegurar o poder de permanência e seja rotinizado. (LIMA, 2013, p. 54).

Observa-se que, no mesmo instante que defende uma mudança na estrutura organizacional da instituição, apoia-se em um padrão de rotina para que possa alcançar a institucionalização. Dessa forma, trata-se de mudar para rotinizar e adequar o novo às demais fases já configuradas e engendradas na instituição.

Com relação às fases demonstradas para a institucionalização, é nítido que estas estão mais focadas na figura dos líderes. Sua política persuasiva e suas habilidades, visando o envolvimento de mais pessoas condescendentes à ideia para incorporar à organização. Como entendido, a política para operacionalizar a mudança tornando-a parte da instituição, requer inclusão nos processos de avaliação e dotação orçamentária (KEZAR, 2007).

Evidentemente que a educação a distância é uma ação que fez parte da agenda do governo, foi analisada, perpassou setores governamentais envolvidos na execução até ser instituída, via decreto, e disponibilizada para adesão das IES, o que se configurou no Sistema UAB.

Com isso, observa-se que para a educação a distância se incorporar à organização, entendida aqui como o sistema federal de educação, houve a implementação de ações com o intuito de agregar novas estruturas e lideranças, particularmente, as universidades federais. Essas ações foram materializadas por meio da UAB.

Ao proceder à análise é possível identificar os fatores que influenciam a implementação da EaD, com intenção de institucionalizá-la no âmbito de cada Universidade.

Para viabilizar tal processo e pensar em implementação dessa modalidade, há de se considerar o período de permanência da política, no sentido de avançar para a sua legitimação.

⁵⁷ Nos estudos de Tolbert e Zucker (1996, p. 182) há a seguinte sequência do processo inerente à Intitucionalização: Habitualização – Objetivação – Sedimentação. Tradução própria.

Isso nos remete ao gerenciamento da universidade nos processos de ensino, pesquisa e extensão, os quais precisam estar inequívocos e incluídos na responsabilidade da IES e também nos desafios futuros, a partir do momento de adesão à oferta dessa modalidade.

No entanto, a partir da entrada do assunto na agenda pública brasileira, a modalidade se constitui como política formulada pelo governo federal para viabilizar o acesso à educação superior, mas os recursos escassos para as universidades, também colaboram para dificultar a legitimação do processo. Conforme destaca Preti (2009), as crises orçamentárias que atingem as universidades, não estão relacionadas somente às estruturas físicas e de pessoal, também tem alcançado a parte pedagógica, justamente quando precisa avançar num processo como é o caso da institucionalização da EaD, que se trata de uma modalidade inovadora no contexto das universidades.

Dessa forma, a técnica para consumação tem suas complexidades, desde as mudanças para adequar ao mercado até adaptações de ordem constitucional, principalmente na abordagem do caráter inovação. Ainda, segundo Preti (2009), esse processo de institucionalização só alcançará o significado legítimo, se estiver inserido na política de desenvolvimento da universidade e, sem oposição aos demais cursos que são oferecidos regularmente de forma presencial.

Nesse ponto é relevante enfatizar a cultura institucional estabelecida na universidade, em que pode gerar um ambiente de resistência à inovação, neste caso, a modalidade a distância. Por isso, é importante para o processo de implementação avaliar se a instituição se preocupa com a excelência profissional, com o compromisso social e principalmente se tem projeções para expansão e desenvolvimento dos seus cursos e programas de pós-graduação, inclusive, de cursos na modalidade presencial de forma a não suscitar tensionamentos entre as duas modalidades de oferta educacional.

Todavia, cada universidade trabalha de uma forma organizacional visando a construção da cultura institucional, porém no que se refere à institucionalização da EaD, nota-se que os possíveis embates para concluir as ações dependerão em grande medida da interferência e das ações dos gestores. Entre essas medidas estão os processos regulatórios, que em grande parte das ações vão demandar a sanção de normas e regulamentos que ocorrem de forma persuasiva, contando, também, com as habilidades do gestor para o envolvimento das pessoas, representantes dos segmentos atuantes no processo de institucionalização.

Nesse sentido, os embates também são passíveis de serem observados junto à política normativa institucional, conforme pontua Lima (2013, p. 234), “ao mesmo tempo em que se

nota uma certa estabilidade e adaptabilidade das políticas, verifica-se um ir e vir regulatório com a criação de mais políticas ao invés de fortalecer e institucionalizar as já existentes”.

Percebe-se, pelos estudos realizados até o momento, que no contexto do sistema federal, UAB e universidades, houve um empenho visando fortalecer esse processo, apesar da resistência que tende a desaparecer, dando espaço ao consenso dos grupos que poderão se tornar quase unânimes, se a cultura institucional for agregada desde o princípio à instituição.

Com isso, esse processo configura olhar para o objetivo principal, o qual neste estudo é o desenvolvimento da modalidade e sua institucionalização dentro da universidade. Conforme pontua Melo (2016, p. 38), “a resistência à institucionalização por parte dos grupos afetados reduz-se consideravelmente, na medida em que mais atores passem a integrar a modalidade a distância, manifestando-se favoráveis e apoiando a gestão dos cursos no processo”.

Quando a instituição está estruturada, organizada, inserida em todos os procedimentos e responsabilidades, vislumbrando atingir metas e objetivos referentes à expansão de ensino, tanto horizontal como verticalmente, com gestores preparados a transformar algo isolado em parte da instituição, é possível considerar que este seja o momento propício para avançar para a institucionalização.

De acordo com a literatura adotada, que se baseia em Kezar (2007), os fatores essenciais que precisam ser considerados para se analisar a efetividade da institucionalização, para além das ações dos gestores no envolvimento dos demais participantes da organização são: a implementação de estrutura própria e a questão financeira.

Nesse sentido, pretende-se nas próximas seções analisar a estrutura da UAB, particularmente, sobre essas questões, ou seja, as formas que foram adotadas para o envolvimento desses participantes das universidades e as condições em que disponibilizou recursos, uma vez que são esses fatores que explicitam o nível de institucionalização de uma ação, especificamente, a educação a distância.

2.3 Fatores Influenciadores da Institucionalização

O processo de institucionalização da EaD, perpassa não só o contexto interno das instituições de educação superior que tem a atribuição de ofertá-la, mas também o contexto externo. Com isso, a caracterização da EaD como uma estrutura metodológica, (específica de vida acadêmica), traz indicações sobre os estágios de seu desenvolvimento no âmbito da universidade (MELO, 2016). Os fatores influenciadores externos são mais de natureza política,

mas é evidente que foi discutido internamente com gestores e traçadas estratégias para captação dessa colaboração.

O processo que ocorre de forma externa às instituições, influencia a organização interna ao mesmo tempo em que o conjunto dos processos desenvolvidos em cada IES, tende a intervir no contexto externo. O aspecto político representa ser a parte fundamental para legalização dos trâmites, desde que a administração superior da universidade, esteja disposta e apta para alavancar e validar essa ação.

Percebe-se que a educação a distância, tende a se tornar cada vez mais regular nos sistemas educacionais, a partir da influência dos fatores externos que vão ampliando seu espectro de atuação. Quanto mais a educação a distância se expande sob a forma de ofertas de cursos livres, para além da educação superior, estende-se também a formação inicial e continuada de professores e demais profissionais (BELLONI, 2002), constituindo em cultura institucional.

Outro fator que engendra a expansão da EaD e de cultura favorável a sua incorporação ao sistema público federal, são as políticas regulatórias que partem do órgão executivo central federal (MEC) como a criação da UAB e, também, do órgão legislativo como é o caso do PNE 2014-2024, aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014, que vai apresentar a EaD e a própria UAB, criada pelo Decreto nº 5.800/2006, como instrumentos de vertente democratizante da educação superior.

Segundo Lobo (2011, p. 44) “para educação à distância, toda ação só é possível pela definição de projetos políticos que lhe garantam legalidade e legitimidade [...]”. Nesse sentido, observa-se que a criação da UAB foi efetivada por meio de Decreto, garantindo sua legalidade e legitimidade na esfera pública. Essa característica do processo inicial de institucionalização da EaD, foi necessária para irromper com a cultura estabelecida nos contextos institucionais.

Todavia, as fases de institucionalização da EaD no contexto interno das IES são complexas, especialmente, considerando a sua relação entre o ambiente externo constituído pelo Sistema UAB e as próprias instituições, que têm cultura própria. É visível que o modo de institucionalização ocorre em duas esferas, a interna e a externa, em virtude de a centralidade dos recursos financeiros desencadeadores do processo de institucionalização ser gerenciado pela UAB, vinculada à CAPES/MEC.

No entanto, além do fator orçamentário-financeiro há outros aspectos envolvidos na relação do contexto externo/interno, que de certa forma influenciam no processo de institucionalização da EaD junto às instituições. A institucionalização da EaD envolve a

incorporação de práticas, ações, políticas e diretrizes de acordo com a evolução das ações difundidas no interior da universidade.

Desta forma, é possível entender que apesar das influências externas, mesmo contando com as políticas regulatórias, ainda há fatores internos presente nas instituições de educação superior, particularmente concentrados no desenvolvimento da cultura tradicional incorporada à estrutura das universidades, especialmente, das públicas, que mantém tensionamentos na oferta da EaD, especialmente, envolvendo o discurso da qualidade dos cursos.

Para consolidação das ações da EaD, no sentido de sua institucionalização, muito se tem discutido como forma de assegurar essa modalidade de educação junto ao setor público e torná-lo parte integrante da Instituição (NASCIMENTO; VIEIRA, 2016). As políticas públicas destinadas para a legitimação dessa modalidade, ainda não foram capazes de sucumbir o debate da qualidade, em virtude da concepção focada nos resultados, particularmente obtidos por meio de provas estandardizadas. Segundo Enguita (1997)

[...] na época florescente do Estado do Bem-Estar, se tendia a se medir a qualidade dos serviços públicos, supondo que mais custos ou mais recursos, materiais ou humanos por usuário era igual a maior qualidade. [...]. Hoje em dia se identifica antes com os resultados obtidos pelos escolares, qualquer que seja a forma de medi-los [...] (p. 99).

A partir da explicitação desses fatores, internos e externos, que interferem no processo de institucionalização da EaD junto às instituições públicas e considerando a vinculação destas ao Sistema UAB, é que se destaca, na próxima seção, a relação entre a UAB e as Universidades ofertantes da EaD pública.

2.3.1 Estruturação da UAB e seu relacionamento com as Universidades

A UAB é um sistema desenvolvido pelo MEC que envolve as universidades públicas para oferecimento de cursos superiores a distância, destinado a toda população de difícil acesso ao ensino presencial. Foi constituída em um momento que os meios de comunicação, principalmente a *internet*, estava sendo estendida a diversos ambientes com acesso público, o que contribuiria com a capilarização de sua atuação.

A UAB foi instituída pelo Decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006a), visando desenvolver a modalidade a distância, como forma de interiorização do ensino superior para os cursos de graduação e também programas de pós-graduação⁵⁸.

⁵⁸ Fonte: <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=7836>

O termo universidade aberta refere-se à aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, em princípio acessível a qualquer pessoa, dos quais ninguém pode estar excluído (princípio da igualdade). As universidades abertas representam uma tendência no mundo global e tendem a fortalecer muito a modalidade de educação a distância (ENAP, 2006, p. 48).

No Brasil, a UAB, criada para ampliar a oferta de cursos e programas, está estruturada em três esferas, a saber: o MEC, a Capes e as IES, sendo a universidade pública um dos pilares que a sustenta e inclusive é a responsável pela implementação dos projetos pedagógicos dos cursos, os quais devem estar em consonância com as práticas docentes e atualizadas no quesito tecnologias de comunicação (COSTA, 2009).

Entende-se que o Sistema UAB, atua nas instituições públicas como um viés de acesso rápido, fomentando a interiorização da educação com flexibilidade de horários e ainda, incentivando o desenvolvimento dos municípios considerados sedes, onde estão instalados os polos de apoio a distância.

A missão da UAB é de promover a EaD nas instituições públicas de ensino superior, por meio da parceria entre a União, Estados e Municípios, cuja finalidade é estabelecer formação permanente por meio dos polos de EaD em locais programados, garantir o apoio acadêmico, tecnológico e administrativo a todas as atividades que se refere à educação superior.

A oferta de cursos, além da disponibilização para todos os grupos ou classes, há uma tendência a priorizar aqueles voltados à formação de profissionais para atuar na educação básica. Nesse sentido, busca contribuir com o alcance das metas previstas no PNE.

O modelo de organização do Sistema UAB tem enfrentado dificuldades, ao se efetivar sob a forma de convênios, considerando que não há previsão legalmente constituída para a vinculação dos entes federativos na constituição do sistema UAB. A colaboração ocorre por meio de adesão espontânea tanto por parte das instituições, quanto por parte dos entes federativos.

Esse modelo delineou uma divisão de atribuições diferente para o padrão usual implementado nas universidades, uma vez que conglomerava para a oferta de cursos um conjunto de organizações que passam a atuar sob a forma de rede de cooperação, sendo um sistema novo no contexto institucional habituado à autonomia universitária.

Esse modelo implicou em responsabilidade mútua, com divisão de atribuições a cada participante, cabendo às IES a oferta dos cursos e a sua regulamentação e aos entes federativos a atribuição com a configuração dos polos de apoio presencial em seus aspectos físicos e de recursos humanos.

Ainda, cumpre destacar que o polo serve como uma extensão do curso, mas não como uma extensão da universidade, pois em um mesmo polo pode ser ofertados cursos de diferentes instituições. Segundo Mill (2012, p. 288) nessa configuração “a UAB trouxe uma situação completamente nova às IEs - tratar um ambiente ‘estranho’ ao campus universitário como parte da instituição”.

A articulação do órgão central com as instituições de educação superior é mais simples, uma vez que fazem parte da mesma estrutura organizacional, o que tornam as ações e práticas de envolvimento mais objetivas, mas mesmo assim, a gestão da UAB tem características inovadoras para o contexto das instituições federais. Nesse sentido, cumpre conhecer o papel do órgão gestor central no desenvolvimento das ações da UAB o que é representado pela CAPES/MEC.

2.3.2 Função da CAPES

A Capes⁵⁹ é o órgão responsável pela gestão central do Sistema UAB, sendo a articuladora das ações voltadas para a administração dos cursos, de pessoal e financeira.

Administrativamente, a UAB é coordenada pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da CAPES e segundo dados desse órgão⁶⁰ (CAPES, 2019), ao todo no País, são mais de 100 (cem) IPES, ofertando cerca de 800 (oitocentos) cursos em mais de 700 (setecentos) polos.

A CAPES buscou induzir a adesão das IPES, ao sistema UAB, abrindo condições para a contratação de servidores com a disponibilização de vagas para ingresso de efetivos.

Para tanto, a maneira de formalizar essa adesão, era feita por meio de Acordo de Cooperação Técnica, entre a IPES e a CAPES, representante da UAB. A partir da anuência inicial e a contratação de docentes, a oferta dos cursos era viabilizada por meio de Editais destinados às IPES, informando as áreas e cursos buscando induzir a oferta, estabelecendo ainda, critérios e condições. Baseado na divulgação dos chamados, as IPES interessadas respondem aos editais fundamentados no seu potencial em atender os itens indicados nos mesmos.

⁵⁹A Capes foi criada em 11 de julho de 1951 pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". Posteriormente, em 2007, por meio da Lei nº 11.502/2007, passando a ser conhecida como a Nova Capes e passa a gerir a política de formação docente no Brasil, cuja atribuição é aprovada por meio do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Nessa nova configuração a capes também assume a função de gestão do sistema UAB. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 28 jan. 2019.

⁶⁰ Página online: www.capes.gov.br.

Após a aprovação dos cursos, a Capes disponibiliza recursos destinados para manutenção dos cursos a distância, os quais são gerenciados por meio do SisUAB, que consiste em “uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil”⁶¹ (CAPES, 2018).

Esses recursos não compõem o orçamento da universidade, ou seja, não figuram na matriz orçamentária anual, e com isso não há concursos para docentes efetivos nos cursos, que acabam por serem contratados via editais específicos, em regime temporário, os chamados professores-tutores (HERNANDES, 2017).

Nesse sentido, a oferta de cursos fica condicionada à disponibilização de recursos pelo órgão central, o que culmina na submissão das IPES, para oferta de cursos aos Editais elaborados diretamente pela CAPES/MEC. No entanto, esse sistema apresentou dificuldades para a sua gestão, especialmente, considerando que há uma distribuição de recursos orçamentários, de forma distinta para a educação a distância, em relação ao que ocorre com os cursos presenciais no contexto do próprio sistema federal.

Essa dificuldade ainda se amplia, considerando que a maioria das universidades no País, foram planejadas com a estrutura voltada para ofertar cursos presenciais (LIMA, 2013), e os recursos para essa forma, já estão inseridos na matriz orçamentária aprovada a cada ano, o que garantia autonomia às IPES, o que não ocorria com o sistema UAB.

Não obstante, quanto aos cursos presenciais havia a exigência legal do tripé universitário, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. No que se refere à UAB, a Capes focava a distribuição dos recursos financeiros nos aspectos restritos à função de ensino. Outro aspecto, refere-se à continuidade dos cursos que fica condicionada aos editais da CAPES, o que torna as IPES dependentes, conforme explicita Hernandes:

Nas IPES parceiras do MEC, no acordo de oferta de cursos superiores a distância, há dificuldade na constituição e no desenvolvimento de cursos de graduação que não são financiados pelo MEC. Desta forma, a abertura de turmas e de cursos restringe-se a editais de chamadas propostos pela Capes/UAB. Como os cursos não são institucionalizados organicamente, tornam-se atividades secundárias para a própria Instituição de Ensino Superior (IES) (2017, p. 292).

Portanto, para continuar a ofertar cursos a distância por meio de editais, é preciso que as IPES criem condições internas na instituição de forma que o tripé, ensino, pesquisa e extensão seja aplicado a esses cursos. Mesmo que justificados os parâmetros indutores

⁶¹ Disponível na página *online* oficial da CAPES, no link SISUAB, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.capes.gov.br/editais-ded/3526-SisUAB>. Acesso em: 14 abr.2018.

adotados pela UAB/CAPES, que focalizavam a busca por atendimento às metas do PNE (2014-2024), houve um processo de centralização. E essa centralização ocorreu de duas formas.

A primeira refere-se à dependência das IPES dos recursos financeiros da UAB/CAPES, que não foi disponibilizado no orçamento das instituições e com isso, o sistema de oferta de cursos de educação superior no Sistema Público Federal ficou restrito ao sistema UAB, considerando a destinação orçamentária focada no sistema SisUAB.

A UAB/CAPES, também, centralizou todos os recursos para a EaD, pois não houve outra forma de apoio financeiro à oferta de educação a distância no âmbito do Ministério da Educação. Ainda, a dependência das IPES ao sistema UAB foi reforçada com a forma de contratação de pessoal, com vínculos informais por meio de pagamento sob a forma de bolsas.

A outra forma de centralização refere-se às questões técnico-administrativas, que foram intensificadas pela centralidade e dependência financeira. Particularmente, refere-se à indução de cursos, número de vagas e de oferta por meio de Editais específicos e, ainda, a gestão geral, envolvendo controle do pessoal, de recursos, de matrículas, de disciplinas entre outros aspectos, também por meio da plataforma SisUAB.

As universidades ficaram com o papel de desenvolver e administrar pedagógica e financeiramente os processos comuns, referentes a gestão de pessoal e gestão financeira, e as dificuldades colocadas pelo Sistema UAB, que criou uma dicotomia com o sistema utilizado para os cursos presenciais.

Com relação ao quadro efetivo de docente e servidores técnico-administrativos, a UAB viabilizou apenas inicialmente, no momento de adesão da IES ao Sistema, um conjunto de vagas para que a modalidade fosse organizada nas instituições. A UFGD, por exemplo, recebeu 2 vagas para docentes e 2 vagas para técnico-administrativos. (VILELA; SILVA, 2018).

Essa complexidade referente ao sistema de contratação de servidores e, de disponibilização de recursos fora da matriz orçamentária, é potencializada com as demandas decorrentes da oferta dos cursos. Cabe às instituições de ensino demonstrar capacidade para ofertar a EaD, criando mecanismos de controle da evasão, e ainda, fazendo a formação continuada do quadro de pessoal e promover o aprimoramento das técnicas/tecnologias utilizadas (FARIA; LIMA; TOSHI, 2011), o que demanda recursos financeiros, necessários ao atendimento dessas exigências, que não são abarcadas pela lógica da destinação dos recursos considerados pela CAPES, no contexto do sistema SisUAB.

A qualificação de pessoal e de tecnologias são medidas necessárias, particularmente, nas instituições públicas uma vez que realizou concurso específico em pequena quantidade. A vinculação de pessoal para trabalhar na EaD ocorre, em quase sua totalidade, sob a forma de

contratos específicos com pagamento de bolsas, após realização de processos seletivos simplificados.

Nesse cenário, pode-se observar os obstáculos em torno da institucionalização da EaD, os recursos não configuram na matriz orçamentária da universidade, as vagas nos cursos continuam sendo por meio de Edital e a dependência financeira tende a continuar. Todavia, essas dificuldades tendem a serem minimizadas quando mais atores se envolverem no processo de oferta dos cursos na modalidade de EaD, com o propósito de divulgação dos seus mecanismos de atendimento e ampliação da oferta de educação superior, seja ela presencial ou a distância, implicando em ressignificações da cultura institucional.

Em relação ao papel da Capes na gestão do sistema UAB, pode-se observar contradições inerentes ao processo de sua implementação. Por um lado, promoveu a adoção da educação a distância no sistema federal, viabilizando a sua mobilização e a sua adoção de forma universalizada a todas as IFES, capilarizando a oferta para todo o contexto brasileiro. Por outro lado, criou uma diferenciação entre as condições de oferta dos cursos presenciais e à distância dentro do próprio sistema federal, e ainda, aprofundando essa polarização no contexto das próprias instituições.

Esse sistema ocorreu de forma mais nítida na UFGD, pois por se tratar de instituição criada em período recente, 2005, não havia desenvolvido nenhuma outra forma de oferta de cursos na modalidade a distância. A adesão à UAB foi de fato o germe indutor da oferta de cursos nessa modalidade.

Com isso, pode-se afirmar que o Sistema UAB ao mesmo tempo em que operou como indutor e criador da EaD na UFGD, promoveu a sua dependência, ao limitar a destinação do seu financiamento a bases pré-estabelecidas.

2.3.3 A Função dos entes federados e dos polos

O sistema UAB foi criado com a característica de articular e efetivar a parceria entre os três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as IPES. A atribuição dos entes federados, particularmente dos municípios, é de garantir apoio acadêmico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino-aprendizagem (CAPES, 2018).

O apoio indicativo aos entes federados está na constituição dos polos de apoio presencial. Segundo a legislação vigente: “o polo de apoio presencial é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância” (BRASIL, 2007).

Fora do sistema UAB as instituições pedem o credenciamento de seus polos para a oferta dos cursos que irão ofertar, mas junto ao Sistema UAB os polos não são vinculados às IES, mas são atribuições dos entes federativos. Isso é explicitado na Portaria nº. 218 de 24/09/2018/CAPES:

Art. 3º No âmbito do Sistema - UAB, o Polo é um ambiente físico que figura como um sítio estratégico de apoio aos discentes para o adequado desenvolvimento de suas atividades acadêmicas dispondo de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância - EaD de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior - IES formadoras.

Art. 4º No que tange a essa portaria, mantenedor de polo UAB é toda e qualquer entidade pública cadastrada como tal nos sistemas eletrônicos da CAPES, assinante de Acordo de Cooperação Técnica específico junto à CAPES e, por consequência, responsável pela infraestrutura física, tecnológica, documental e de recursos humanos do polo.

Art. 5º O polo UAB é tipificado como efetivo se o mantenedor for um ente federativo (governo estadual ou municipal) ou associado se o mantenedor for uma IES integrante do Sistema UAB. Sendo que:

I - Polos mantidos por IES que se encontrem em estruturas que não se caracterizam formalmente como um campus da IES deverão observar as regras que competem aos polos UAB efetivos.

II - Polos associados devem estar abertos ao recebimento de ofertas de cursos de outras IES, não somente da IES mantenedora.

Os municípios que se disponibilizam a ter um Polo efetivo para oferta de cursos é necessária articulação com uma IES pública conveniada com o Sistema UAB. Dessa forma, o polo é responsável pela infraestrutura física, tecnológica e também de recursos humanos e diante dessas exigências, a equipe comandada pela CAPES realiza vistoria no local, conferindo se os critérios estão condizentes com o proposto e, a partir daí o mesmo integrará o Sistema UAB.

A gestão do polo UAB é de responsabilidade do município, por intermédio de um Coordenador. O Coordenador é escolhido mediante processo seletivo realizado no próprio polo. Os candidatos aptos a concorrerem apresentam seus currículos e o polo envia, no mínimo, três nomes à CAPES para análise e posterior devolutiva a IES que atua no polo, para proceder a análise e seleção do novo coordenador. A partir daí o resultado é enviado a CAPES que vincula a pessoa e a data do início de suas atividades.

No entanto, a gestão do polo tem apresentado dificuldades, particularmente, para o desenvolvimento dos cursos, ainda considerando que a gestão não cabe às IPES. Nesse sentido, Alonso (2010) informa que:

Em relatório do Tribunal de Contas da União são apresentados dados significativos sobre a implementação dos polos presenciais da UAB, dando conta da fragilidade da parceria das IES e municípios. Pelos dados disponíveis, quase metade dos polos não havia concluído suas instalações, embora os cursos estivessem em andamento. Dentre os problemas, destacavam-se os relacionados ao mau funcionamento ou inexistência da rede internet, a falta de bibliotecas e a precariedade da formação dos recursos humanos envolvidos nas coordenações locais/tutoria (p. 1332).

Essas fragilidades implicam diretamente no desenvolvimento dos cursos, e que por outro lado, não estão sendo solucionadas pela Capes, considerando o distanciamento geográfico e as mudanças na gestão municipal decorrentes dos pleitos eleitorais. Esse modelo tripartite de atribuições, inviabiliza a interferência das IPES na gestão dos polos, que por sua vez ficam dependentes da CAPES.

Para a compreensão dos efeitos dessas condições, decorrentes da implementação do sistema UAB, no processo de institucionalização da EaD na UFGD, apresentam-se as características internas da universidade nas próximas seções.

2.4 A Cultura Institucional da UFGD

As características institucionais da UFGD, destacadas desde o princípio tem sido a ética, a democracia, o compromisso social, a criação de novas oportunidades de acesso, a constante preocupação com o fator humano e o envolvimento de toda comunidade na busca de soluções para os problemas intrínsecos a comunidade acadêmica, proporcionando o crescimento em todas as áreas relativas ao ensino, estimulando a pesquisa e incentivando a extensão⁶².

Nota-se seu compromisso em atender a meta nacional de educação, qual seja, elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e contribuindo para elevação da qualidade da educação superior. Proporcionando com isso, a ampliação do quadro de mestres e doutores nas instituições de educação superior de ensino, para 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício.

A adesão ao Programa REUNI,⁶³ visando proporcionar esse crescimento de vagas e cursos na instituição, estabeleceu metas e estratégias tais como: expandir o número de docentes e técnicos administrativos, redimensionar a estrutura física já existente, construção de novos

⁶² Fonte: Plano de Ação 2011-2015/UFGD, aprovado pela Resolução nº. 197 de 15 de dezembro de 2011/COUNI.

⁶³ Fonte: Resolução nº. 101 de 30 de agosto de 2007/COUNI – aprovou a reformulação da gestão acadêmica para participar do Programa REUNI.

espaços e ampliação do custeio e investimento da UFGD. Com relação a EaD, as estratégias para atingir as metas estabelecidas incluíam, entre outras, a criação de uma Rede de Tecnologias da Informação e Comunicação para atuar como suporte nas atividades tanto presenciais quanto a distância (UFGD, 2008).

Percebe-se o compromisso social da instituição com as políticas de inclusão, priorizando ações comunitárias, eliminando barreiras de distância e comunicação com o intuito de fortalecimento do espaço institucional, como é o caso do Curso de Graduação a Distância em Letras/Libras (Língua Brasileira de Sinais) e o Curso de Licenciatura Indígena, voltada para formação de professores indígenas das etnias Guarani e Kaiowá e suas comunidades.

2.4.1 Caracterização Institucional da UFGD

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD nasceu do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS⁶⁴.

A UFGD foi criada por meio da Lei nº. 11.153 de 29 de junho de 2005 (BRASIL, 2005), sendo que sua implantação aconteceu em janeiro de 2006, sob a tutoria Universidade Federal de Goiás (UFG), que permaneceu até o mês de julho do mesmo ano, quando foram indicados o reitor e vice-reitor pró-tempore⁶⁵. Esse processo permitiu a expansão da instituição, que passou a ofertar um número maior de cursos, conforme retratado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Em 2006, foram criados mais 07 cursos de graduação e com o Programa REUNI, mais 09 cursos foram instalados, alcançando um total de 28 cursos de graduação na modalidade presencial, 02 cursos na modalidade a distância e na pós-graduação, em 2012, a universidade possuía 18 cursos *stricto sensu*, sendo 03 doutorados e 15 mestrados (UFGD, 2015, p. 13).

De acordo com seu Estatuto, a finalidade da UFGD consiste em:

Art. 5º A UFGD tem por finalidade ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, com o objetivo de produzir conhecimento, de ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, para a reflexão crítica, redução de desigualdades sociais e para a solidariedade entre os povos. (BRASIL, 2012a).

⁶⁴ <https://www.ufgd.edu.br/aufgd/historico> acesso em 26/12/2017.

⁶⁵ Fonte: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/programa-reuni.pdf>

A instituição possui autonomia financeira e patrimonial, para administrar os recursos orçamentários e financeiros recebidos na forma da lei. Dentre os princípios e diretrizes, estão a gratuidade do ensino em todos os níveis e modalidades. A organização estatutária da UFGD, está definida segundo seu Estatuto:

Art. 7º A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados organizar-se-á da seguinte forma:

I – Assembleia Universitária;

II – Conselho Social;

III - Administração Central;

IV – Unidades Acadêmicas;

V - Órgãos Suplementares.

§ 1º As Unidades Acadêmicas serão denominadas de Faculdades com aprovação do Conselho Universitário.

§ 2º A UFGD, preservada sua autonomia, poderá criar outros organismos para desenvolver atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à sociedade (BRASIL, 2012a).

A constituição da Administração Central da UFGD, engloba o Conselho Universitário (COUNI), organismo máximo da Instituição, o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), Conselho de Curadores e a Reitoria (RTR).

Tendo seu ato de credenciamento na Lei de criação nº. 11.153/2005 (BRASIL, 2005), foi posteriormente avaliada pelo MEC e aprovado seu credenciamento para oferta de cursos, por um período de 10 (dez) anos, por meio da Portaria nº. 1.390 de 23 de novembro 2012 (BRASIL, 2012b).

De acordo com o Plano de Ação da UFGD 2011-2015 (UFGD, 2011), a política da UFGD desde a sua criação, tem sido de executar seu papel principal que é a prestação de serviço à sociedade, por meio da manutenção do ensino de qualidade no nível superior, com embasamento na pesquisa e a sua multiplicação, através dos projetos de extensão, compromissos em atender a meta nacional do PNE, elevando a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33%.

Além do aumento quantitativo, a intenção é fazer da UFGD referência no ensino e prática da pesquisa, com os programas de pós-graduação, isso será o diferencial da nossa Universidade, na formação de quadros de alto nível para a produção de ciência e tecnologia na região da Grande Dourados e para o Mato Grosso do Sul, Brasil e países da América Latina (UFGD, 2011, p. 5).

Com esta visão estabelecida desde sua criação, no ano de 2010, aderiu ao Acordo de Cooperação Técnica nº. 01, com vigência de 5 (cinco) anos, objetivando o oferecimento de cursos selecionados por critérios de avaliação e, juntamente com a CAPES, visando a

implementação do Sistema UAB, por intermédio da Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES).

No Convênio celebrado, a função da CAPES é de apoiar financeiramente a Universidade, garantindo a oferta dos cursos nos polos do estado de MS e, a incumbência da UFGD é avaliar toda parte acadêmica, disponibilizando pessoal docente e técnico a fim de desenvolver as atividades inerentes aos cursos oferecidos.

A partir de sua adesão ao sistema UAB, a UFGD teve o seu credenciamento para oferta de cursos a distância autorizado por meio da Portaria MEC nº 1.369/2010 (BRASIL, 2010a). Esse Ato Normativo habilitou além da UFGD, outras 50 instituições federais, considerando universidades e institutos federais de educação tecnológica.

Nesse sentido, nota-se que há uma preocupação institucional em atender às metas de expansão do acesso à educação superior prevista no PNE 2014-2024, que passa a ser configurada no ambiente institucional em seus principais documentos normativos, particularmente, Plano de Ação e o PDI. O PDI se constitui como requisito legal para os processos de credenciamento e credenciamento institucional, considerando sua importância na esfera das políticas públicas de educação superior, conforme previsto no Decreto nº 5.773/2006 (BRASIL, 2006).

A IFES aderiu aos principais programas do governo federal, voltados para a ampliação do acesso à educação superior, por meio de cursos na modalidade presencial e modalidade de alternância, como são os seguintes casos: Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶⁶; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)⁶⁷; Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind)⁶⁸; Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo)⁶⁹, entre outros.

Ao aderir ao Programa Reuni, em 2008, vislumbrou a perspectiva de crescimento com inovação, podendo expandir em número de matrículas, quantidade de cursos, aumento do

⁶⁶ Criado por meio do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 14 mar. 2018.

⁶⁷ Criado por meio da Portaria do Ministério Extraordinário de Política Fundiária Nº. 10/98, de 16 de abril de 1998. Mais informações estão disponíveis no site do Incra no seguinte endereço eletrônico: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁶⁸ O Prolind foi implementado por meio do Edital de Convocação nº 3, de 24 de junho de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PROLIND/edital_prolind2008.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

⁶⁹ Participação viabilizada por meio do Edital de Convocação Nº 09, de 29 de abril de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf. Acesso em: 17 mar. 2018.

quadro de pessoal e recursos financeiros para cumprimento das metas para expansão, que era de ampliar a oferta de cursos de graduação, inclusive com a educação a distância.

Segundo o seu PDI 2013-2017, com a adesão do REUNI houve a criação de 09 (nove) cursos de graduação, quando em 2012 chegou o quantitativo de mais de 6.000 (seis mil) vagas. Já na Pós-graduação *Stricto Sensu*, no ano de 2013, chegou ao patamar de 22 (vinte e dois) programas instalados. Com esses números de graduação presencial, a distância e de pós-graduação, a UFGD chegou a ofertar em 2013, mais de 8.000 (oito mil) vagas.

Especificamente, em relação aos cursos na modalidade a distância, a UFGD apresentou em seu PDI uma proposta diferenciada com a perspectiva de expansão de vagas, na estratégia de interiorização, objetivando o oferecimento de 16 (dezesesseis) cursos de graduação, nos polos de apoio presencial conveniados ao Sistema UAB, perfazendo um total de cerca de oito mil vagas a distância (UFGD, 2015).

No ano de 2016, a UFGD passou por novo processo de avaliação do MEC, por meio do Índice Geral de Cursos (IGC), sendo classificada como a melhor universidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse resultado se manteve por 8 (oito) anos consecutivos, sendo inclusive apontada, por esse formato de avaliação, como a 3ª (terceira) melhor da região Centro-Oeste⁷⁰.

A Universidade não possui campi fora da sede, sua estrutura organizacional está distribuída nos seguintes órgãos: Reitoria, Vice-reitoria, Gabinete da Reitoria, Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC), Comissão Interna de Supervisão (CIS), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão de Ética Setorial, Unidades Administrativas, Unidades Acadêmicas, Órgãos Suplementares e Órgãos Administrativos.

As Unidades Administrativas estão organizadas em 7 (sete) Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), Pró-Reitoria de Administração (PRAD), Pró-Reitoria de Avaliação institucional e Planejamento (PROAP), Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) e todas funcionam no prédio da Reitoria, considerada Unidade I.

⁷⁰ Fonte: <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/pela-oitava-vez-a-ufgd-e-considerada-a-melhor-do-ms->

Figura 1 - Unidade I - Prédio que comporta a Reitoria e as Pró-Reitorias



Fonte: Imagem de acesso público, 2019.

Esse prédio em destaque, funcionava até 2004, o Centro Universitário de Dourados (CEUD), Campus da UFMS. A partir da criação da UFGD, no ano de 2005, as estruturas foram reformadas no período de tutoria⁷¹ pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e passou a comportar a administração central da UFGD. As faculdades foram construídas no campus da Unidade II, em prédios próprios para uso de suas atividades de graduação e de pós-graduação.

As Unidades Acadêmicas organizam-se em 12 (doze) Faculdades, regulamentadas conforme normas estabelecidas em seus Regimentos Internos aprovados pelo COUNI. Cada Faculdade possui uma diretoria que é o órgão central que administra e coordena todas as atividades envolvidas ao funcionamento da Unidade. É exercida por um diretor (a) eleito (a) pela sua comunidade acadêmica, e também tem as Coordenadorias dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, cada uma com um (a) coordenador (a), que também é eleito por seus pares, para exercer o cargo.

Destas faculdades, 10 (dez) estão localizadas no Campus da Unidade II. A Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) está localizada em área considerada central na cidade, em terreno doado à época da construção. A Faculdade de Educação a Distância está localizada em prédio locado especificamente para seu funcionamento, enquanto o prédio próprio está em processo de construção em espaço localizado na Unidade II (DIRETORA DA EaD, 2017).

Atualmente 11 (onze) Unidades ofertam cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, além da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *Lato Sensu*, como está apresentado no quadro 5, disponibilizado a seguir:

⁷¹ Após a Lei de criação da UFGD, foi designada pelo MEC, a UFG como universidade tutora pelo período de um ano.

Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFGD

UNIDADES ACADÊMICAS	CURSOS DE GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia	Administração Ciências Contábeis e Economia	Mestrado em Agronegócios Mestrado Profissional em Administração Pública em rede nacional	-
FCA - Faculdade de Ciências Agrárias	Agronomia Engenharia de Agrícola Engenharia de Aquicultura Zootecnia	Mestrado e Doutorado em Agronomia Mestrado em Engenharia Agrícola Mestrado em Zootecnia	-
FCBA- Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais	Biotecnologia Ciências Biológicas (Licenciatura) Ciências Biológica (Bacharelado) Gestão Ambiental	Mestrado e Doutorado em Entomologia e Conservação da Biodiversidade Mestrado em Biologia Geral/Bioprospecção MBA em Gestão Ambiental	-
FACET- Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia	Engenharia de Computação Física Matemática Química Bacharelado Química Licenciatura Sistemas de Informação	Mestrado e Doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental Mestrado em Química Doutorado em Biotecnologia e Biodiversidade Mestrado Profissional em Ensino de Física Mestrado Profissional em Matemática	Ensino de Matemática do Ensino Médio Educação Matemática e Ensino de Ciências
FCH - Faculdade de Ciências Humanas	Ciências Sociais Geografia História Psicologia	Mestrado e Doutorado em Geografia Mestrado e Doutorado em História Mestrado em Antropologia Mestrado em Sociologia Mestrado em Psicologia	Projovem Estudos de Gênero e Interculturalidade Residência Agrária
FCS - Faculdade de Ciências da Saúde	Medicina Nutrição	Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde Residência em Medicina de Família e Comunidade	Saúde Pública

Continua

Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFGD

Conclusão

UNIDADES ACADÊMICAS	CURSOS DE GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
FACALE - Faculdade de Comunicação, Artes e Letras	Artes Cênicas Letras	Mestrado em Letras	Letras Linguística Teatro, Poéticas e Educação
FADIR - Faculdade de Direito e Relações Internacionais	Direito Relações Internacionais	Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos	Direitos Humanos e Cidadania Segurança Pública e Cidadania
FAED - Faculdade de Educação	Educação Física Pedagogia	Mestrado e Doutorado em Educação	Docência na Educação Infantil Educação Física Escolar Formação de Profissionais da Educação
FAEN - Faculdade de Engenharia	Engenharia Civil Engenharia de Alimentos Engenharia de Energia Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	Mestrado em Ciências e Tecnologia de Alimentos	-
FAIND - Faculdade Intercultural Indígena	Licenciatura Indígena Teko Arandu Licenciatura em Educação do Campo	Mestrado em Educação e Territorialidade	Educação Intercultural
EaD - Faculdade de Educação a Distância	Licenciatura em Letras Libras Bacharelado em Letras Libras Bacharelado em Administração Pública Licenciatura em Computação Licenciatura em Física Licenciatura em Pedagogia		Sociologia no Ensino Médio Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde Matemática

Fonte: Elaboração própria a partir de UFGD (2018).

Como pode ser observado, a UFGD se caracteriza como uma universidade pública, vinculada ao sistema federal, ofertando cursos de graduação e de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, nas modalidades presencial, de alternância e a distância, explicitando a busca por atender

aos objetivos constantes em seu PDI, caracterizando pela oferta de cursos de graduação e de pós-graduação.

Desde sua criação, em 2005, a gestão institucional buscou atender às políticas federais voltadas para a expansão de cursos e, conseqüentemente, contribuir com a ampliação dos percentuais de acesso à educação superior, a partir das metas previstas no PNE. Essa política de caráter nacional voltada para a expansão da educação superior refletiu no planejamento institucional, expresso em seu PDI, que se volta para proporcionar no contexto em que está inserida uma oferta maior de cursos. Esse processo culminou na ampliação de vagas ofertadas pela instituição.

A educação a distância foi viabilizada nesse contexto, ao aderir à proposta federal de oferta de EaD, concretizada pelo Sistema UAB. Assim, após cinco anos de sua criação, a UFGD, passa a ofertar cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*. Fica evidenciada que antes de 2010, quando inicia o convênio, a instituição não oferecia cursos na modalidade a distância.

A partir de sua criação, a EaD vai passar pelo ciclo de sua institucionalização, como pode ser observada a inclusão no PDI e nas iniciativas de sua configuração como unidade acadêmica, em que se intitulou Faculdade de Educação a Distância, buscando se assemelhar aos moldes das demais unidades acadêmicas.

2.5. Estrutura Física das Unidades Acadêmicas

As Faculdades da UFGD dispõem de prédios próprios, construídos no mesmo modelo, exceto a EaD⁷², equipados com laboratórios, blocos de salas de aula, corpo docente, técnicos, e infraestrutura básica para o funcionamento dos cursos ofertados. Essa infraestrutura pode ser considerada adequada, uma vez que atende aos requisitos das avaliações externas produzidas pelo MEC, conforme explicita a Tabela 6.

⁷² Conforme já mencionado na seção anterior, a estrutura física destinada à Faculdade de Educação a Distância estava paralisada, mas encontra-se em novo processo de licitação, para finalização da obra, conforme o especificado no Edital de Concorrência nº. 03/2018, cujo valor disponibilizado é de R\$. 3.093.839,96 (três milhões, noventa e três mil, oitocentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos)

Fonte: UFGD. Disponível em:

<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/LICITACAO/EDITAL%20-%20CC%2003-18%20-%20T%C3%89RMINO%20EAD%20-%20RETIFICADO.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

Tabela 6 - Avaliação Institucional da UFGD: 2015 e 2016

ITEM	UFGD	2015	2016
01	Nº de cursos com CPC no triênio	29	29
02	Alfa (proporção de graduandos)	0,7146	0,711919
03	Conceito médio de graduação	2,7981	2,838653
04	Beta (proporção de mestrandos equivalente)	0,1936	0,190402
05	Conceito Médio do Mestrado	4,3493	4,316733
06	Gama (proporção de doutorandos equivalente)	0,0918	0,097678
07	Conceito Médio de doutorado	4,6349	4,614841
08	IGC – Índice Geral dos Cursos (contínuo)	3,2671	3,293578
09	IGC – Índice Geral dos Cursos (faixa)	4	4

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal do INEP/ Resultados do ICG⁷³. (2018).

Conforme pode ser observado na tabela 6, a UFGD procurou desde a sua criação atender às políticas federais voltadas para a expansão e a qualificação da educação superior. O ICG é um indicador de qualidade com base na média das notas de cursos de graduação e de pós-graduação da UFGD (mestrado e doutorado). Nesse conceito está incluso, também, as instalações físicas dos prédios, laboratórios e salas de aula. A biblioteca é avaliada pela estrutura predial e a quantidade de acervo. Esse índice é expresso em faixas de 1 a 5, o que confirma a avaliação positiva da UFGD.

A título de ilustração apresenta na Figura 2 a fachada do prédio de uma das Unidades Acadêmicas da UFGD, que tem padrão similar às demais unidades. O prédio que está em processo de construção para a Faculdade de EaD será instalado na Unidade II, onde se concentra a quase totalidade das Unidades Acadêmicas da UFGD, mantendo a mesma estrutura física.

⁷³ Fonte: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indice-geral-de-cursos-igc>. em: 30 set. 2018.

Figura 2 - Prédio da Faculdade de Ciências Humanas – FCH



Fonte: Foto de acesso público⁷⁴.

Conforme especificado na estrutura organizacional, as Unidades Acadêmicas estão estruturadas na forma exemplificada abaixo:

Quadro 6 - Estrutura organizacional das Unidades Acadêmicas da UFGD

UNIDADE 0000	FACULDADE DE -----	Função
	Diretor (a)	Diretor (a)
	Vice-Diretor (a)	Vice-Diretor (a)
	Secretaria Administrativa	Secretário (a)
	Secretaria Acadêmica	Secretário (a)
	Coordenadoria Administrativa	Coordenador (a)
	Seção de Laboratórios	Chefe
	Coordenadoria de Curso	Coordenador (a)
	Coordenadoria de Curso	Coordenador (a)
	Secretaria dos Cursos de Graduação	Secretário (a)

Continua

⁷⁴ Fonte: Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=imagens+ufgd&safe=active&rlz=1C1GCEA_enBR750BR750&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwiN79uz8cTdAhWHjJAKHWPQAwMQsAR6BAgGEAE&biw=1242&bih=557#imgsrc=-Dw3zg01MHnzvM>. Acesso em: 30 set. 2018.

Quadro 6 - Estrutura organizacional das Unidades Acadêmicas da UFGD

Conclusão

UNIDADE 0000	FACULDADE DE -----	Função
	Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação	Coordenador (a)
	Secretaria de Pós-Graduação	Secretário (a)

Fonte: Elaboração própria a partir do Anexo da Resolução nº. 23/2013/COUNI. (2018)

Esse modelo organizacional é adotado em todas as faculdades de cursos presenciais e de modalidade de alternância, de acordo com estrutura aprovada no COUNI por meio da Resolução nº. 23 de 01 de março de 2013/COUNI, conforme já mencionado.

A Unidade de Educação a Distância, tem uma estrutura organizacional diferenciada das demais Unidades, embora mantendo algumas similaridades. Essa particularidade é consequência de suas especificidades, enquanto modalidade de educação a distância e, a forma própria de financiamento que atende ao modelo UAB/CAPES/MEC, para oferta de cursos da Instituição e da UAB, como pode ser observado no item a seguir.

2.5.1 Estrutura Administrativa e Pedagógica da EaD/UFGD

No ano de 2012, a UFGD teve aprovado pelo MEC a proposta para a oferta do curso de Licenciatura em Letras, com habilitação em Libras (Língua Brasileira dos Sinais) junto ao Programa Viver Sem Limites. Este curso não está vinculado à UAB. O Curso foi proposto na modalidade a distância, mantendo o desenho instrucional dos cursos ofertados pela UAB, adotando a plataforma Moodle como AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), com encontros presenciais, de acordo com calendário acadêmico previamente aprovado e carga horária total de 3.260 horas.

O Programa Viver sem Limites⁷⁵ está vinculado ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e foi instituído por meio do Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011). Esse Programa é fruto de ação política junto à comunidade, visando a disponibilização de acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade, sendo que a mediação seria pelo Estado e Município, como demonstra em seus artigos:

⁷⁵ Para mais informações sobre esse programa, acessar o site da Secretaria Especial para os Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Art. 9º A vinculação do Município, Estado ou Distrito Federal ao Plano Viver sem Limite ocorrerá por meio de termo de adesão voluntária, com objeto conforme às diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º A adesão voluntária do ente federado ao Plano Viver sem Limite implica a responsabilidade de priorizar medidas visando à promoção do exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência, a partir dos eixos de atuação previstos neste Decreto.

Art. 10. Para a execução do Plano Viver sem Limite poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com consórcios públicos ou com entidades privadas (BRASIL, 2011).

Segundo consta no *site* da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) “O plano tem ações desenvolvidas por 15 ministérios e a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), [...]. O Viver sem Limite envolve todos os entes federados e prevê um investimento total de R\$ 7,6 bilhões até 2014 (SNPD, 2018).

Segundo informações coletadas por meio de depoimento do Reitor da UFGD, à época da adesão ao Programa, a UFGD poderia ofertar o curso de Letras/Libras na modalidade a distância ou na modalidade presencial. Nesse sentido, houve a disposição da Reitoria para que o curso fosse desenvolvido na modalidade a distância, com vistas a fortalecer a modalidade no âmbito da universidade, uma vez que esse Programa disponibilizaria vagas para docentes e técnicos no quadro de servidores efetivos, diferentemente do que ocorria com a UAB, em que os servidores em sua quase totalidade eram contratados por meio de bolsas.

Segundo o Reitor:

Quando a SESu encaminhou o ofício à UFGD referindo-se ao Edital do Programa Viver sem Limites para a criação do curso de Letras/Libras, a FAED [Faculdade de Educação] manifestou interesse em ofertar o curso em sua Unidade Acadêmica, uma vez que esse curso já ocorria em formato de convênio com a SECADI [Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão] e com a UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina], tendo como a coordenadora local professora lotada na própria FAED. Nesse sentido, tive, enquanto gestor institucional, que inserir a EaD, à época ainda com o status de Coordenadoria, no espaço de discussão institucional dessa proposta, intermediando as conversas e debates de forma a viabilizar a oferta do curso no âmbito da EaD, o que viabilizou o atendimento dos critérios estatutários da instituição para a criação da Unidade Acadêmica própria, na medida em que passou a ter 10 docentes efetivos em seu quadro, além dos servidores técnico-administrativos (REITOR, 2017).

Essa adesão proporcionou à EaD, o fortalecimento da modalidade na UFGD e consequentemente recursos foram disponibilizados. Para o quadro de pessoal, foram agregados:

7 (sete) docentes e 6 (seis) técnicos de nível médio, 2 (dois) técnicos de nível superior e 2 (dois) cargos de tradutor intérprete para o Curso de Letras Libras, além de recursos financeiros destinados para custeio no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por exercício e por vaga criada até a conclusão da primeira turma do curso. Para investimento em curso presencial foi oferecido o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no ano de 2013 e para cursos em EaD o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) para os anos 2013 e 2014. (BRASIL, 2012c).

Diante do montante financeiro e do quantitativo de pessoal, em 2014, foi viabilizada a criação de uma Unidade Acadêmica para a Educação a Distância, pois a estrutura apresentada atendia ao disposto no Art. 14, inciso VII do Estatuto da UFGD (BRASIL, 2012a), conforme destacado no depoimento do Reitor.

Após a criação da Faculdade de Educação a Distância, via Resolução nº 98/2014/COUNI, foi aprovada a seguinte estrutura organizacional:

Quadro 7 - Estrutura da Faculdade de EaD em 2014

00059⁷⁶	FACULDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	EAD
	Diretor (a)	Diretor (a)
	Vice-Diretor (a)	Vice-Diretor (a)
	Secretaria Administrativa	Secretário (a)
	Secretaria Acadêmica	Secretário (a)
	Coordenadoria Administrativa	Coordenador (a)
	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Coordenador (a)
	Seção de Laboratórios	Chefe
	Coordenadoria do Curso de Letras Libras	Coordenador (a)
	Secretaria dos Cursos de Graduação	Secretário (a)
	Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação	Coordenador (a)
	Secretaria de Pós-Graduação	Secretário (a)

Fonte: Elaboração própria a partir do Anexo da Resolução nº. 23 de 01 de março de 2013/COUNI. (2018)

Com a perspectiva de expansão dos cursos a distância na UFGD, conforme detalhado no PDI 2013-2017, a direção da faculdade almejava uma estrutura diferenciada das demais Unidades, envolvendo mais divisões, especialmente o fortalecimento do setor de tecnologia, que necessitava estar ligado à Unidade para atendimento em maior tempo aos alunos, tutores e

⁷⁶ Número da Unidade na Estrutura Organizacional da UFGD – Anexo I da Resolução nº. 23/2013/COUNI.

formadores. Essa composição proporcionaria a EaD minimizar a sua condição de dependente financeira da UAB.

Nesse sentido, há o depoimento da Diretora da EaD quando menciona que:

Nós trabalhamos com atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa, a extensão. E temos o diferencial de sermos uma faculdade que tem uma equipe dedicada de tecnologia da informação e comunicação para a diagramação, produção de conteúdo, nas mídias de áudio, vídeo e texto. Nós trabalhamos na concepção desse conteúdo, na diagramação, na gravação de vídeos, na execução na parte de mediação pedagógica e temos também um diferencial de todas as faculdades da UFGD de ter um setor na nossa faculdade, que hoje é uma coordenadoria especializada na formação docente. É um setor responsável pelos editais. Publica e seleciona os profissionais, bolsistas e também responsáveis pela formação desses profissionais. Não só os docentes, mas nós temos a equipe multidisciplinar também. Em linhas bem gerais trata da formação desse profissional para a elaboração e planejamento da sala virtual. Planejar para interagir com esse profissional por vídeos, web conferências e no espaço de interação (DIRETORA DA EaD, 2017).

Dessa forma a Faculdade propôs alterar a estrutura organizacional submetendo ao COUNI, a qual foi apreciada e aprovada, conforme modelo abaixo:

Quadro 8 - Estrutura Político-administrativa da Faculdade de Educação a Distância – EaD em 2017

UNIDADE 00059	FACULDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD	FUNÇÃO
	Diretoria	Diretor (a)
	Vice-Diretoria	Vice-Diretor (a)
	Secretaria Administrativa	Secretário (a)
	Coordenadorias dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação de cursos criados pela Faculdade	Coordenador (a)
	Coordenadoria do Curso de Letras Libras Licenciatura	Coordenador (a)
	Coordenadoria do Curso de Letras Libras Bacharelado	Coordenador (a)
	Secretaria dos Cursos de Graduação	Secretário (a)
	Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação	Coordenador (a)
	Secretaria dos Curso de Pós-graduação	Secretário (a)

Continua

Quadro 8 - Estrutura Político-administrativa da Faculdade de Educação a Distância – EaD em 2017

Conclusão

UNIDADE 00059	FACULDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD	FUNÇÃO
	Coordenadoria dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação decorrentes de Acordo de Cooperação Técnica (ACT)	Coordenador (a)
	Coordenadoria Administrativa	Coordenador (a)
	Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	Coordenador (a)
	Seção de Laboratórios	Chefe
	Coordenadoria do Centro de Estudos e Pesquisas	Coordenador (a)
	Coordenadoria da Secretaria Acadêmica	Coordenador (a)

Fonte: Elaboração própria a partir do anexo da Resolução nº. 211 de 27 de novembro de 2017/COUNI. (2018)

De acordo com a Diretora, a estrutura da EaD atualmente, constitui em uma de suas principais dificuldades no processo de institucionalização, caracterizando-se como seu “carro chefe”, uma vez que em virtude da contenção dos investimentos federais está sem local para o desenvolvimento de suas ações, pois está paralisada a construção do prédio. Segundo ela:

Outra dificuldade é a questão de local, a gente precisa de infraestrutura para a EaD. A gente estava com nosso prédio em construção, mas devido uma dificuldade com a empresa que faliu, nosso prédio ficou pela metade e hoje o discurso que a gente houve há dois anos é que não tem dinheiro para novos investimentos ou para continuidade dos investimentos que estavam com até 30% realizados, que era nosso caso, com a construção de 110% a nossa não chegava aos 30%, estava nas primeiras pilastras. Quanto a isso a infraestrutura hoje pra mim é o carro chefe (DIRETORA DA EaD, 2017).

Observa-se que na sua estrutura administrativa há destaque para as coordenações de cursos, que explicitam três eixos de atuação: a Coordenação de Cursos de Graduação e de Pós-graduação criados pela Faculdade; a Coordenação dos Cursos de Letras/Libras (licenciatura e bacharelado); e a Coordenadoria dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação decorrentes de Acordos de Cooperação Técnica.

Essa estrutura explicita a importância do Curso de Letras/Libras no âmbito da Faculdade de Educação a Distância, estando destacado na própria nomenclatura do setor criado para essa finalidade. Pode-se observar, também, que a própria estrutura aponta para a intencionalidade de criação de cursos próprios para além dos convênios existentes, como forma de viabilizar a

captação de recursos, uma vez que os cursos que atualmente são ofertados dependem da disponibilização de recursos de programas governamentais como o Sistema UAB e o Viver sem Limites, evidenciando com isso a problemática financeira para a institucionalização.

Em síntese, a estrutura político-administrativa da Faculdade de Educação a Distância evidencia a possibilidade de oferta de cursos por meio de instâncias diferenciadas no âmbito interno do próprio sistema federal, o que não ocorre na estrutura organizacional das demais unidades acadêmicas da UFGD.

2.5.2 Pessoal: Técnico, Docente e Discente

O perfil dos servidores docentes de acordo com o PDI vigente⁷⁷, conforme estabelecido na legislação e considerando que as universidades são multidisciplinares a formação desses profissionais deve ter pelo menos um terço em regime de tempo integral e mesmo número com titulação de mestrado ou doutorado.

Na UFGD conforme o PDI 2013-2017, é prioritário o regime de trabalho de dedicação exclusiva (DE):

Dessa forma, o docente contratado tem a obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho, em dois turnos diários completos, ficando impedido de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada. Esta situação está vinculada à condição de atividade permanente (UFGD, 2015, p. 118).

Conforme art. 2º da Resolução nº. 25/2006/COUNI, a UFGD e suas Unidades Acadêmicas devem assegurar o mínimo de 75% de seus docentes em regime de Dedicação Exclusiva -DE (UFGD, 2006).

Os servidores técnico-administrativos, são selecionados mediante concurso público definida as características de cada cargo em edital específico e a universidade dispõe de uma política de qualificação interna.

A UFGD, com a visão de que é necessário investir em seu quadro de pessoal a fim de formar um corpo funcional eficiente, eficaz e efetivo, propõe-se a oferecer cursos de capacitação e de desenvolvimento, de modo a fomentar ou aprimorar competências de acordo com as necessidades apresentadas, além de incentivar os técnicos a cursarem a pós-graduação em suas áreas de atuação (UFGD, 2015, p. 122).

⁷⁷ Resolução nº 231 de 20/12/2017/COUNI. Aprova a Prorrogação da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD – PDI, passando a vigorar até 31/12/2020. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/boletins/2900.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

De acordo com informações coletadas junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, essas características previstas, legalmente estão sendo atendidas. Até dezembro de 2017, a UFGD possuía em seu quadro um total de 584 docentes, sendo 424 com titulação de doutorado, 131 com titulação de mestrado e 20 com titulação de especialista⁷⁸. Do total dos docentes, tem-se 20 com carga horária de 40h, 30 com carga horária de 20h e 534 com DE. Pode-se observar que há cerca de 93% dos professores em regime de trabalho de tempo com dedicação exclusiva.

Também, possui um quadro composto por 556 técnico-administrativos⁷⁹, o que perfaz uma razão de 1 técnico para 13 alunos matriculados, considerando que atualmente há 7.621 alunos matriculados⁸⁰, sendo 6.869 nos cursos presenciais e 752 em cursos a distância na UFGD. No entanto no plano de expansão, conforme destacado no PDI 2013-2017, a projeção seja aumentada para 15/1, ou seja, a cada 15 alunos um técnico administrativo, com a distribuição a partir de 2013 até 2020 (UFGD, 2015).

Evidentemente, a EaD não apresenta essas mesmas características institucionais do quadro de pessoal, considerando que o modelo de contratação de docentes e técnicos é calcado em contrato com vínculos instáveis e com pagamento sob a forma de bolsas, já alertado por Preti (2009).

Até a implantação da UAB na UFGD, existia apenas duas formas de vínculo: servidores efetivos, também chamados de estatutários, e no caso dos docentes havia um quadro de temporário, para contratos por tempo limitado, como de locação de serviços, amparados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para atender os casos de docentes afastados legalmente.

Essa situação que promove formas diferenciadas de contratação de pessoal no âmbito da instituição, criando pelo menos 3 formas de vínculos, como é o caso dos bolsistas (professores formadores e tutores), é decorrente da implantação da UAB, ficando concentrada apenas na Faculdade de Educação a Distância, não havendo contratos semelhantes em outra unidade acadêmica.

⁷⁸ Fonte: dados disponíveis em:

<<http://sigrh.ufgd.edu.br/sigrh/public/home.jsf;jsessionid=677C6D460D3E624BF03A85744A3E4A82.sistema01-producao>>

⁷⁹ Fonte: dados disponíveis em: <http://sigrh.ufgd.edu.br/sigrh/public/home.jsf;jsessionid=677C6D460D3E624BF03A85744A3E4A82.sistema01-producao>

⁸⁰ Fonte: Censo da Educação Superior – 2017(BRASIL, 2017)

2.5.3 Expansão Acadêmica

A política de expansão da educação superior no Brasil, promoveu um crescimento no contexto da UFGD, que incluiu ampliação de vagas em cursos existentes e a criação de cursos novos.

De acordo com Marques, Real e Oliveira (2017, p. 153):

A UFGD, considerando todas as universidades federais da região Centro-Oeste, foi a que obteve maior percentual de crescimento do número de matrículas no período. Esses dados permitem inferir que, particularmente no contexto de Mato Grosso do Sul, houve de fato uma confluência de fatores institucionais que contribuíram para a efetivação da política nacional de expansão da educação superior.

Segundo os autores, no período de 2005, quando a UFGD foi criada, até 2014, após a implantação de todos os cursos e vagas criados com o Programa Reuni, o crescimento foi de 119,75%. Após o Programa Reuni, a expansão na UFGD continuou, embora, em percentuais menores. O COUNI, em reunião com seus membros aprovou a criação de 04 (quatro) Cursos de Graduação na área de Engenharia (Aquicultura, Civil, Computação e Mecânica), turma nova para o Curso de Matemática (noturno), Curso de Física e de Química⁸¹ e ainda, ampliação de 30 (trinta) vagas para o curso de Medicina⁸², os quais já estavam propostos no PDI, de acordo com o cronograma de cursos a serem implantados.

Dentro da política expansionista do governo federal para as universidades e além da proposta de implantação de novos cursos, no ano de 2014, o COUNI em reunião ordinária⁸³, aprovou a distribuição de vagas docentes relativa aos cursos e turmas novas, para as Unidades Acadêmicas, conforme Resolução nº. 120/2014/COUNI.

No ano seguinte, apreciou e aprovou a proposta de distribuição de técnicos administrativos para as Unidades Acadêmicas, a serem lotados nas secretarias da direção, dos cursos de graduação, programas de pós-graduação, coordenadoria administrativa, secretaria acadêmica e laboratórios.

A distribuição conforme tabela abaixo, gerou a Resolução nº. 84/2015, publicada⁸⁴ e divulgada nas Faculdades:

⁸¹ Resolução nº. 44/2013 de 02/05/2013, conforme BS 1384/2013/UFGD

⁸² Resolução nº. 43/2013 de 02/05/2013, conforme BS 1384/2013/UFGD

⁸³ O Conselho se reúne ordinária ou extraordinariamente, conforme consta no Art. 27 do Regimento Interno do COUNI aprovado pela Resolução nº. 17/2007/COUNI.

⁸⁴ Fonte: Boletim de Serviço (BS) nº 1852 publicado em 08/06/2015.

Tabela 7 - Distribuição de Técnicos para as Unidades Acadêmicas (U.A) no ano de 2015

U.A	Sec. Cursos de Graduação	Sec. Programas de Pós-Graduação	Sec. da Direção	Coord. Administrativa	Sec. Acadêmica	Técnicos de Laboratórios	Total de Técnicos por U.A.
FACE	3	2	1	2	3	8	19
FCA	4	3	1	2	3	28	41
FCBA	4	2	1	2	3	18	30
FACET	6	5	1	2	3	38	55
FCH	4	5	1	2	3	15	30
FCS	2	1	1	2	3	22	31
FACAL E	2	1	1	2	3	7	16
FADIR	2	0	1	2	2	4	11
FAED	2	1	1	2	3	7	16
FAIND	2	0	1	2	2	6	13
FAEN	5	0	1	2	2	30	40
EAD	1	0	1	2	2	9	15
TOTAL GERAL	37	20	12	24	32	192	317

Fonte: Elaboração própria a partir do Anexo da Resolução nº. 84/2015/COUNI. (2018)

Percebe-se que apesar das características diferenciadas da Faculdade de Educação a Distância, no âmbito da UFGD, nota-se como mecanismo de gestão a distribuição de técnicos administrativos de forma paritária, em relação às demais unidades acadêmicas, de forma que a EaD também foi contemplada, conforme estabelecido em documento do COUNI⁸⁵.

Com isso pode-se observar que nesse período, a expansão de cursos a distância estava na agenda da gestão institucional, como perspectiva próxima e real.

Neste cenário e consoante o PDI, observa-se a característica expansionista da Instituição de acordo com projeções efetuadas para os próximos anos, com relação a recursos humanos:

Assim, na nova Expansão, considerando o Decreto nº 7.485 de 18 de maio de 2011 que constitui o Banco de Professor Equivalente das IFES (sendo o Banco da UFGD de 609,30) e com a contratação de 944 professores doutores DE para os cursos novos, o Banco de Professor Equivalente da UFGD deverá ser acrescido em 1.604,80. Para tanto será necessário um aporte de folha de pagamento (em valores e condições de 2013), de R\$ 118.671.501,86 para atender as novas contratações decorrentes do projeto. No que se refere aos técnicos administrativos (TA), considerando os cursos criados nesse projeto, considerando a convenção de 15 alunos por 01 TA, baseada nos estudos da própria SESU e, contratando-se proporcionalmente ao número de vagas criadas/ano, projeta-se atingir em 2020, o RAP de 15/01. Desta forma, dentro do referencial estabelecido para contratação, 1.076 servidores até 2017, dos

⁸⁵ Resolução nº. 14 de 27 de março de 2008 – aprova critérios de distribuição de vagas de servidores Assistente em Administração para as Unidades Acadêmicas.

quais 717 serão de nível médio e 359 de nível superior. Para tal, a UFGD deverá ter um aporte de R\$ 39.307.617,88 na sua folha de pagamento (UFGD, 2015, p. 172).

No mês de junho de 2015, houve mudança de dirigente na UFGD e o COUNI voltou a se reunir⁸⁶ no dia 15/07/2015. Nas próximas reuniões do Conselho não se discutiu a respeito de expansão e, na reunião ordinária do mês de dezembro onde foi apreciado e aprovado o Plano de Gestão⁸⁷ para o quadriênio 2015-2019, a expansão da UFGD, não esteve na pauta de discussão. Em conformidade com o documento aprovado, o objetivo é para cumprir o prazo estabelecido no Estatuto da Universidade, que versa sobre a apresentação do Plano de Gestão após 60 (sessenta) dia da posse do Reitor (a). No entanto, só foram elencadas ações para a Reitoria, Vice-reitoria, Pró-Reitorias e seus setores subordinados e não houve inclusão de ações para as Unidades Acadêmicas.

As projeções para expansão, no que se refere a obras (construções), aquisição de equipamentos para suprir laboratórios ou as Unidades, pode e deve ser compartilhada com toda a comunidade interna e externa, tanto por meio de divulgação nos veículos de comunicação, como também em reunião do Conselho Social. Esse Conselho, de acordo com o Art. 10, do Estatuto da UFGD, trata-se de um “órgão consultivo, e se constitui em um espaço de interlocução da sociedade nos assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. No entanto, essa temática não tem se configurado como cenário próximo.

Esse processo impacta, ainda mais a Faculdade de EaD, que não tem seus recursos financeiros previstos no orçamento da UFGD, mas são captados por meio de destinação específica do Sistema UAB/CAPES/MEC, especialmente, após o ano de 2015 quando se encerrou os recursos advindos do Programa Viver sem Limites e, houve a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016 que limita os gastos públicos até 2036, o que tem operado cortes orçamentários no sistema federal, inclusive no Sistema UAB/CAPES/MEC.

A expansão até o ano de 2015, mostrava o alcance de um patamar político superado por qualquer instituição no contexto da região Centro-Oeste. O planejamento efetuado na gestão de 2006-2015, de acordo com o PDI, transformava a EaD numa proporção tal de comparação a uma nova universidade. Tudo isso em consonância ao PNE, delineado segundo as metas estabelecidas para a expansão do ensino superior, conforme evidencia a tabela 8.

⁸⁶ Fonte: Ata nº. 39 de 15/07/2015, disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ATAS-COUNI/Ata-39_extra_COUNI_15_07_15.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

⁸⁷ Fonte: Ata nº. 60 de 18/12/2015, disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ATAS-COUNI/Ata-60_18-12-2015.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

Tabela 8 - Cursos e Vagas novas totais na Graduação – Plano de Expansão da EaD: de 2014 a 2017

Cursos	Ano*	Vagas Totais	Tempo**	Vagas Implantadas até			
				2014	2015	2016	2017
Letras/Libras (Lic.)	2014	320	4	80	160	240	320
Física (Licenciatura)	2014	800	4	200	200	200	800
Matemática	2015	600	4	-	150	300	450
Química (licenciatura)	2015	600	4	-	150	300	450
Logística – Tecnólogo	2015	450	3	-	150	300	450
Agronegócio – Tecnólogo	2015	450	3	-	150	300	300
Administração (Bach.)	2016	600	4	-	-	150	300
Ciências Contábeis (Bach.)	2016	600	4	-	-	150	240
Sistema de Informação	2016	600	4	-	-	150	300
Biocombustíveis – Tecnologia	2016	450	3	-	-	150	300
Audiovisual – Tecnólogo	2017	600	4	-	-	-	150
Design Gráfico – Tecnólogo	2017	450	3	-	-	-	150
Manutenção Industrial	2017	450	3	-	-	-	150
Geoprocessamento – Tecnólogo	2017	450	3	-	-	-	150
Segurança no trabalho – Tecnólogo	2017	450	3	-	-	-	150
Construção de Edifícios	2017	600	4	-	-	-	150
Quantidade	16	Total	8.270	-	280	960	2.240
4.810							
Cursos							

Fonte: Elaboração própria a partir do PDI 2013-2017, p. 114. (UFGD, 2015)

Legenda: * ano de implantação; ** tempo de integralização

Os cursos a serem oferecidos neste interstício de 03 (três) anos, estavam na direção das demandas dos municípios do Estado. No entanto, esse destaque referente a expansão da EaD,

também estaria condicionado a políticas externas à instituição, tais como: a disponibilização de recursos financeiros alocados e inseridos na matriz orçamentária da UFGD.

Entretanto a partir de 2015, houve uma quebra de paradigma de gestão e a projeção aprovada não teve e não deve ter continuação em curto prazo, e conforme os dados apresentados acima, só institucionalizou o curso de Letras Libras. Com esses números demonstrados do ano de 2006 a 2017 na UFGD, encerra-se este capítulo.

No próximo capítulo, será apresentada a Faculdade de Educação a Distância, suas especificidades e o processo de institucionalização, de forma a caracterizar a sua construção no contexto do ciclo definido por Kezar (2007) e Kezar e Sam (2013).

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA UFGD

Conforme destacado no capítulo anterior, o conceito de institucionalização envolve três fases: a mobilização, a implementação e a institucionalização ou consolidação. A partir deste conceito, este capítulo tem como objetivo explicitar o processo de institucionalização efetivado pela EaD na UFGD, evidenciando as fases em que foram alcançadas. Assim poderá contribuir com o desvelamento das práticas, processos e decisões que podem se desenvolver a partir das evidências aqui levantadas.

Desta forma, este capítulo está dividido em 5 (cinco) seções, em que é realizada uma contextualização da EaD no estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase para a Faculdade de Educação a Distância da UFGD. Também serão abordados os aspectos que contribuem para o delineamento da configuração do nível de institucionalização que a EaD alcançou na UFGD, com destaque para os recursos financeiros disponibilizados para custeios dos cursos.

3.1 A EaD/UFGD no contexto do Estado de MS

Como já referido anteriormente, a partir do ano de 2010, a UFGD⁸⁸ criada através da política de expansão do governo federal para oferecimento de cursos superiores, aderiu ao Sistema UAB, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a UFGD e a CAPES objetivando implementar esse Sistema. Esse acordo de cooperação contribuiu tanto para a universidade quanto para os municípios polos, proporcionando a capacitação de professores e fortalecendo a articulação com a educação básica, de forma a viabilizar o atendimento às metas previstas no PNE.

Tendo em vista a cultura institucional da UFGD, com o comprometimento em ampliar a oferta de cursos superiores para atender a demanda do país e especialmente da região⁸⁹, foi que a instituição aderiu ao Sistema UAB, participando de uma política nacional de investimento em educação a distância. Desde o início e até o ano de 2017 houve disponibilização de cerca de 1.800 (hum mil e oitocentas) vagas, distribuídas em cursos de graduação e um montante de mais de 9 (nove) milhões de reais para custeio e investimentos, transfigurando com isso a

⁸⁸ BRASIL (2005). Lei. 11.153 de 29/07/2005.

⁸⁹ Em diversos documentos norteadores da gestão da UFGD (PDIs, Planos de Gestão, Resoluções Programáticas e Discursos de Autoridades da Universidade) analisados, foi possível perceber um claro viés de atuação institucional em favor da expansão de vagas da UFGD.

expansão da UFGD e sua colaboração no programa de interiorização do ensino superior, conforme planos do Governo Federal.

No entanto, em 2015 ocorreu uma ruptura no movimento de expansão da educação superior a distância, quando foi suspenso o Edital do Sistema UAB⁹⁰. Com isso, no contexto da região Centro-Oeste, universidades públicas como a: UFMS, UFMT e a UnB deixam de oferecer vagas e, a UFG embora tenha promovido o seu processo seletivo com 100 vagas, acaba por suspendê-lo, quando se observa que não teve nenhum candidato inscrito nesta modalidade, conforme demonstrativo na tabela abaixo.

Tabela 9 - Informações sobre matrículas, vagas e candidatos inscritos nos processos seletivos das Instituições que oferecem educação a distância na Região Centro-Oeste em 2015.

Instituições - 2015		Matrículas		Vagas Oferecidas		Candidatos Inscritos	
		Presencial	EaD	Presencial	EaD	Presencial	EaD
01	UFGD	6.518	891	2.121	40	28.645	184
02	Universidade Anhanguera-Uniderp	19.031	133.785	10.667	215.419	25.236	115.588
03	UCDB	9.461	1.078	3.380	3.300	8.323	561
04	UEMS	6.942	332	2.413	400	30.052	625
05	UFMS	15.362	940	5.485	-	88.895	-
06	UNIGRAN	7.763	8.921	4.660	18.000	8.839	9.121
07	UNEMAT	15.869	913	5.610	529	52.682	1.530
08	UFMT	18.921	626	6.037	1	101.398	1
09	IFMT	4.839	2.316	2.110	950	3.768	1.228
10	UEG	16.211	276	5.595	100	20.761	25
11	UFG	22.250	582	6.585	100	148.753	-
12	Universidade Católica de Brasília	13.218	1592	5.771	2.320	14.987	589
13	UnB	33.971	899	8.476	-	146.078	-
14	Centro Universitário IESB	15.227	1.490	9.440	3.300	21.357	4.999
15	UNIPLAN	10.220	306	10.823	800	17.995	1.783
16	Faculdade AIEC	-	1057	-	7.500	-	5.400

Fonte: Censo da Educação Superior (INEP, 2016).

⁹⁰ Trata-se da suspensão do Edital UAB/CAPES nº 75, de 18 de dezembro de 2014.

Neste sentido, nota-se que apenas a UFGD, no conjunto das universidades públicas da região, ofertou vagas a distância em 2015, sendo destinadas ao curso de Letras/Libras, que vai se constituir como o único curso fora do Sistema UAB.

Esse fato explicita a dependência do setor público do sistema UAB, que na suspensão do Edital CAPES/UAB 075/2014, inviabilizou a regularidade da oferta de educação a distância junto às universidades públicas. Também, permitiu inferir que a estratégia de agregar o curso de Letras/Libras à Educação a Distância da UFGD, dá condições de regularidade da EaD no contexto institucional.

Portanto, as medidas institucionais que promoveram a oferta do curso de Letras/Libras, na modalidade a distância, propiciaram além da criação de uma unidade acadêmica destinada especificamente para a EaD no âmbito institucional, também contribuíram para a regularidade de sua oferta institucional. Isto se mostrou mais eficaz em detrimento das ações desenvolvidas, no âmbito das demais universidades públicas do estado de MS e mesmo da região Centro-Oeste, inclusive das instituições pioneiras como a UnB e UFMT (Santos, 2008).

Em evento de posse da Diretoria da Faculdade de EaD, o Reitor (2006-2015), afirmou que os investimentos para a educação a distância, visavam prosseguir para a institucionalização dessa forma de educação. Destacou que nessa área, a universidade é “vanguarda e que a equipe da EaD deverá se preparar para os desafios futuros e importantes junto ao governo federal”⁹¹.

A diretora empossada, durante seu discurso descreveu a trajetória vivida pela EaD na universidade, desde sua adesão ao Convênio com a UAB, enfatizando que no princípio era como um experimento, mas aos poucos se tornou um projeto coletivo com identidade própria e de caráter significativo para o estado de MS. Ressaltou a coragem e a determinação de toda a equipe engajada e, o total apoio da administração central, ao ser visionária emplacando um projeto inovador e fundamental para a expansão da educação superior não somente no estado mas, a nível nacional.

Para além das medidas e decisões da gestão institucional que buscaram dar corpo e forma à EaD no contexto da UFGD, observa-se que o processo de sua constituição como uma Unidade Acadêmica, contribuiu com o movimento de mobilização dos demais setores e atores institucionais, em favor da adesão das políticas de EaD. Sendo assim, foram induzidos pelos discursos favoráveis de seus envolvidos no conjunto dos momentos solenes da instituição, como

⁹¹ Fonte: Discurso do Reitor (2006-2015), no ato da Posse da Diretoria da Faculdade de EaD em 01/06/2015. Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/noticias/reitor-nomeia-diretores-e-vice-diretores-eleitos-na-ufgd>. Acesso em: 30 set. 2018.

a criação de mais uma unidade acadêmica, quando se contava com a presença dos diversos segmentos da comunidade universitária.

Esses fatos sinalizavam para o atendimento às fases de mobilização e de implementação no processo de institucionalização, conforme descritas por Kezar (2007).

3.2 A Faculdade de Educação a Distância da UFGD: atores, processos e estrutura organizacional

A educação a distância na UFGD iniciou no ano de 2010, com dois professores doutores concursados para atuar na área. A princípio foi instalada em espaço físico subordinada a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), na Unidade I (prédio da atual Reitoria), a EaD trabalhou com cursos de formação docente, capacitando os profissionais docentes e técnicos para atuação na modalidade, como tutor e formador. No entanto, aos poucos foram sendo proporcionadas infraestrutura compatível com a demanda apresentada, especialmente a tecnológica, fator primordial para a concretização da modalidade.

Nesse intuito e de acordo com a cultura institucional da UFGD, de favorecimento à expansão acadêmica, foi providenciada a locação de um imóvel onde pudesse agregar docentes da EaD e também de outras faculdades com vínculo pela UAB (bolsistas), Coordenadores de Cursos de Graduação, Técnicos Administrativos (TAE), Técnicos de Tecnologia da Informação (TI), estagiários e funcionários terceirizados, visando o andamento para autonomia como Unidade Acadêmica. Todavia, esse espaço foi dividido com outros setores da UFGD, nesta condição, novos cursos via UAB foram realizados.

Nesse período, participou do convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para oferecimento do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras na modalidade à distância. Com este direcionamento e consequente interesse, após encerrar o convênio, a UFGD aderiu no ano de 2012 à proposta do Programa Viver sem Limite⁹², decorrente do decreto nº 7. 612/2011, passando a ofertar então o curso de Licenciatura Letras – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Esse Programa, também alocou recursos de investimentos que permitiram o início de obras para a instalação definitiva para a Faculdade⁹³.

Nos anos de 2012 e 2013, a universidade participou de dois Editais para seleção de propostas de instituições públicas integrantes do Sistema UAB, com vistas a adesão ou

⁹² Decreto nº 7. 612/2011.

⁹³ Conforme já mencionado anteriormente a obra foi paralisada, atrasando toda a evolução de infraestrutura administrativa e técnica da EaD. Recentemente a obra foi licitada, mas o espaço inicialmente previsto exclusivamente para a EaD (2.300 m²), no novo Projeto, foi dividido com a Coordenadoria de Informática da Universidade.

expansão de curso. Nesses editais, conseguiu ser selecionada para ofertar os cursos de Bacharelado em Administração Pública⁹⁴ e Licenciatura em Física⁹⁵, ambos na modalidade à distância. Com esses novos cursos a EaD passou ao quantitativo de 560 vagas ofertadas, de acordo com o PDI-UFGD (2015).

A partir de março de 2013, houve um redimensionamento na estrutura da EaD⁹⁶, e tornou-se Coordenadoria, tendo um Coordenador (a) e um Coordenador-adjunto (a), mas ainda, subordinada à PROGRAD.

Segundo o Reitor e conforme já mencionado, a decisão de criar o curso de Licenciatura Letras Libras na modalidade a distância, decorreu de uma decisão estratégica com vistas à institucionalização da EaD na Universidade, já que havia também, a possibilidade de criação do curso na modalidade presencial vinculado à Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (FACALE) e mesmo à Faculdade de Educação (FAED).

No entanto, de acordo com o Edital do Programa Viver Sem Limites, a adesão e aprovação do Projeto da Universidade, implicava a destinação de 07 vagas de docentes e 6 (seis) técnicos de nível médio, 2 (dois) técnicos de nível superior e 2 (dois) cargos de tradutor intérprete para o Curso de Letras Libras, bem como um montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), o que permitiria um passo importante da EaD na UFGD, ou seja, poder-se-ia sair da condição de Coordenadoria subordinada a Pró-reitoria e passar a atuar como Faculdade, ligada diretamente à reitoria com todas as prerrogativas inerentes, de acordo com o Estatuto da Universidade.

A criação da Faculdade como ápice para o processo de institucionalização da EaD também é citada pela Pró-Reitora de Ensino de Graduação da UFGD que declarou que:

Eu acho que ela foi pioneira, a UFGD, em trazer a educação a distância. Hoje eu vejo que, quando isso iniciou na gestão passada de se trazer como programa e depois de se instituir uma faculdade de educação a distância, eu vejo como uma atitude Pioneira, inovadora e, para falar a verdade, eu vejo que teve uma visão de sair na frente mesmo. Tomou uma atitude. Vamos dizer assim, pode ser até que entre as Universidades do Brasil, tenha começado depois, mas foi uma atitude muito corajosa e Pioneiro de dar esse suporte e incentivar a educação a distância. Eu que era, assim, e ainda sou ignorante em vários aspectos, mas que era completamente ignorante com a educação a distância eu vejo que foi uma atitude de coragem e pioneira e muito positiva. E hoje eu entendo a importância dessa ferramenta, eu não sei se posso chamar de ferramenta, se é o nome correto, mas assim, essa modalidade de educação hoje ela é muito importante (PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, 2017).

⁹⁴ Edital n°. 19/2012/CAPES

⁹⁵ Edital n°. 01/2013/CAPES

⁹⁶ Resolução n°. 23/COUNI de 01/03/2013 – altera Estrutura Organizacional da UFGD.

Esses fatos vão promovendo, além do processo de implementação de ações, a incorporação de novos atores, em um processo híbrido entre as fases de mobilização e de implementação, na definição de Kezar (2007). Pode-se observar que a Pró-Reitora explicita que passa a reconhecer a importância estratégica da EaD, a partir das ações que começam a ser desencadeadas, como a criação da Faculdade de EaD. Chega-se a reconhecer como ação estratégica da gestão anterior, ainda que sendo de grupos que disputaram a gestão institucional em polos contrários.

Assim, a próxima medida para a efetivação da Faculdade de EaD foi desencadeada a partir da submissão aos Conselhos Superiores da UFGD, CEPEC e COUNI, a proposta de criação do Curso Letras-Língua Portuguesa/ Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS⁹⁷, por meio da Resolução nº. 30/2013, passando a vigorar não mais em caráter experimental, mas sim institucional.

Ainda, em 2013, o Centro de Seleção (CS) da UFGD publicou o primeiro processo seletivo – vestibular, disponibilizando 40 (quarenta) vagas para ingresso de estudantes na modalidade a distância distribuídas nos dois Polos. Outra turma foi planejada com entrada prevista para o ano de 2016, com um quantitativo de 30 (trinta) vagas exclusivas para pessoas surdas⁹⁸.

Considerando a demanda para este curso, iniciaram as atividades em dois polos, sendo um na cidade de Dourados e o outro na cidade de Rio Brilhante. Esse curso de graduação, único em todo o estado de Mato Grosso do Sul, tende a contribuir para a educação bilíngue e inclusiva no próprio Estado e mesmo no Brasil. Além de formar professores graduados em Libras, tem o caráter inclusivo ao preconizar “a inclusão social de surdos na sociedade por meio da formação acadêmica, abrindo espaços para a sua inserção no mercado de trabalho” (CERNY; QUADROS; BARBOSA, 2009, p. 3).

De acordo com Projeto Pedagógico do Curso (PPC), ele visa ampliar a médio prazo tanto em Dourados, quanto nas cidades polos, o número de profissionais que atuarão como professores de Libras, como primeira língua e também como segunda língua em escolas e instituições das comunidades.

Mas, o que se pretende chamar a atenção, é a situação já aventada sobre as possibilidades de maior institucionalização da EaD na Universidade. De fato, esse curso, foi propulsor para

⁹⁷ Resolução nº. 30/COUNI de 26/03/2013.

⁹⁸ Fonte: <https://portalead.ufgd.edu.br/cursos/licenciatura-em-letras-libras/> Acesso em 02/10/2018.

que a Coordenadoria de EaD se tornasse uma Unidade Acadêmica, com autonomia semelhante às demais Faculdades que então existiam.

De acordo com o Estatuto da UFGD⁹⁹, precisamente em seu artigo 14, inciso VII que prevê sobre a “[...] criação, modificação... [...] de unidades acadêmicas, órgãos suplementares e campi, na forma da lei” e complementado pelo artigo 33, sobre as exigências para criar uma faculdade, a qual precisa ofertar um curso de graduação institucional, com um número mínimo de 10 (dez) docentes a ele vinculados.

Desse modo, a EaD assim que contratou a maior parte dos docentes previstos para o Curso de Letras-Libras, alcançou os requisitos estatutários para sua transformação em uma Unidade Acadêmica. Sendo assim, pode-se compreender a decisão da Reitoria sobre a modalidade à distância do curso e, a sugestão de que fora estratégica para o processo de institucionalização da EaD.

Ficou evidente que a EaD atendia aos requisitos propostos na legislação interna da UFGD e que essa demanda poderia ser submetida ao COUNI, para apreciação e deliberação. Os conselhos superiores da instituição, deliberam em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, no caso o COUNI¹⁰⁰, conforme estabelecido em seu Regimento nos artigos 27 e 28.

Posto isso, o COUNI reuniu-se extraordinariamente na data de 14 de agosto de 2014, onde apreciou e deliberou pela criação da Faculdade de Educação à Distância (EaD), conforme Resolução nº. 98/COUNI/2014:

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nos Artigos de n.ºs 14 e 33 no Estatuto da UFGD/RESOLVE¹⁰¹:

1. Criar no âmbito da UFGD, a Faculdade de Educação a Distância;
- II) A implantação da Faculdade de Educação a Distância ocorrerá por Atos Administrativos da Reitoria;
- III) Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura (UFGD, 2014).

Desde então, representações da EaD estão presentes nos Conselhos Superiores da UFGD, conforme segue: COUNI – Diretora (ou a Vice, na ausência da titular); CEPEC –

⁹⁹ Estatuto alterado conforme Portaria nº. 193 de 03/10/2012 – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior/MEC, publicado no D.O.U de 05/10/2012, Seção 1, pg. 40.

¹⁰⁰ Resolução nº. 17/COUNI de 15/02/2007. Art. 27 - O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, de acordo com o calendário oficial e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou por maioria dos seus membros; Art. 28. As convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias do COUNI serão feitas com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, em documento assinado pelo seu presidente ou pela maioria dos seus membros, mediante indicação da pauta de assuntos da Reunião. § 1º - A antecedência de 72 (setenta e duas) horas poderá ser abreviada para até 24 (vinte e quatro) horas em caso de motivos excepcionais, justificados no documento de convocação e apreciados no início da reunião convocada (UFGD, 2006).

¹⁰¹ Fonte: Boletim de Serviço (BS) nº. 1661/2014/UFGD.

Coordenados dos Cursos de Graduação, indicados pela Câmara; Câmara de Ensino do CEPEC – Coordenadores de todos os Cursos de Graduação.

Com a transformação em Faculdade, a modalidade de educação à distância, alcançou uma posição de destaque no reconhecimento de sua importância no interior da Instituição. Mas, deve-se, ainda, considerar que a nova condição permitia aos agentes da EaD, sobretudo, à sua Direção, um novo status de poder, com mandatos estabelecidos e competências definidas pela Legislação interna, bem como, uma maior e real capacidade de articulação de suas ações tanto no interior da UFGD quanto junto a outras instituições, especialmente a Reitoria, e esferas de governo: por exemplo, junto às prefeituras para a instalação de polos de EaD.

A EaD consta como Unidade Acadêmica na estrutura organizacional da UFGD, com cargos e funções nela definida, e a partir de 02/06/2016 está normatizada com seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Universitário por meio da Resolução nº. 77/COUNI, conforme seus artigos abaixo:

Art. 1º. O presente Regimento tem por objetivo disciplinar a organização e o funcionamento da Faculdade de Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bem como estabelecer a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas conforme o disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade Federal da Grande Dourados.

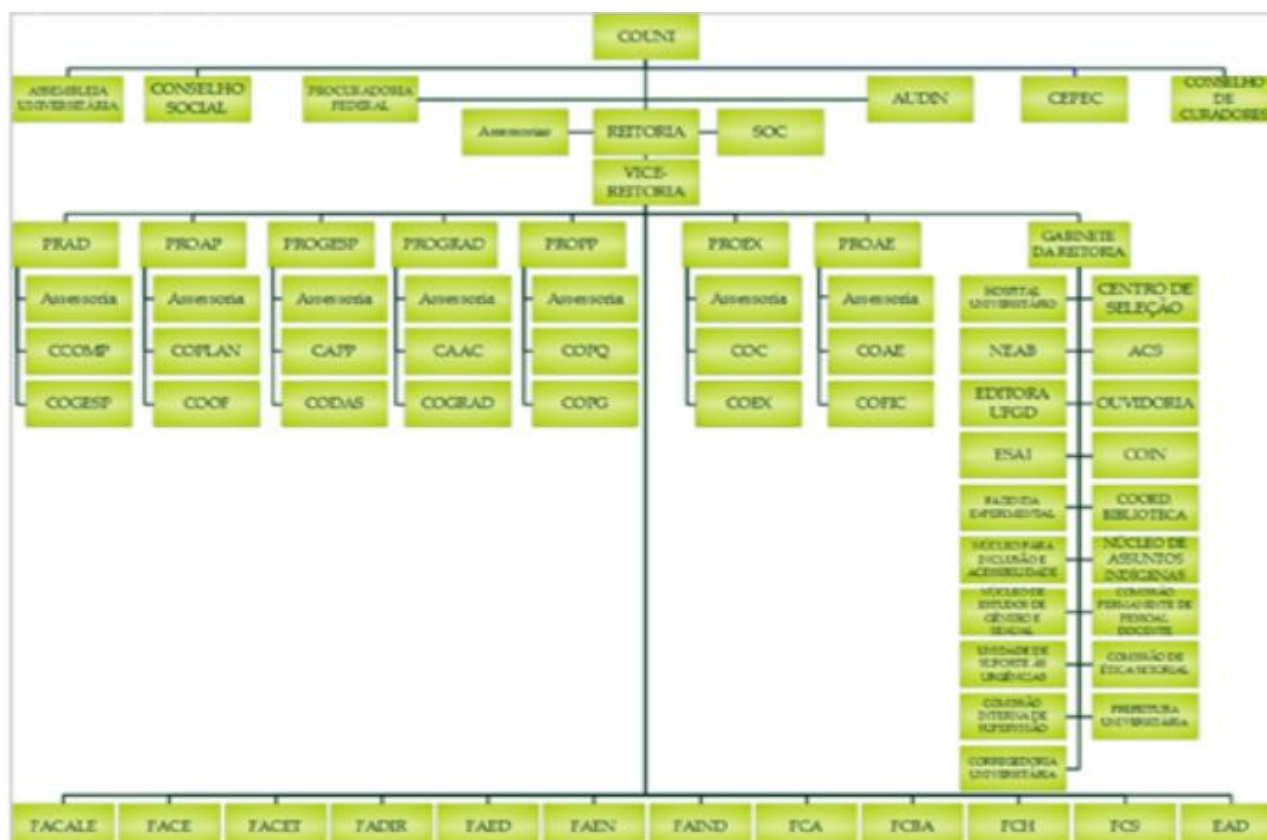
Parágrafo único. As normas deste Regimento estão em consonância com aquelas já estabelecidas no Estatuto e no Regimento Geral da UFGD.

Art. 2º. A EaD tem por finalidades:

- I – oferecer cursos de Graduação e de Pós-Graduação na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização das tecnologias da informação e comunicação;
- II – oferecer disciplinas aos demais cursos da UFGD;
- III – construir e difundir o conhecimento mediado pelas tecnologias digitais tendo em vista a diversidade, inclusão e acessibilidade;
- IV – oferecer cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato e stricto sensu oriundos ou não de Acordo de Cooperação Técnica (ACT);
- V – construir e difundir o conhecimento em todas as áreas relativas aos cursos nela ofertados objetivando a formação de profissionais com uma visão crítica e construtiva, capaz de contribuir efetivamente para o progresso econômico, social e cultural;
- VI – propiciar e incentivar pesquisas no âmbito da educação, tecnologias digitais, formação docente e áreas afins decorrentes dos cursos ofertados;
- VII – propiciar e incentivar atividades de extensão;
- VIII – promover formações continuadas, tanto em parceria com os órgãos e unidades acadêmicas da UFGD, como para o público externo em conformidade com fomentos que viabilizem essas ações (UFGD, 2016).

A Faculdade de EaD faz parte do Organograma da Instituição como a 12ª (décima segunda) Unidade Acadêmica, conforme demonstrado abaixo:

Figura 3 - Organograma da UFGD



Fonte: Relatório de Gestão (RG) da UFGD (UFGD, p.33, 2016)¹⁰².

Com o importe de mais tarefas na faculdade, referente a oferta de novos cursos de pós-graduação e com o processo seletivo já em aberto, novos Coordenadores foram contratados via Edital, e, conseqüentemente também professores formadores e tutores, o que ocasionou mudanças no âmbito administrativo da Unidade.

Com essa exigência foi proposta ao COUNI, outra alteração na estrutura da EaD, a qual foi apreciada e aprovada na reunião ordinária de 24/04/2017. Nesta reunião o Conselho acatou as proposições da EaD, como também, aprovou a inclusão de setores da administração central, o que culminou em uma nova Estrutura Organizacional da UFGD.

De acordo com a Ata nº 72/COUNI¹⁰³ da reunião, não houve discussão e nenhum questionamento referente a estrutura da EaD com as novas coordenadorias administrativas e, quando colocada em votação foi aprovada mediante Resolução¹⁰⁴ nº. 55/2017.

¹⁰² Disponível em: [http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17\(1\).pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17(1).pdf). Acesso em 02 ago. 2018

¹⁰³ Ata 72/2017 - Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ATAS-COUNI/Ata-72_27-04-2017.pdf. Acesso em: 03 maio. 2018

¹⁰⁴ BS nº. 2592/2017. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/boletins/2592.pdf>. Acesso em: 20 jan.2019.

Pode-se concluir, parcialmente, que com o objetivo voltado para legitimação da modalidade e consequente expansão, a Administração Central da UFGD, juntamente com a Direção da EaD e sua equipe, emplacaram o curso de Letras Libras junto ao Programa Viver sem Limites, o que permitiu o passo mais decisivo até hoje para o desenvolvimento institucional da educação a distância na Universidade, pois os recursos financeiros e especialmente os recursos de pessoal, permitiu uma alavancagem na modalidade, tanto em termos tecnológicos, quanto em questões acadêmicas e sobretudo de gestão ao ser transformada e equiparada às demais Unidades Acadêmicas. Não obstante, a frustração de ainda não possuir a sua “casa” definitiva em razão de paralisação da obra de seu prédio próprio.

Essa preocupação com a paralisação das obras da Faculdade de EaD, como entrave para o processo de institucionalização da EaD no âmbito da UFGD, foi mencionado pelos gestores entrevistados, conforme apresentam as transcrições a seguir expostas:

Ela pode não estar institucionalizada, como eu falei antes, é uma das poucas universidades federais em que ela está na forma de uma unidade acadêmica constituída e isso dá muita representatividade. Não significa que ela esteja bem e instalada por motivos alheios a nossa vontade, o prédio iniciou a construção, a firma faliu. Essas questões burocráticas de infraestrutura. Mas institucionalizada e, vamos dizer assim, reconhecida, acredito que sim. O que faltam são as estruturas básicas e de infraestrutura mas que, eu tenho certeza, que isso uma hora acontece, nem que seja temporário, um prédio alugado. São contingências políticas do momento mas, é reconhecida e a sua importância é muito grande (PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, 2017)

No mesmo sentido, é o depoimento da Diretora da Faculdade de EaD, que aponta que o maior avanço que precisam ter é:

[...] a infraestrutura hoje pra mim é o carro chefe. Eu diria também que a gente agora entende o poder e a autonomia que essa faculdade tem. A gente está com uma força grande gerando novos cursos, aprovando novos PPCs e vindo já com a proposta de curso superior tecnológico a distância, mas realmente as principais dificuldades hoje para que a gente possa expandir adequadamente é a infraestrutura física e vencer o discurso cansativo e rígido no sentido de que o professor presencial possa sim ministrar sua disciplina a distância (DIRETORA DA EaD, 2017).

Esse delineamento, permite observar que além do processo de mobilização desencadeado pela reitoria da UFGD e Direção da EaD, houve também, a realização de processos que mostram as ações implementadas em favor da constituição da EaD no âmbito institucional, que envolveu tanto o processo de criação da EaD como Unidade Acadêmica, quanto seu processo de regulamentação, viabilizando a ocupação de seus representantes nas instâncias deliberativas da UFGD.

Em síntese, pode-se observar que embora tenha ações que se efetivam, enquanto práticas da fase de implementação em relação a processos, atores e estrutura, existem questões que demandam novas ações de mobilização, no contexto da UFGD, conforme explicita a Diretora da EaD quando menciona a necessidade de “vencer o discurso cansativo e rígido”, que apontam para ainda, uma resistência de docentes dos cursos presenciais para a adesão aos cursos a distância.

Também, os depoimentos dos gestores institucionais relatam o entrave na infraestrutura física, particularmente, no que se refere à paralisação das obras destinadas à Faculdade de EaD.

3.3 Desenvolvimento de estruturas físicas

Conforme observado anteriormente, o desenvolvimento das condições de espaços físicos de trabalho ocorreu em ritmo bastante acelerado, embora não tenha alcançado as expectativas e o planejamento da Instituição em relação ao tema. Observa-se que as informações coletadas dão conta de que, em um primeiro momento a EaD ocupava um espaço físico, instalado na Secretaria Acadêmica da UFGD/PROGRAD, durante o ano de 2009¹⁰⁵, logo depois alçou à condição de Coordenadoria (ainda vinculada à PROGRAD) porém, dividindo o espaço físico num prédio junto a outros setores administrativos da Universidade até o ano de 2012.

Com concursos públicos, coordenados pelo Centro de Seleção da UFGD, novos docentes e técnicos de Tecnologia de Informação (TI) foram nomeados para ampliar o quadro de servidores na educação a distância. O quantitativo de pessoas e equipamentos, necessitava de um local exclusivo para acoplar todas as tecnologias adquiridas e, possibilitar a continuidade de investimento nos programas de acesso aos professores formadores, tutores e acadêmicos.

Mediante essa necessidade, o prédio locado anteriormente comportava não só os setores da EaD como também outros órgãos da universidade. Com a referida expansão, houve um consenso da administração central em atender as reivindicações da Faculdade e disponibilizar o local, exclusivo para os trabalhos da modalidade, alocando os outros setores da instituição em novos endereços¹⁰⁶. Assim o prédio com área física de cerca de 400m², distribuído em dois pisos, pode ser aproveitado com mais liberdade para atuação e formação docente.

¹⁰⁵ Neste ano, foi contratado um docente via concurso para trabalhar com a educação a distância, conforme Portaria nº. 791 de 29/12/2009.

¹⁰⁶ No ano de 2016, a atual gestão da Universidade tomou a iniciativa, sob o argumento de diminuição das despesas de custeio da Instituição, em realocar a EaD em outro prédio alugado, dividindo os espaços com outros órgãos. Evidentemente que tal iniciativa significava um possível retrocesso em termos de organização, identidade e autonomia da EaD. A resistência político-administrativa da Direção da EaD acompanhada dos segmentos da

Atualmente, a EaD está localizada à rua Benjamin Constant, 685, Jardim América, num prédio locado com a dimensão física de 400m², distribuídos em dois pisos, sendo que a parte administrativa e acadêmica se localiza no piso superior e os setores ligados à tecnologia de informática ocupam o térreo (VILELA; SILVA, 2018, p. 16).

A foto abaixo é da Sede onde funciona atualmente as instalações Administrativas, Tecnológicas, Coordenadorias de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação e demais setores da EaD.

Figura 4 - Fachada do prédio alugado em que está alocada a Faculdade de EaD



Fonte: Arquivo institucional da EaD, 2018.

Enquanto aguarda a finalização da obra prevista para o ano de 2020 e conforme demonstrado na figura 4, e comparando com as instalações das faculdades presenciais¹⁰⁷, o prédio é insuficiente para comportar todos os setores e equipamentos de laboratórios, como os de TI e de audiovisual. O sistema tecnológico, utilizado para os programas da EaD é dividido em ambientes virtuais de aprendizagem, conforme consta em seu Regimento interno:

Art. 103. A EaD utiliza os seguintes Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) para veiculação das aulas: o Modular Objetic Oriented Dynamic Learning Environment (MOODLE), as salas de webconferência da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

Parágrafo único. O MOODLE é o AVA oficial da Faculdade de EaD e a ele poderão ser incorporadas outras ferramentas de softwares de modo a fortalecer a interação decorrente do processo didático-pedagógico nas salas virtuais (UFGD, 2016).

Faculdade e de outros setores da Universidade, foi fundamental para demover a administração central de tal intento.

¹⁰⁷ Conforme modelo apresentado na figura n. 02, página 83

O laboratório de TI dispõe dos seguintes equipamentos: 30 (trinta) projetores de multimídia (Data Show), 6 (seis) impressoras a laser, 83 (oitenta e três) computadores desktop em uso (mais 76 (setenta e seis) adquiridos que ainda estão no almoxarifado da UFGD) e 08 (oito) notebooks. Possui 12 (doze) salas virtuais por mês (dependendo da demanda dos coordenadores dos cursos de graduação, pode aumentar essa quantidade)¹⁰⁸.

Pode-se avaliar que, em relação ao quesito “desenvolvimento de estruturas e infraestruturas”, a EaD na UFGD recebeu adequada atenção ao longo do tempo e, é possível afirmar que as autoridades da Instituição foram perspicazes quando do aparecimento de oportunidades, dando sequência a alguns investimentos e atuando de modo a produzir, certas estruturas de trabalho à equipe da educação a distância. No entanto, não é possível deixar de admitir, também, que há uma dada frustração porque se trata da única Faculdade que não possui prédio próprio até o momento, já que o mesmo traria, supostamente, ótimas condições para o desenvolvimento da educação a distância na Universidade.

Dessa forma, reconhece-se que o resultado dos investimentos em condições prediais próprias não depende apenas do trabalho interno, mas conjuntamente com agentes externos, como é notório nesse caso, no qual a empresa contratada abandonou a obra, poucos meses após o seu início. É evidente que, a recuperação de orçamento empenhado para execução com outra empresa ou a destinação de novo orçamento junto ao Governo Federal, no período recente de crise de investimentos, também não é tarefa fácil. De todo modo, a obra ficou paralisada, por cerca de três anos. Seja por responsabilidade do mercado, seja responsabilidade da administração da Universidade ou do Governo Federal, até o momento a EaD sonha com as possibilidades em um espaço físico superior ao que lhe é disponibilizado no momento.

3.3.1 Quadro de Pessoal Técnico

Com relação ao número de servidores técnicos administrativos, até o mês de dezembro de 2017, o quadro estava assim distribuído:

Quadro 9 - Servidores Técnicos da EaD/UFGD

CARGO	CATEGORIA	QUANTIDADE
Assistente em Administração	Técnico Administrativo	6
Técnico em Assuntos Educacionais	Técnico Administrativo	2

Continua

¹⁰⁸ Fonte: Coordenadoria de TI da EaD.

Quadro 9 - Servidores Técnicos da EaD/UFGD

Conclusão

CARGO	CATEGORIA	QUANTIDADE
Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais ¹⁰⁹	Técnico Administrativo	2
Técnico de Tecnologia de Informação	Técnico de Informática	2
Analista de Tecnologia de Informação	Informática	1
Administrador ¹¹⁰	Administrativo	-
Total Geral de acordo com a Estrutura		14
Total no momento		13

Fonte: elaboração própria a partir das informações disponíveis na EaD. (2018)

No tocante a investimentos em recursos humanos, desde a criação da UFGD, em 2005, havia demanda por aquisição de novas vagas de servidores técnicos, tanto para a administração central quanto para as Unidades Acadêmicas. Dessa forma e por meio de negociações com a SESU/MEC, novas vagas foram sendo alocadas na UFGD. Em maio de 2015, o COUNI¹¹¹ apreciou e aprovou a proposta de distribuição de técnicos administrativos para melhor organização das faculdades presenciais e a EaD.

De acordo com a Diretora da EaD, o quantitativo de técnicos para compor o quadro da Unidade, começou a ser formado em 2010, após a assinatura do Termo de Cooperação com a CAPES, e a disponibilização pela UAB, de um técnico para o cargo de Tecnologia da Informação. No ano de 2011, por meio de negociação da reitoria com as unidades Acadêmicas presenciais, recebeu mais 2 (dois) técnicos e em 2012, foram alocados por meio de remoção, outros 2 (dois). O quantitativo maior de vagas para compor o quadro e melhorar as condições de trabalho da EaD, foi no ano de 2013, com a adesão ao programa Viver Sem Limites, onde foram recebidos um total de 08 (oito) códigos de vaga. No ano de 2014, ainda por meio da gestão política, recebeu-se mais uma vaga, totalizando em 14 técnicos compondo o quadro da EaD.

Ao considerar que a EaD¹¹² conta com um número de 525 (quinhentos e vinte e cinco) alunos, distribuídos em 5 (cinco) cursos de graduação e com o quadro de pessoal técnico administrativo demonstrado acima, trabalhos essenciais estão sem servidores, como é o caso da Secretaria dos Cursos de Graduação institucionais e inclusive, falta servidor para atendimento

¹⁰⁹ Em negociação mais um técnico – Intérprete de Língua de Sinais.

¹¹⁰ Já negociado com a PROGESP e deverá ser integrado ao quadro técnico ainda no primeiro semestre de 2019.

¹¹¹ Resolução nº 84/COUNI de 28/05/2015.

¹¹² Dados recebidos até dezembro/2018.

aos cursos de graduação da UAB. Isso tem sido suprido, como um paliativo, com os bolsistas contratados para as equipes multidisciplinares.

A Diretora destaca que para essas funções, é primordial o servidor ser institucional por conta dos sistemas e ambientes virtuais que precisam ser acessados, em atendimento às demandas administrativas e pedagógicas.

No que se refere à equipe da TI, está com uma carga grande de trabalhos e uma pequena equipe, ou seja, 3 (três) servidores concursados e 2(dois) externos, o que torna necessária a complementação do quadro com esses profissionais, contratados via Fundação de Apoio,¹¹³ mas só podem ficar no máximo por um período de 2 (dois) anos, ocasionando uma alta rotatividade na equipe.

Outro setor desprovido de recursos humanos é a Coordenadoria de Formação Continuada, a qual é responsável pela elaboração e divulgação de todos os Editais para contratação de bolsistas, tutores a distância e presencial, professores formadores, equipes multidisciplinares, supervisores de estágio e coordenadores de tutoria. Esse setor tem uma carga muito alta de trabalho e conta com apenas 2 (dois) servidores, trabalhando em turnos contínuos, o que acarreta uma dificuldade até em formar comissões para avaliar os documentos dos editais em aberto.

A Diretora enfatiza, que na atual organização da Faculdade, os 3 (três) setores que mais estão debilitados e insuficientes são: Secretaria dos Cursos de Graduação Institucional e UAB, Coordenadoria de Formação Continuação e Coordenadoria de TI.

Nesse sentido, observa-se que há disponibilidade da instituição em viabilizar técnicos efetivos para o desenvolvimento da Faculdade de EaD, considerando que a mesma foi estruturada como Unidade Acadêmica própria, ou seja, como faculdade a exemplo das unidades acadêmicas que conglomeram os cursos presenciais.

Apesar disso, o depoimento da Diretora da Faculdade evidencia que o sistema da UAB provoca oscilações nas formas de contratação de técnicos, que tornam o quantitativo existente insuficiente para atender toda a demanda, sobretudo dos próprios cursos da modalidade de EaD.

Cabe ressaltar ainda, que a própria sistemática adotada pela UAB de contratações por meio de bolsas gera demanda de trabalho específica, como a disponibilidade de equipe para formulações de editais e contratos periódicos, além de realização de formações continuadas com frequência, o que vai provocar a necessidade de servidores para o desenvolvimento desses processos.

¹¹³ FUNAEPE - Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – credenciada como Fundação de Apoio à UFGD.

No entanto, não pode descartar que a grande demanda de trabalhos advém dos cursos não institucionais, ou seja, os cursos ofertados via convênio com a UAB, cuja verba está direcionada para sustentá-los, e que vem apresentando instabilidade na destinação dos recursos financeiros.

3.3.2 Quadro de Pessoal Docente

Considerando que a EaD iniciou suas atividades em 2010 com dois docentes, houve um avanço até 2014, por meio do programa Viver sem Limites e também por meio da gestão política da UFGD à época. Desde a sua criação, em 2014, a Faculdade possui um quadro de 11 (onze) docentes, para atender os dois cursos institucionais, Letras Libras - Licenciatura e Letras Libras - Bacharelado¹¹⁴, sendo 3 (três) doutores, 6 (seis) mestres e 2 (dois) especialistas. Desses profissionais, 4 (quatro) estão afastados para capacitação em programas de doutorado e 2 (dois) em programas de Mestrado.

Em relação ao corpo de docentes institucionais e considerando, inclusive, que a Faculdade decidiu por apresentar recentemente uma nova proposta para o curso de Letras Libras – Bacharelado, e esses professores ministram aulas para turmas que entraram em 2016, 2017 e 2018, avalia-se que o quadro para esses cursos não é suficiente para o conjunto de atividades inerentes às funções acadêmicas e administrativas correlacionadas.

Dentre esses docentes, de acordo com a Diretora, há os que ministram disciplinas nos cursos da UAB, além de atender a toda demanda referente a Libras, solicitada pela universidade. Isto demonstra um quadro insuficiente para atendimento e, inclusive, para a consolidação da institucionalização.

A Faculdade, ainda, conta com 4 (quatro) docentes de outras Unidades Acadêmicas, nas funções de Coordenadores dos Cursos de Graduação, como bolsistas UAB, indicados e aprovados pelo Conselho Diretor de sua Unidade de origem. Esses Coordenadores poderiam ser da própria EaD, mas não há docentes suficientes e com isso, depende de acordo e parceria com as unidades presenciais, para desempenho desta função.

Os docentes/bolsistas da UAB, nas funções de Coordenadores de Tutoria e Supervisores de Estágio, o processo de vinculação se dá por meio de processo seletivo, realizado pela própria EaD/UFGD (COORDENADORIA ADMINISTRATIVA, 2019). Com relação a esses profissionais, vinculados via Sistema UAB, não é possível afirmar se os mesmos estão em

¹¹⁴ Letras Libras Bacharelado criado por meio da Resolução nº. 172/2017/COUNI.

condições funcionais a desempenhar o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que formam o tripé da vida acadêmica universitária e garantem, a longo prazo, a excelência acadêmica que pode ser vislumbrado nas instituições federais de ensino superior, particularmente na UFGD.

Ao todo na EaD, até dezembro/2018, o número de pessoas disponíveis para atendimento das atividades de suporte da EaD eram: 3 (três) terceirizados (limpeza, copa e recepção), 06 (seis) estagiários e um quantitativo de 57 (cinquenta e sete) bolsistas, diretamente vinculados à EaD na IFES. Ainda conta com serviços terceirizados de vigilância, em turno de 24 horas (COORDENADORIA ADMINISTRATIVA, 2019).

Pode-se notar que a Faculdade de EaD possui servidores vinculados de formas contratuais distintas, sendo alguns professores com vínculos institucionais e, portanto, tendo direito aos benefícios estatutários e outros contratados como bolsistas do sistema UAB, que não possuem os mesmos direitos, o que dificulta o processo de gestão da faculdade e dos próprios cursos diante desse quadro. Esse processo também é evidenciado em outras universidades e criticado pela literatura da área (PRETI, 2009).

3.3.3 Recursos financeiros disponibilizados para custeio dos Cursos a distância

Visando a garantia de apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores da educação básica, a UFGD e a CAPES assinaram o Termo de Cooperação (TC) garantindo a oferta de Cursos de Graduação e Cursos de Especialização, nos polos de apoio presencial nos municípios sede do Mato Grosso do Sul. Essa disponibilização de verbas, tencionava principalmente, avançar no apoio à capacitação e formação inicial e continuada de profissionais e gestores da educação básica e ainda, o prosseguimento e desenvolvimento na implantação dos cursos a distância.

Esclarece ainda, que para atuação nos cursos é requerida formação continuada dos profissionais referentes às áreas de desempenho, apoio administrativo e pedagógico para a realização de encontros presenciais nos polos onde são aplicadas as avaliações e, também a participação dos professores formadores e tutores, no ambiente virtual com webconferência (recursos áudio e vídeo).

O quadro abaixo apresenta o apoio financeiro descentralizados à EaD, via Sistema UAB/CAPES:

Quadro 10 - Apoio Financeiro disponibilizado via UAB – anos 2013 a 2018

DOCUMENTO	Nº	ANO	VALOR R\$	DATA	OBJETIVO
Termo de Cooperação (TC)	18	2013	1.805.733,24	25/03	Oferta de cursos de graduação e especialização nos Polos de apoio presencial.
Termo de Cooperação (TC)	62	2013	197.501,80	29/04	Capacitação e formação inicial e continuada de profissionais e gestores da educação básica
Termo de Descentralização de Crédito (TED) ¹¹⁵	730	2014	2.921.890,26	26/04	Desenvolvimento dos cursos de graduação e de pós-graduação.
Termo de Descentralização de Crédito (TED) ¹¹⁶	2809.1	2015	797.841,60	17/04	Oferta de Cursos de Graduação e Especialização – EAD
Termo de Descentralização de Crédito (TED) ¹¹⁷	5782	2017	1.941.044,00	11/05	Oferta de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Sistema UAB/CAPES
Termo de Descentralização de Crédito (TED) ¹¹⁸	7312	2018	3.068.901,92	29/06	Conclusão da obra para abrigar o prédio do centro de Educação a Distância da UFGD, localizado no Campus da Unidade II. Registrada no módulo monitoramento de Obras com ID – 36422

Fonte: Elaboração própria a partir dos Termos de Cooperação UAB e Termos de Descentralização de Crédito. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/ted/termo-de-execucao-descentralizada.php>. Acesso em: 27 dez. 2018.

O montante financeiro para manutenção dos cursos UAB, são descentralizados pela CAPES/MEC, mas o Coordenador UAB na Instituição tem conhecimento e inclusive, acompanha os valores, pois os recursos passam a ser administrados pela Universidade, no caso destinado a empenhos de aluguel, combustível e demais atividades referentes à Unidade. Outros recursos são administrados pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

¹¹⁵ Fonte: Resolução nº. 135/2018/EaD. De acordo com o Demonstrativo Financeiro da EaD/UAB, foi disponibilizado o montante de R\$ 822.177,39, para o período de 2014 a 2017.

¹¹⁶ Fonte: Resolução nº. 135/2018/EaD. De acordo com o Demonstrativo Financeiro da EaD/UAB, foi disponibilizado o montante de R\$ 440.000,00, para o período de 2016 a julho/2018.

¹¹⁷ Vigência 02/06/2017 a 09/05/2022. Valor disponibilizado até o momento: R\$ 1.136.618,00.

¹¹⁸ Vigência: 16/07/2018 a 31/05/2020.

(FUNAEPE)¹¹⁹, que podem ser utilizados em forma de contratos. Assim sendo, como já informado no capítulo anterior, essas cifras não aparecem na matriz orçamentária da UFGD¹²⁰, destinada às despesas institucionais.

Evidentemente, que os valores repassados corroboram para a expansão do ensino superior público, beneficiando uma demanda social onde o público-alvo são professores das redes municipais e estaduais do Estado. Além desses professores, os cursos também alcançam profissionais que buscam a segunda licenciatura e os egressos do ensino médio que não tem condições de locomoção para municípios em que há oferta de cursos presenciais.

No entanto, pode-se verificar também a grande variação que existe na disponibilidade orçamentária de um ano para o outro. Evidentemente que tal disponibilidade orçamentária, está em consonância com as atividades pactuadas com a UAB/CAPES através de convênio, o que certamente significa suporte às atividades em desenvolvimento. No entanto, não há solução de planejamento de médio prazo em tais condições de imprevisibilidade orçamentária, o que certamente cria dificuldades e restringe o processo de expansão e institucionalização da EaD na Universidade.

Na avaliação da Diretora da EaD, até o ano de 2017, esses recursos eram suficientes para atendimento dos cursos da UAB, por não precisar contratar pessoas, pois no momento do acordo com a UAB, já fica estipulado que a mesma fornecerá pessoal e o custeio.

No entanto, o valor do custo-aluno EaD¹²¹ que era cerca de 1.006,00 (hum mil e seis reais), a partir do ano de 2018 não sofreu o reajuste esperado, o que dificultou manter o modelo pedagógico desenvolvido pela EaD/UFGD, que previa no Calendário Acadêmico, um encontro presencial a cada mês, para aula de revisão e avaliação de disciplina, devido a limitação financeira não foi possível subsidiar as despesas dos professores formadores e tutores, para essas atividades. Dessa forma a EaD tem conseguido manter as viagens para os polos, somente para a aplicação das provas.

Tabela 10 - Apoio Financeiro repassado pela UFGD: exercícios referentes aos anos 2015, 2016, 2017 e 2018

RECURSOS	PERÍODO			
	2015	2016	2017	2018
Diárias/ Passagens	5.441,55	8.445,21	7.142,54	8.553,61

Continua

¹¹⁹ Fundação de Apoio e de acordo com seu Estatuto, um dos objetivos no parágrafo 4º, é colaborar na elaboração e execução dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, aprovados pela UFGD.

¹²⁰ Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ORCAMENTO-PROAP/PLOA%20UFGD%20Aprovada%20COUNI-V14-12-16Final.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

¹²¹ Fonte: Coordenadoria Administrativa da EaD.

Tabela 10 - Apoio Financeiro repassado pela UFGD: exercícios referentes aos anos 2015, 2016, 2017 e 2018

RECURSOS	PERÍODO				Conclusão
	2015	2016	2017	2018	
Serviços Gráficos	-	804,03	669,98	548,01	
Consumo/ Custeio	-	18.453,29	15.446,92	8.533,48	
Capital (móveis/ equipamentos)	-	0,00	5.997,09	3.650,06	

Fonte: Coordenadoria Administrativa da EaD/UFGD. (2018)

Com relação aos valores expressos na tabela acima observa-se que a UFGD repassa recursos da sua matriz orçamentária para a Faculdade de EaD referente aos cursos institucionais. Esses recursos são distribuídos de forma paritária entre as Unidades Acadêmicas.

A Faculdade de EaD tem 2(dois) cursos institucionais e os demais cursos são vinculados à UAB, os quais recebem recursos para o seu desenvolvimento via sistema próprio. Segundo a avaliação da Diretora, esses números demonstram a realidade em termos de Brasil nas EaDs federais, justamente por não configurar na matriz orçamentária das universidades, o custo aluno da EaD.

Diante disso, a administração central da instituição, por meio de suas pró-reitorias, informa que há limitações na descentralização de recursos para a EaD de um montante maior com relação ao custeio. Fato confirmado na exposição realizada em janeiro/2017, para demonstrativo do orçamento da Universidade¹²², pela Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento (PROAP), ficou especificado que “os cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância não estão contemplados na atual estrutura da Matriz OCC, embora exista discussão na ANDIFES e MEC sobre a elaboração de Matriz EaD (PROAP/UFGD, 2017a, p.28).

Observa-se que diante da dependência das universidades federais, dos recursos da UAB para a efetivação da EaD pública, a institucionalização de forma consolidada da EaD no contexto das universidades federais, permeiam a necessidade da destinação de recursos na própria matriz orçamentária das IES, de forma a viabilizar maior autonomia e regularidade na oferta. Exemplo desse processo ocorreu no ano de 2015, quando foi suspenso o Edital UAB/CAPES nº 75/2014, como mencionado anteriormente, que recebeu recursos insuficientes para a manutenção dos cursos em andamento, inclusive em virtude da suspensão da oferta de cursos novos naquele ano.

¹²² Disponível em: < http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ORCAMENTO-PROAP/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Matriz%20OCC%20e%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%20e%20Recursos_26_01_2017_Final.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

Por outro lado, é preciso aduzir em nossa análise que além desses recursos especificados via UAB, conforme pontua REAL (2018, p. 31):

A Faculdade de EaD recebe recursos do orçamento geral da UFGD, enquanto uma unidade acadêmica, no entanto, é a Unidade Acadêmica que obtém menor quantidade de recursos, considerando que a distribuição é realizada a partir da quantidade de cursos, de docentes e de discentes. Para esse cálculo é considerado apenas curso de Licenciatura em Letras/Libras para a EaD, os demais cursos não são considerados, em virtude do financiamento da UAB.

Os valores orçamentários de custeio direto, aludidos na citação acima, e disponibilizados pela UFGD foram efetivados após encerramento do Programa Viver sem Limites¹²³, o qual destinou por quatro anos, verba para manutenção do Curso Letras Libras, de modo que a UFGD garantiu os recursos para continuação¹²⁴ e no orçamento aprovado anualmente para todas unidades acadêmicas com cursos presenciais, começou a ser repassados à EaD também.

Com o fim do Programa Viver sem Limites e a decisão do COUNI em assumir o custeio do curso, garantiu o prosseguimento das turmas que tiveram entradas por vestibular nos anos 2014 e 2016, assim como de turmas futuras. Na reunião ordinária do COUNI de 31/08/2017, o assunto foi apreciado em pauta, discutido e consequentemente aprovado em Ata. A Diretora da EaD, com direito a palavra, conforme a Ata nº. 76/2017/COUNI, defendeu a institucionalização do Curso, enfatizando que o mesmo:

Atende um público desassistido pelo Estado em geral; apresentou o número de alunos surdos no curso e também na educação básica no estado de Mato Grosso do Sul, destacando a função social do curso. Afirmou que os gastos substanciais do curso de Licenciatura em Letras/Libras estão no vestibular, visto que precisa ocorrer uma adaptação contextual do vestibular costumeiro e que o valor para a manutenção da carga de intérpretes e, posteriormente, da elaboração do Edital é de, aproximadamente, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) (UFGD, 2017a, p.8).

Em relação a este ponto, pode-se avaliar que a Administração da UFGD tem demonstrado coerência e responsabilidade com o desenvolvimento da EaD na Universidade. Mas o problema fundamental, é o modelo de seu financiamento à maior parte das ações desenvolvidas que ocorrem com a descentralização de recursos e, que não garantem o adequado planejamento e desenvolvimento institucional da modalidade.

¹²³ A proposta inicial de recursos para o Programa viver sem limites era de R\$ 2.500,00 por vaga até a conclusão da primeira turma, após 4 anos (R\$ 75.000,00 por ano de custeio. Recursos para investimento no total de R\$ 6.000.000,00 no total, sendo R\$ 4.000.000,00 em 2013 e R\$ 2.000.000,00 em 2014.

¹²⁴ Fonte: Resolução nº. 147 de 31 de agosto de 2017/COUNI.

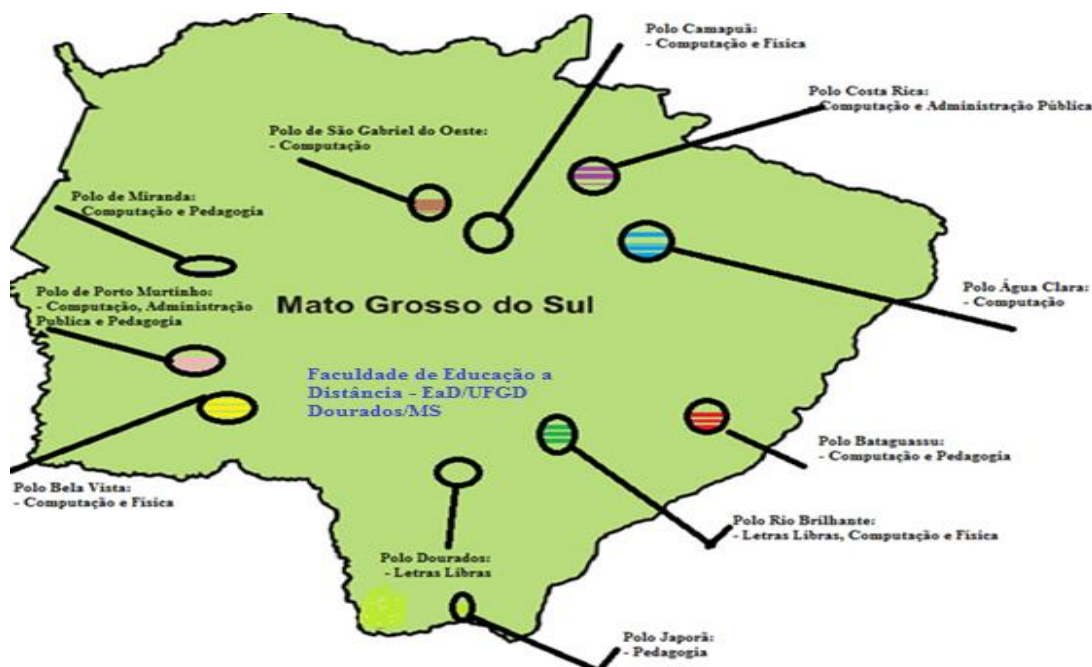
Essa realidade híbrida da UFGD em termos de aporte de recursos financeiros, em que convivem a destinação oscilante do sistema UAB com a destinação restritiva de recursos institucionais, apresentam dificuldades no processo de institucionalização da EaD, que não oferece condições de avançar para a sua fase de consolidação, indicando características ainda da fase de implementação, apesar dos avanços e estratégias adotadas até o momento.

3.4 Evolução Acadêmica

A Faculdade de EaD da UFGD foi criada em meio aos problemas relacionados a acesso, evasão¹²⁵ e permanência de estudantes nos cursos de graduação. Nesse contexto é visualizada como um instrumento de desafios, para alcançar um contingente de pessoas que residem nos municípios distantes de instituições públicas, ou seja, a estratégia da EaD, é de interiorização do ensino superior (ROCHA; OLIVEIRA, 2013).

Os Cursos da EaD, encontram-se atualmente estruturados nos 11 (onze) polos de apoio presencial localizados em regiões estratégicas de Mato Grosso do Sul, conforme imagem abaixo:

Figura 5 - Polos da EaD/UFGD no Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados sobre Polos, na página online da EaD, 2018.

¹²⁵ SANTOS JUNIOR, J. S. Dissertação de Mestrado que identificou índices de evasão, retenção e diplomação nos cursos de graduação presencial da UFGD. Dourados, 2016.

Os polos possuem sua própria coordenação e tutoria presencial, setor administrativo, salas de aula e de estudo, laboratórios de informática, biblioteca e espaço de convivência, dentre esses 4 (quatro) funcionam em prédios exclusivos para atividades UAB: Bataguassu, Porto Murtinho, Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste. Os demais polos funcionam em espaços compartilhados.

Abaixo o quadro demonstrativo de forma mais elaborada das cidades e cursos ofertados:

Quadro 11 - Cidades Polos dos Cursos de Graduação da EaD/UFGD

CIDADES	CURSOS DE GRADUAÇÃO			CURSOS POR POLOS
Água Clara	Computação			01
Bataguassu	Pedagogia	Computação		02
Bela vista	Física	Computação		02
Camapuã	Física	Computação		02
Costa Rica	Administração Pública	Computação		02
Dourados	Letras Libras			01
Japorã	Pedagogia			01
Miranda	Pedagogia	Computação		02
Porto Murtinho	Administração Pública	Pedagogia	Computação	03
Rio Brilhante	Letras Libras	Física	Computação	03
São Gabriel do Oeste	Computação			01

Fonte: Elaboração própria com base nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, disponibilizados na página online da EaD/UFGD. (2018).

Conforme demonstrados na Figura nº 5, esses cursos de graduação concedidos via Edital UAB, exceto o Curso de Letras Libras, começaram a ser ofertados a partir do ano de 2012 e serão abordados de forma detalhada no próximo item. Com a demanda de ofertas nos municípios, essa modalidade impulsionada pela criação do Sistema UAB, adquiriu relevância estratégica destacando-se na ampliação do acesso ao ensino superior e seu alcance tem sido expressivo e contribuído para atingir metas educacionais estabelecidas (SANTOS JUNIOR, 2016).

Mediante isso e com o objetivo de uma integralização acadêmico-política, a EaD/UFGD no ano de 2017, promoveu ações com a temática de intensificação desse ensino no estado de MS. A Faculdade organizou a 1ª Semana Integrada da EaD/UFGD no período de 26 a 30 de junho de 2017¹²⁶, abordando o tema da institucionalização e seu fortalecimento no Estado. Esses fatos evidenciam a relevância da temática da institucionalização para a equipe gestora da EaD no contexto da UFGD.

¹²⁶ Fonte: <http://eadintegrada.ufgd.edu.br/a-primeira-semana-integrada-da-ead-acontecera-nos-dias-26-a-30-de-junho-de-2017/>. Acesso em: 17 ago. 2017.

Foram organizadas palestras *online* durante toda a semana e no encerramento, dia 30/06/2017, o momento essencial do debate foi discutir os pontos fortes e vulneráveis para a institucionalização desse processo, o qual contou com a presença dos prefeitos e secretários de educação das cidades polos de Água Clara, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Costa Rica, Japorã, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste e Dourados cidade sede da Faculdade.

Após esse evento a direção da faculdade, avaliou como positiva a interação com os governantes das cidades polos e, o consequente interesse dos mesmos em continuar a oferta dos cursos, para capacitar um número de maior de pessoas. Embora há o reconhecimento de que em algumas cidades, os polos não possuem instalações próprias e funcionam dentro de escolas públicas, usando um espaço ainda, dividido com polos de outras instituições de educação superior.

Evidentemente que a EaD tem conhecimento das dificuldades surgidas com relação a *internet* nesses polos, a dificuldade dos alunos que moram longe em se locomover até esse local para acessar suas atividades e, muitas vezes ao chegar a tecnologia não ajuda, por estar fora da rede ou área de cobertura. Mas há de se admitir, o empenho e a disposição dos prefeitos, em prosseguir investindo e insistindo na capacitação de mais pessoas, uma forma que leva a crer que existe a visão de expandir o desenvolvimento por meio da educação.

Por outro lado, apesar dos efeitos positivos da UAB nos municípios do interior apontados pelos prefeitos, a UAB continua apresentando oscilações na destinação financeira às IES participantes, implicando na efetividade da oferta de cursos a EaD, o que por sua vez contribui para o crescimento da oferta privada.

Com isso nota-se que a UFGD continua dependente de recursos financeiros da UAB, para proporcionar um maior e melhor atendimento aos estudantes destas localidades.

3.4.1 Cursos de Graduação da EaD/UFGD

A EaD da UFGD oferta atualmente 4 (quatro) cursos de graduação, conforme especificados no Quadro nº 11, via convênio UAB. No ano de 2012, começaram a ser ofertados os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Computação.

Para concessão do curso de Administração Pública, no ano de 2012, a UFGD participou do Edital nº. 19/2012/CAPES referente a seleção de propostas de instituições públicas integrantes do Sistema UAB, para adesão e/ou expansão de Curso (s) do Programa Nacional de

Formação em Administração Pública (PNAP) e foi selecionada como unidade apta a possibilitar a oferta do Curso de Bacharelado em Administração pública, modalidade a distância.

Participou também, do Edital nº. 01/2013, para concessão do Curso de Licenciatura em Física e foi contemplada para oferecimento em três polos, nas cidades de Bela Vista, Camapuã e Rio Brillhante. O atendimento total dos cursos de graduação da EaD, com entrada de vestibular nos anos 2013, 2014 e 2015, de acordo com dados do Sistema SISUAB¹²⁷ foi de um quantitativo em torno de mil vagas, disponibilizadas para os 10 polos de apoio presencial vigentes.

Considerando-se que os docentes do Curso Letras-Libras, são efetivos, diferentemente daqueles docentes dos cursos da UAB, que são bolsistas, o que dá garantias na continuidade da oferta pedagógica (NANTES; NASCIMENTO; ROCHA, 2016), a Direção da EaD aproveitou tal condição e apresentou ao COUNI a proposta de mais um curso institucional, o Curso de Letras Libras, com habilitação em tradutor/intérprete (bacharelado)¹²⁸, com oferecimento anual de 30 vagas (UFGD, 2017c). Esse curso de bacharelado visa a formação para atuar como tradutor-intérprete.

O assunto foi discutido em reunião ordinária e a sua implementação ficou prevista a partir do ano de 2019, com os mesmos docentes presentes na faculdade, os quais já ministram aula na licenciatura¹²⁹. Dessa forma a Faculdade de Educação a Distância, passou a ter em seu quadro 2(dois) cursos institucionais e 4 (quatro) via convênio UAB, porém sem ampliação no quadro docente e técnico, fato considerado insuficiente e já apontado anteriormente, mais especificamente na subseção 3.3.2.

Pode-se inferir a partir desse contexto e dos depoimentos da Diretora, que a propositura de mais um curso com o mesmo quadro de servidores, seria uma estratégia de consolidação da Faculdade de Educação a Distância no contexto institucional.

Com esses cursos e o número de entrada de alunos, a EaD tem expandido suas atividades e alcançado o objetivo principal desde sua criação que é a oferta, interiorização e formação de um quantitativo cada vez maior de pessoas para o mercado de trabalho. O que observa é que a Unidade se encontra dentro das normas regimentais da instituição, e também, passando pelos mesmos processos avaliativos dos cursos presenciais.

¹²⁷ Disponível em: <https://SisUAB2.capes.gov.br/SisUAB2/login.xhtml>. Acesso em: 20 out. 2018.

¹²⁸ Fonte: Resolução nº. 172 de 28 de setembro de 2017/COUNI.

¹²⁹ Com relação aos recursos financeiros, a Presidente do COUNI, destacou que este curso se encontra nas mesmas condições do outro já institucionalizado, ou seja, não configuram na matriz orçamentária da UFGD (UFGD, 2017b).

Isto prova o resultado apresentado pelo Relatório de Avaliação Externa para credenciamento da EaD¹³⁰, no ano de 2016, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INPE), onde destacou que a Universidade tem se preocupado em capacitar o maior número de pessoas, e mantém garantido o aspecto da diversidade, como a inclusão dos professores e alunos surdos no curso de Letras Libras e também um atendimento para os alunos dentro da Reserva Indígena de Porto Lindo em Japorã. O Relatório apontou, ainda que a EaD tem participado do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do governo federal.

Após a avaliação para fins de credenciamento, a EaD¹³¹ recebeu o conceito final 4, numa escala de avaliação de 1 a 5, referenciando um conceito bom. Dentre os Cursos de Graduação ofertados pela EaD, em convênio com a UAB, todos já foram avaliados e receberam conceitos a saber: Licenciatura em Computação, Licenciatura em Letras Libras, Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração Pública, receberam conceito 4 e o Curso de Licenciatura em Física recebeu conceito 3.

Essas notas são consideradas boas e satisfatória. O Curso de Licenciatura em Física ficou com a nota 3, devido a fragilidade relacionada ao laboratório, fator essencial para as aulas práticas, que depende do investimento nos polos pelas prefeituras, já que a EaD disponibiliza pessoal para atendimento presencial.

Essa relação explicita os entraves no processo de institucionalização da EaD, pois a gestão compartilhada entre a União, representada pela UAB/CAPES, prefeituras e universidades, criam sistema de dependência recíproco de recursos financeiros, o que acaba limitando a autonomia da universidade na criação, oferta e implementação de cursos de EaD.

3.4.2 Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* ofertados pela EaD/UFGD

No intuito de expandir a EaD não só na graduação, a Faculdade aderiu aos editais para oferta de programas de pós-graduação *lato sensu*, considerando a demanda dos municípios em tornar-se sede destes programas e a disponibilização de recursos para a EaD pela CAPES, fruto do TC/2013.

¹³⁰ Fonte: arquivo institucional da Faculdade de EaD - Relatório de Avaliação para Recredenciamento da EaD/UFGD em novembro/2016.

¹³¹ Disponível em: <https://portalead.ufgd.edu.br/a-ufgd-recebe-com-nota-4-na-avaliacao-para-recredenciamento-da-ead/>. Acesso em: 02 jan. 2018.

Os cursos de especialização oferecidos pela EaD, via UAB, foram apreciados no Conselho Superior (CEPEC)¹³², e tiveram seus projetos pedagógicos e regulamentos aprovados, os quais são:

Quadro 12 - Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

CURSOS	ANO	POLO	VAGAS
Gestão Pública Municipal ¹³³ .	Março de 2013 a julho de 2014	Bela Vista e Porto Murtinho	100
Gestão Pública ¹³⁴	Março de 2013 a julho de 2014	Bela Vista, Costa Rica e Porto Murtinho	150
Gestão em Saúde ¹³⁵	Fevereiro/2017 a setembro/2018	Bela Vista e Porto Murtinho	60
Ensino de Sociologia no Ensino Médio ¹³⁶	Março/2017 a setembro/2018	Miranda e Rio Brilhante	60
Ensino de Matemática: Matemática na Prática ¹³⁷	Março/2017 a setembro/2018	Água Clara e Rio Brilhante	60

Fonte: Elaboração própria a partir dos Projetos Pedagógicos dos cursos disponibilizados na página online da EaD/UFGD. (2018).

Quando se observa o conjunto das informações e análises precedentes a respeito do tema “evolução acadêmica”, nota-se que a EaD da UFGD avançou de modo significativo na oferta de Cursos de Graduação e de Pós-graduação *Lato Sensu*, nos diversos polos em que atua no estado de Mato Grosso do Sul. Mas, não é difícil perceber que parte significativa dessa atuação, talvez a maior parte, não está sob o controle da gestão da Universidade.

Apenas dois cursos de Graduação (Letras Libras Licenciatura e Bacharelado) estão totalmente institucionalizados, sendo que os demais são viabilizados através do sistema UAB e também correlacionados à administração de polos sob responsabilidade de diversas prefeituras do estado.

¹³² Conselho responsável para aprovação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura da Universidade.

¹³³ Foi realizado o Edital PROPP Nº. 38, de 14 de dezembro de 2016, para 60 (sessenta) vagas e ingresso no primeiro semestre de 2017. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/editais/78/PROPP/Edital_38_PROPP_Especializa%C3%A7%C3%A3o_Gest%C3%A3o%20P%C3%ABlica_Municipal.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

¹³⁴ Foi realizado o Edital PROPP Nº. 35, de 14 de dezembro de 2016, para 60 (sessenta) vagas e ingresso no primeiro semestre de 2017. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/editais/78/PROPP/Edital_35_PROPP_Especializa%C3%A7%C3%A3o_Gest%C3%A3o_P%C3%ABlica.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

¹³⁵ Edital PROPP nº. 36, de 14 de dezembro de 2016.

¹³⁶ Edital PROPP nº. 37, de 14 de dezembro de 2016

¹³⁷ Edital PROPP nº. 1, de 06 de janeiro de 2017.

Desse modo, não existem garantias de perenidade para tal atuação da UFGD com exceção de seus dois cursos, já que tanto a disposição das Prefeituras depende de decisões externas quanto a própria disponibilidade da UAB, particularmente em relação aos recursos financeiros que suportam todo o custeio, inclusive de pessoal, está em uma forma de política pública que não tem a educação a distância como objeto própria da política originária, mas sim parte de recursos da educação superior bifurcada entre cursos presenciais e a distância. Nesse sentido, constitui-se como uma metapolítica, ou seja, é uma política da política.

3.5 Avanços e Limites da Institucionalização da EaD na UFGD

Conforme o desenvolvimento dos capítulos anteriores, a educação a distância tem feito parte da rotina das universidades e expandido de modo relevante na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*. No entanto, a forma adotada em cada IFES para proceder à institucionalização desta modalidade é o que tem sido o diferencial para o campo das pesquisas.

As dificuldades ou obstáculos enfrentados pela EaD, para institucionalizar a modalidade com ou sem apoio dos gestores institucionais, tem levado a questionar se a institucionalização se encontra em níveis de avanço, ou ainda na fase inicial do processo (KEZAR; SAM, 2013).

A pesquisa realizada proporcionou visualizar que a EaD da UFGD, tem feito parte das regras do jogo no campo administrativo, político educacional e, também tem avançado em fases determinadas consoante com o empenho da liderança, na conjugação de esforços para fortalecimento e reconhecimento da Faculdade, com os mesmos direitos e representações inerentes às faculdades de cursos presenciais.

Segundo Kezar e Sam (2013), o avanço para a institucionalização se dá quando os membros integrantes da Instituição, começam a enxergar a EaD como algo corriqueiro e não mais um caráter excepcional.

Nesse sentido, há o depoimento da Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, onde destaca que é exatamente isso que precisa ocorrer no âmbito da UFGD. Mudar a cultura institucional e enxergar a EaD como uma faculdade institucionalizada e importante para atuar, tanto na graduação como na pós-graduação. A entrevistada visualiza que a EaD tem enfrentado problemas com a infraestrutura, especialmente na garantia de *internet*, mas com relação a equipamentos para uso constante e espaços físicos para realização de web conferências, considera-se que o investimento disponibilizado, já garante comunicabilidade com as outras

instituições no País e também no exterior. Para o avanço da modalidade no âmbito da UFGD, destaca que é preciso “fortalecer e estimular a prática da EaD”.

Quando questionada sobre a Institucionalização, se a EaD já está nessa fase, a Pró-Reitora disse que:

Sim e não. Sim, porque dizer institucionalizada, sim. Efetiva? Porque institucionalizada ela está nos documentos. A universidade prevê e coloca isso nos seus regulamentos. Ela está institucionalizada. Mas, agora ela já é efetiva e eficiente? Talvez sim. Mas, em diferentes graus, nas diferentes áreas. Talvez em algumas a gente tenha uma eficiência que a gente pode considerar satisfatória e em outras ainda não (PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, 2017).

A Faculdade de EaD, embora tenha suas características de ensino diferenciadas, abordando a forma de trabalho, a flexibilidade e demais finalidades, conforme descrito em seu regimento interno¹³⁸, se apresenta como parte da Instituição.

Art. 2º - Além do disposto no Estatuto da UFGD, a Faculdade de Educação a Distância (EaD) tem por finalidades:

I – Ministrar ensino superior, encarregando-se do Curso de Graduação em Letras Libras, dito institucional, bem como dos Cursos de Graduação oriundos do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a União, representada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo os cursos: Licenciatura em Computação, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Física e Bacharelado em Administração Pública, pelo Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). A EaD será responsável, ainda, por ministrar outros cursos de graduação que venham a ser criados na Faculdade, de forma institucional ou decorrentes de ACT (UFGD, 2016).

Para a Pró-Reitora de Ensino de Graduação, quando avalia a EaD, enfatiza que a UFGD se destacou pela inovação em criar uma faculdade exclusiva para oferta de cursos a distância. Evidenciou ainda, que a EaD precisa avançar na “convivência do aluno” e também “a infraestrutura”, ou seja, é a faculdade estar inserida no campus universitário, para o discente se sentir parte da instituição. Com relação ao avanço na expansão da EaD, ressaltou como forma positiva e “quebra de barreiras”, o fato da universidade já contar com dois cursos, na área das exatas, que apresentaram um PPC diferenciado, incluindo disciplinas a distância em cursos presenciais.

Quando questionada sobre a fase da Institucionalização, destacou que:

¹³⁸ Regimento Interno da EaD, aprovado pela Resolução nº. 77 de 02/06/2016/COUNI.

Sim, está institucionalizada. Ela pode não estar institucionalizada, como eu falei antes, é uma das poucas universidades federais em que ela está na forma de uma unidade acadêmica constituída e isso dá muita representatividade. Não significa que ela esteja bem e instalada por motivos alheios a nossa vontade, o prédio iniciou a construção, a firma faliu. Essas questões burocráticas de infraestrutura. Mas institucionalizada e, vamos dizer assim, reconhecida, acredito que sim. O que faltam são as estruturas básicas e de infraestrutura, mas que, eu tenho certeza, que isso uma hora acontece, nem que seja temporário, um prédio alugado. São contingências políticas do momento, mas, é reconhecida e a sua importância é muito grande (PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, 2017).

Porém, a faculdade ainda tem problemas referente a orçamento, e de acordo com o depoimento da Pró-Reitora de Extensão e Cultura (2018), também precisa avançar com a comunidade acadêmica, na questão do acesso aos discentes para conhecer suas ações, quebrando barreiras e “tirando preconceitos que visualizem a EaD como negativa”. No que se refere a institucionalização, a Pró-Reitora afirma que a vê como “definitivamente” institucionalizada.

Considerando a alavancagem dada nos anos 2012 a 2015, com recursos financeiros, projeto para construção de edifício próprio, contratação de pessoal, entre outros e, o depoimento das lideranças, três anos após a criação da Faculdade de EaD, percebe-se o papel proeminente das lideranças envolvidas desde o princípio.

A reitoria juntamente com a direção da Faculdade conjugou esforços para implementar os cursos a distância no interior da Instituição, conforme atesta abaixo nas palavras do Reitor:

Na condição de Reitor, no período de 2006-2015, fui o coordenador responsável pelos processos de implantação de cursos e unidades acadêmicas e administrativas na UFGD. Portanto, também responsável pelas ações estruturantes da EaD; desde as primeiras iniciativas com o Curso Letras Libras em parceria com a UFSC, bem como, os acordos convênios com a UAB para oferta de cursos através da EaD na UFGD e, ainda, a criação do Curso Letras Libras e a posterior criação da Faculdade no âmbito da UFGD (REITOR, 2018).

No entanto, como líder principal seu papel foi fundamental, mas de acordo com Kezar e Sam (2013), não são somente as pessoas que se encontram em posição destacada que trabalham para a legitimação, docentes e discentes, chefes de setores/departamento, precisam entender a questão da mudança de forma clara e também, se sentir como parte do corpo acadêmico da UFGD.

Nesse período de 2012 a 2015, referente a expansão, e dada a relevância apresentada da Faculdade de EaD é possível considerá-la que houve avanço da primeira fase do processo (Mobilização) e, é parte da Instituição, sendo regida pelo Estatuto e Normas da Universidade e

também com as representatividades já elencadas. A mobilização aplica algumas táticas no início do processo, como o desenvolvimento da consciência do coletivo e a criação de uma rede integrada visando dar visibilidade ao processo. Essa transparência se dá por meio de divulgação das ações, atividades desenvolvidas e participação em cerimônias institucionais, fato que tem ocorrido com a EaD da UFGD.

Segundo Kezar (2007), a segunda fase que trata da Implementação, a qual tem a natureza mais política do que administrativa, também desenvolve estratégias tais como: apresentação de históricos de outras instituições, cujo modelo se assemelha a essa, constituição de uma Comissão que seja encarregada dos trabalhos desde a primeira fase, elaboração de um Plano de Ação com o intuito de crescimento, busca de apoio dos sindicatos, tanto dos docentes quanto dos técnicos, e ainda, o apoio dos estudantes que fazem parte desta modalidade e dos tutores e professores formadores.

Se houver um alinhamento, das ações desenvolvidas com as políticas adotadas, maior será sua representatividade no âmbito da instituição e consequentemente um fortalecimento.

Todavia, avançar da fase da implementação é o desafio, e nas palavras do Reitor, a EaD:

Está parcialmente institucionalizada, já que temos um curso (Letras Libras) que é perene e totalmente de responsabilidade da Universidade, possuindo corpo docente e técnico-administrativo efetivo. Por outro lado, a maioria das ações de ensino à distância na UFGD são decorrente de convênios com a UAB, ou seja, com financiamento e estruturas provisórias, inclusive a contratação de pessoal. Desse modo, ocorre uma precarização da vida acadêmica na Faculdade de Educação à distância, dificultando a institucionalização e o desenvolvimento das ações, por exemplo, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como, a sua verticalização com a pós-graduação (REITOR, 2018).

Ainda, de acordo com o Reitor, a sua administração reconhecia as dificuldades para o processo de efetiva institucionalização da EaD, tanto no que se refere ao pleno reconhecimento interno de sua legitimidade, por suas inerentes capacidades de desenvolvimento acadêmico, quanto pelos obstáculos que o atual modelo centrado em convênios com a rede UAB oferece.

Afirmou também, que para superar os referidos óbices a Universidade elaborou um planejamento, que no caso da EaD, objetiva superar o atual modelo de expansão, com a criação de novos cursos vinculados diretamente à Instituição e exclusivamente financiada com recursos próprios. Tal planejamento foi efetivado em documento intitulado “Plano de Expansão da UFGD 2011-2020”, que previa um novo ciclo de expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Este documento foi aprovado pelos Conselhos Superiores da Universidade, após longo debate em todas as Unidades Acadêmicas e posteriormente foi entregue ao Secretário Executivo do MEC, conforme foto abaixo.

Figura 6 - Apresentação do Plano de Expansão da UFGD 2011-2020 no MEC em 2011.



Fonte: Campo grande News¹³⁹, 2019.

Posteriormente, em 2013, o Plano de Expansão foi incorporado ao PDI (2013-2017) da Universidade. Como pode ser observado, previa-se o importante crescimento da EaD com a contratação de servidores e orçamento necessário para investimento. Isto posto, resolveria o problema da EaD com relação à institucionalização.

A figura 6 explicita o momento em que o Reitor da UFGD articula-se com o Ministério da Educação, com a presença de representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, refere-se a senador eleito pelo Estado de Mato Grosso do Sul, para a viabilização de recursos financeiros adicionais para a implementação do Plano de Expansão, que incluía a expansão da EAD por meio de cursos institucionais.

Observa-se que, para além do processo de mobilização no contexto interno, a Reitoria procedia às ações de mobilização no contexto externo à instituição de forma a agregar para o processo de expansão institucional, o apoio de lideranças políticas e administrativas.

¹³⁹ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/reitor-apresenta-ao-ministerio-da-educacao-plano-de-expansao-da-ufgd>. Acesso em: 30 set. 2018. Após a entrega oficial ao MEC o Reitor (2006-2015) declarou que “o plano se enquadra perfeitamente no que se espera das instituições federais do ensino superior”.

Segundo o Reitor (2006-2015), caso tivesse iniciado, a expansão conforme Planejamento e negociação com o MEC, a Universidade de modo geral e em especial a EaD teriam alcançado significativo aumento de vagas tanto de cursos de graduação e pós-graduação, sendo que nesse caso a total manutenção, bem como os recursos de investimentos, não obstante ainda a parceria com os Polos da EaD, decorreriam do orçamento da Universidade. Assim, vislumbrava-se avançar de modo acelerado e efetivo na institucionalização da educação a distância na UFGD¹⁴⁰.

Ações de gestão e de planejamento na gestão posterior, que envolveu o período de 2015 a 2019, demonstram procedimentos protocolares relativos à EaD. Referência seja feita ao Plano de Ação 2016-2019, da Reitoria e das Pró-Reitorias da Instituição, que destaca como uma das ações da PROGRAD, buscar o credenciamento da EaD para continuar a oferta de seus cursos de graduação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 13 - Plano de Ação 2016-2019

AÇÃO	RECRENCIAR A UFGD NA MODALIDADE EAD
Executor	COGRAD/PROGRAD
Período	Janeiro/2016 a Dezembro/2019
Objetivo	Conseguir a regularização da oferta da Educação a Distância da UFGD
Estratégias	1. Implementar a Divisão de Processos de Regulação e Avaliação Externa de Graduação, com lotação de um servidor. 2. Cadastrar o processo de credenciamento junto ao MEC. 3. Acompanhar o tramite do processo de credenciamento no sistema e-MEC. 4. Orientar a Faculdade de Educação a Distância quanto aos atos relativos ao processo. 5. Receber visita de avaliação para credenciamento
Indicadores	1. Implementação da Divisão de Processos de Regulação e Avaliação Externa de Graduação (DPRAEG), com lotação de um servidor. 2. Cadastro do processo de credenciamento junto ao MEC. 3. Acompanhamento do tramite do processo de credenciamento no sistema e-MEC. 4. Orientação à Faculdade de Educação a Distância quanto aos atos relativos ao processo. 5. Portaria de credenciamento da UFGD para Educação a Distância expedida pelo MEC.

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório de Gestão (RG) do Exercício de 2016 (UFGD, p.88, 2016). Disponível em: [http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17\(1\).pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17(1).pdf) . Acesso em: 20 dez. 2018.

¹⁴⁰ O referido Plano de Expansão foi de fato iniciado após negociações com a SESU/MEC, com a autorização para a criação de diversos cursos de engenharia (Engenharia da Computação, Engenharia de Aquicultura, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil), além da criação do curso de Licenciatura em Física e expansão das vagas nos cursos de Química e Matemática. No entanto, é importante observar que as negociações ocorreram ainda no primeiro Governo da Presidenta Dilma Rousseff e os recursos necessários, como pessoal docente e técnicos administrativos, foram parcialmente destinados a UFGD. Já em relação aos recursos de investimentos prometidos, praticamente não existiram e os referidos cursos ainda hoje sofrem com a falta de infra-estruturas adequadas.

Outras ações apresentadas, conforme especificado no Plano de Ação, trata-se de evidenciar o papel da Faculdade de EaD junto aos cursos presenciais, quando permitiu o uso do sistema *moodle*, adotado pelo Sistema UAB, para os cursos institucionais. O *moodle* é destacado no Relatório de Gestão de 2016, como uma ferramenta legítima para integrar os setores da UFGD, com transparência e segurança dos dados (UFGD, 2016b).

De acordo com os estudos de Kezar e Sam (2013), quando apresentadas as estratégias para consolidar a institucionalização, é possível constatar que a EaD está inserida no corpo da organização. Essas estratégias se configuram da seguinte forma: ter um local fixo para agregar o coletivo, constituição em uma Faculdade, uma liderança eleita por seus pares e empossada pelo dirigente máximo, praticar inclusão social¹⁴¹ e participar das políticas aplicadas na instituição.

Contudo, Kezar e Sam (2013), também chamam a atenção para os desafios nesta terceira fase, a da institucionalização, que não são poucos e também não são fáceis, pois a mobilização efetuada no início e o esforço para a implementação terão que ser aplicados nesse momento.

Isso comprova que a EaD da UFGD faz parte das regras e normas institucionais. No entanto, conforme ressaltam as autoras, avalia-se que a terceira fase, referente à institucionalização no ensino superior, de uma forma geral dentro do quadro de atuação normativos da Instituição, ainda é incipiente. Reconhece que não se trata de uma condição exclusiva da EaD da UFGD, mas uma condição de todas as Universidades Federais que participam ou possuem a maior parte da modalidade vinculada ao desenvolvimento da UAB.

Aliás, há estudos comparados (REAL; MACIEL; RIBAS, 2018), que permite admitir que a educação à distância da UFGD, está mais avançada em termos de institucionalização que a maioria, dada as condições existentes de sua atuação através de uma Unidade Acadêmica própria, a perspectiva de existência no curto prazo, de um prédio próprio com infraestrutura de salas ambientes e laboratórios adequados e mesmo o planejamento estrutural de absorção total da EaD no âmbito da Instituição.

Mas, faz-se necessário a esta altura das análises, considerar que a dependência em relação a UAB para o seu desenvolvimento tem produzido obstáculos ao processo de institucionalização em tela. Por ora, reconhece-se que não existem condições de políticas públicas nacionais que permitam alterar esse quadro, muito pelo contrário. Mas, os dados aqui levantados apontam, que a EaD da UFGD já vislumbrou o seu caminho.

¹⁴¹ O Curso de Letras Libras Licenciatura para alunos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apresentados nesses três capítulos, cujo objetivo geral foi analisar o processo de institucionalização da EaD na UFGD, como um estudo de caso, demonstraram a importância do tema para as instituições públicas federais. No entanto, o que foi realizado neste trabalho, trata-se de uma síntese para compreender o processo de institucionalização dos cursos a distância oferecidos pela UFGD.

O delineamento do trabalho, partiu da observação da política nacional, a partir de 1995, visualizando os avanços e desafios para a educação superior atender ao disposto nos PNEs 2001-2010 e 2014-2024, inclusive com a inserção da EaD, como regime de acesso e interiorização do ensino superior.

Nesse sentido, o panorama da Dissertação, iniciou nos documentos internos da UFGD, no período de 2010 a 2017, o qual foi fundamental para conhecer os trâmites de implementação da EaD e também reconhecer a importância dada à modalidade pelos Conselhos Superiores, quando são apreciados em pauta as demandas da faculdade e quando foi disponibilizado um assento com direito a voz e voto.

O levantamento bibliográfico, identificou o quantitativo de estudos realizados com esta temática, especialmente nas instituições públicas federais, embora, em algumas privadas, esse tema tenha sido trabalhado. Nas instituições públicas federais, muitos pontos de conflito e de debate estão no mesmo nível de avanço, proporcionando uma visão de que a EaD da UFGD não está nem aquém e nem além das demais universidades.

Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas entrevistas com os gestores institucionais, cujas Pró-Reitorias, tem trabalhado com a EaD nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com a Direção da Faculdade que está à frente dos trabalhos, desde a implementação da modalidade no interior da universidade e com o Dirigente/reitor da UFGD do período de 2006 a 2015.

Apesar do crescimento relevante desta modalidade, a forma de mobilização e implementação de seus cursos dentro da universidade ainda não está concluída, ou seja, observa-se que a maior parte das medidas apontam para um processo em curso, em que as três fases da institucionalização estão imbricadas, ou seja há medidas de mobilização, de implementação e de sedimentação em andamento.

Para sedimentação da EaD, as IES precisam de adequações não somente no âmbito acadêmico e tecnológico, mas principalmente financeiro.

[...] observa-se uma tendência nas IES quanto ao desejo de realizarem a institucionalização, visto que facilita suas atividades e supera os paradigmas educacionais existentes em relação à modalidade, contribuindo para o fortalecimento da educação superior no país (SÁ, 2015, p. 63).

No entanto, a forma como os cursos junto ao Sistema UAB têm sido oferecidos e financiados, como programas e editais, a parte orçamentária não entra no cômputo das IES, ocasionando a falta de continuidade dos mesmos e levando a um desgaste para a universidade (ALONSO, 2012).

Foi abordado o desenvolvimento da EaD na UFGD, foco empírico da pesquisa, onde todas as informações coletadas tiveram um significado relevante para as análises que se apresenta, que buscam responder ao seguinte problema: Como e de que forma se desenvolve o processo de institucionalização da EaD na UFGD?

Para responder a esse problema, tomou como referência de análise o neoinstitucionalismo amparado nos estudos de Kezar (2007) e Kezar e Sam (2013), que permitiram afirmar que a EaD na UFGD não está institucionalizada, ou seja, ainda não atingiu a fase final do processo, quando estaria incorporada à rotina da instituição e, portanto, não se encontra sedimentada, nos termos utilizados por Tolbert e Zucker (1998).

Pode-se verificar que a gestão institucional da época da implementação da EaD, a partir da atuação específica do Reitor (2006-2015), adotou estratégia que contribuiu com o avanço da EaD no contexto da UFGD. Essa tática implicou na adoção, a partir do Programa governamental Viver sem Limites, da oferta do Curso Letras/Libras na modalidade de EaD, condicionando sua vinculação ao setor responsável pela EaD à época na instituição. Desse modo, engendrou-se as condições estatutárias para a criação da Faculdade de Educação a Distância, com a mesma estrutura hierárquica das demais unidades acadêmicas em que estão alocados os cursos presenciais.

Essa estratégia, embora não tenha eliminado o grau de dependência da universidade do sistema UAB, viabilizou a oferta de EaD de forma institucional, o que vai garantir a implementação de estruturas capazes de operacionalizar a mudança cultural no contexto da instituição, inviabilizando rupturas na oferta deste curso, mesmo com a mudança em sua equipe gestora, que implicou na troca da reitoria. Portanto, a EaD está incorporada à organização da UFGD, ainda que não esteja sedimentada.

Essa técnica vai se mostrar mais efetiva no processo de institucionalização, do que os procedimentos usuais adotados pelas demais universidades da região Centro-Oeste, ainda que pioneiras na oferta desta modalidade de curso, que estão mais dependentes dos recursos orçamentários da UAB, o que foi visualizado pelos dados do Censo da Educação Superior de

2015, quando foi cancelada a oferta de EaD em todas as universidades da região, com a suspensão do Edital UAB/CAPES nº 75/2014.

Nesse sentido, corrobora-se com Kezar (2007) e Kezar e Sam (2013), que apontam para a importância na figura dos líderes no processo de institucionalização. Mais do que protagonistas no processo de mobilização, foram fundamentais na fase da implementação, na medida que produziu estruturas capazes de promover a incorporação da EaD na IES.

Esse processo, embora seja característico da fase de implementação, vai promover medidas da fase de mobilização o momento em que atribui voz e voto aos operadores da EaD no contexto institucional central, ao viabilizar a participação dos seus gestores nos Conselhos Superiores da Universidade.

Essa estrutura vai garantir ainda, a destinação de recursos financeiros institucionais próprios, mesmo que em escala reduzida, para a expansão da oferta de novos cursos institucionais como pretendido em seu PDI, mas sustenta, mesmo na suspensão dos recursos do sistema UAB.

Esses processos, atores e estrutura delineados vão propiciar a indicação de que a EaD está na fase de implementação/sedimentação do seu processo de institucionalização, embora a preocupação deste trabalho não seja apenas de identificar a fase da institucionalização que a EaD da UFGD se encontra, foi possível localizar o seu atual nível de desenvolvimento como um processo entre a fase de implementação e a sedimentação inicial.

Com a troca de gestores, tanto no cenário institucional quando no contexto nacional, foi possível observar que houve processos de contenção da expansão e mesmo de retenção das ações que estavam em curso. No contexto institucional, houve momentos em que se pretendeu limitar a infraestrutura da EaD, mas o nível de institucionalização evidenciada não permitiu que essa limitação se efetivasse. No cenário nacional, observa-se o crescimento do setor privado às custas da limitação da oferta pública.

Foi possível observar que o processo de institucionalização da EaD na UFGD se inicia por meio de indução das políticas federais, especificamente, o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB vai engendrar a oferta pública de educação a distância, exercendo papel fundamental no processo de mobilização inicial, injetando recursos e servidores que contribuíram a um cenário favorável, para que o gestor institucional aderisse ao sistema.

A cultura institucional desenvolvida pela UFGD, neste período, buscava o desenvolvimento de vertente democratizante para a educação superior, projetando-se como uma instituição diferente daquelas universidades tradicionais, já existentes no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, buscou criar cursos que atendessem a perfis diferenciados de

estudantes, em uma perspectiva de educação superior inclusiva. Foram criados cursos diferenciados como: a Licenciatura Indígena Teko Arandu, que promove formação de professores da nação guarani, ministrado em duas línguas, a materna e o português. Também, há a oferta de licenciatura para os povos do campo, com adoção da metodologia da alternância. Foi adotado sistema de cotas anteriormente à aprovação de Lei nº 12.711/2012, entre outras medidas.

É nesse contexto, que a educação a distância é incorporada no conjunto dos cursos institucionais, com a perspectiva de ser uma educação superior pública, que viabilizasse acesso de todos e em todos os lugares do estado de Mato Grosso do Sul.

No entanto, o sistema UAB ao mesmo tempo em que viabiliza a EaD na UFGD vai promover rupturas em seu processo de institucionalização, quando implementa sistema de contratação de servidores por meio de bolsas de estudos, engendrando processo de dependência da instituição ao próprio sistema UAB.

Esse processo de dependência da UAB vai permear as instituições de educação superior federais de forma geral. O diferencial da UFGD vai ser a criação do curso de Letras-Libras na modalidade a distância, ainda que vinculado a um programa governamental federal, garantiu a autonomia institucional relativa, ao promover a destinação de servidores efetivos.

A Gestão da EaD também atuou na mobilização, quando envolveu os servidores efetivos na ocupação das bolsas viabilizadas pelo sistema UAB, além de ceder o AVA e sua infraestrutura para uso dos docentes e estudantes dos cursos presenciais, o que diminuiu as resistências à essa modalidade de educação no contexto institucional.

Apesar das medidas implementadas para alcançar a base estrutural da instituição, não chegou a blindar o processo de institucionalização da EaD dos efeitos de contenção de recursos federais, que implicou na paralisação das obras de construção do prédio destinado à EaD.

Portanto, o processo de institucionalização da EaD ascendeu à fase de implementação, mas não conseguindo avançar até a sua institucionalização efetiva, capaz de garantir os parâmetros de expansão pretendidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e de sua autonomia integral no desenvolvimento dos cursos, a exemplo do que ocorre com os cursos na modalidade presencial, sobretudo a partir da nova gestão institucional, que limitou as suas ações de implementação e mobilização a aspectos internos e protocolares.

No contexto nacional, a institucionalização da EaD está perdendo a sua lógica inicial de promover o acesso de todos à educação e em todos os lugares, previsto nos PNEs (2001-2011 e 2014-2024). A partir da análise aqui apresentada, indica-se que embora a UAB tenha promovido uma polarização dos recursos financeiros e de pessoal no âmbito das instituições,

foi também a responsável pela expansão da EaD pública, a parâmetros de educação para a massa da população e, portanto, sendo capaz de atingir espaços e pessoas excluídos, promovendo medidas de vertente democratizante. O que precisa agora é sedimentá-la enquanto uma política pública própria.

A sua sedimentação carece de mobilização mais ampla, partindo do conjunto das instituições federais, para o órgão central, de modo que se institucionalize a EaD no contexto nacional brasileiro, como forma de garantir a oferta da EaD pública, especialmente, diante do crescimento vertiginoso da oferta privada, particularmente no processo da sociedade do conhecimento.

Diante da relevância dos dados aqui apresentados, que apontam para contradições no processo de institucionalização da EaD no contexto nacional, em que se vislumbram a limitação e até mesmo a retirada do Estado brasileiro da oferta de educação a distância pública com garantia de padrões de qualidade, conforme apontado na Constituição Federal, indica-se a necessidade da continuidade de estudos que avaliem e monitorem o papel da UAB na efetivação das metas previstas no PNE (2014- 2024).

Também, verifica-se que o próprio contexto institucional da UFGD deve ser considerado pelas pesquisas da área, de maneira a apontar e contribuir com as políticas institucionais e mesmo o acompanhamento dos efeitos da mobilização e implementação, das políticas nacionais no espaço institucional.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído com a análise das políticas nacionais que tratam da educação superior, e sobretudo da educação superior a distância, ao descrever e analisar o processo de institucionalização da EaD na UFGD.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Censo do Educação Superior 2016 – apresentação**. Brasília: ABMES, 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/documentos/detalhe/535/censo-da-educacao-superior-2016-apresentacao>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: Questões para Reflexão. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/04.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.
- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do Governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000100113&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 10 mar. 2018.
- ALMEIDA, Marcos Pires de. **Educação a distância e autonomia universitária**: políticas públicas e aspectos legais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2008.
- ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2017.
- ALVES, Rosália Rodrigues. **A institucionalização dos cursos de administração pública a distância das universidades públicas**: os casos UFLA e UFU. 2012. 194 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2012.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do acesso ao Ensino Superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 31, n. 03, p. 321-338, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/1982-6621-edur-31-03-00321.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.
- AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi. **Teoria Institucional**: qual o lugar da Agência? Encontro da ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-A1470.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BALL, Stephen John. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, dez./2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v. 23, n. 78, 2002.

BRASIL. **Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Casa Civil, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.153 de 29 de julho de 2005**. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2005.

BRASIL. **Decreto nº. 5.773 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 5.800 de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília: Casa Civil, 2006a.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília: MEC/SES, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. Coordenadoria De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior. **Acordo de Cooperação nº 01/2010, celebrado entre a União, representada pela CAPES e a UFGD**. Brasília: MEC/CAPES, 2010. (Circulação Restrita).

BRASIL. Portaria nº 1.369 de 07 de dezembro de 2010. Credenciar as Instituições Públicas de Educação Superior, vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, Seção I, p. 08, 2010a.

BRASIL. **Decreto nº. 7.612 de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº. 126/2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. Portaria nº. 193 de 03 de outubro de 2012. Aprova alterações no Estatuto da UFGD. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, p. 40, 03 out. 2012a.

BRASIL. Portaria nº. 1.390 de 23 de novembro de 2012. Fica reconhecida a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, com sede no Município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pelo Ministério da Educação - MEC, com sede em Brasília, Distrito Federal, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos. **Diário Oficial União**, Seção I, Brasília, DF, nº. 227, p. 17, 2012b.

BRASIL. **Ofício nº. 180 de 22 de maio de 2012**. Atualização do Banco de Professor Equivalente. Secretaria de Educação Superior/Diretoria Desenvolvimento da Rede de IFES. Brasília, DF., 2012c.

BRASIL. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília – DF., 2014. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm>

BRASIL. **Planejando a Próxima Década - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014a. Disponível em:
http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Dilma Rousseff, apresentou aos reitores das universidades federais, os resultados da expansão da Rede Federal de Educação Superior**. Brasília, DF: MEC, 2014b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/20448-dilma-apresenta-aos-reitores-os-resultados-da-expansao-da-rede>. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRASIL. **A democratização e Expansão da Educação Superior no País 2003–2014**. Brasília, DF: MEC, 2014c, 106p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. **Programa mais médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros**. Brasília, DF, 2015, 128 p. Disponível em:
http://maismedicos.gov.br/images/PDF/Livro_2_Anos_Mais_Medicos_Ministerio_da_Saude_2015.pdf. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. **Emenda Constituição nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 2016. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Palácio do Planalto, 2017. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Viver sem Limites**. Brasília, DF: SNPD. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 61, de 22 de março de 2017. Define critérios de concessão de bolsas e pagamento de custeio a docentes regularmente matriculados e em efetiva regência nas redes públicas de ensino nacionais vinculados aos Programas de Mestrado Profissional em Rede custeados pela CAPES. **Diário Oficial União**, Seção I, Brasília, DF, n. 58, p. 62, 24 mar. 2017.

BRASIL. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº. 218, de 24 de setembro de 2018. Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial União**, Seção I, Brasília, DF, n. 186, p. 39, 26 set. 2018

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHARLOT, Bernard. Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. **Revista de Ciências da Educação**. Lisboa, Portugal, nº. 4, out/dez, 2007. ISSN 1646-4990.

COLALILLO, Eduardo Gomes Peixoto; DIAS, Luciana Baltazar; WALCHHÜTTER, Seimor. A Teoria Institucional e seus Reflexos nas Universidades. **Revista da Universidade Ibirapuera**, São Paulo, SP, v. 9, p. 23-26, jan/jun. 2015.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DA EAD. Tabela de Apoio Financeiro repassado pela UFGD: exercícios referentes aos anos 2015 a 2018. Dourados, MS: UFGD. (Documento interno).

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DA EAD. Quantitativo de servidores docentes, técnicos, terceirizados e bolsistas n EaD até dezembro/2018. Dourados, MS: UFGD, 2019. (Documento interno).

COSTA, Celso José da. Modelos de Educação Superior a Distância e Implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

COSTA, Celso José da; PIMENTEL, Nara Maria. O sistema Universidade Aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores a distância no Brasil. **Revista Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 10, n. 02, jun. 2009.

COSTA, Maria Luísa Furlan. **Políticas públicas para o ensino superior a distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2010, 186f.

CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Superior no Octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

D'ÁVILA, Jorge Luís. **O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no Estado de Mato Grosso do Sul**: Produto de Desenvolvimento do Estado. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/1617>. Acesso em: 10 mar. 2018.

DILMA faz balanço sobre os programas educacionais do País. **PORTAL G1 – POLÍTICA**, São Paulo, 06 jan. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/01/dilma-faz-balanco-sobre-os-programas-educacionais-no-pais.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

DOURADO, Luiz. Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância: Novos Marcos Regulatórios? **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DOURADO, Luiz. Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Superior no Brasil: Múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, Catarina de Almeida. A educação a distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011. p. 155-192.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Política Educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 88, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300009. Acesso em: 20 mar. 2018.

EIZIRIK, Marisa Faermann. Instituição, educação e trabalho: elementos para uma dialética de transformação social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 10, n. 1, 1990. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931990000100009>. Acesso em: 10 set. 2018.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Educação a distância em organizações públicas**: mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006. 200 p. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/376/1/Livro_EAD.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

FARIA, Juliana Guimarães; Daniela da Costa Britto Pereira; TOSHI, Mirza Seabra. Políticas Públicas Educacionais e a Organização da Educação a Distância nas Instituições de Ensino Superior. Simpósio da ANPAE, 26., 2013, Recife, PE. **Anais [...]**, Recife: ANPAE, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JulianaGuimaraesFaria-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

FARIA, Juliana Guimarães. **Gestão e Organização da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011, 277f.

GATTI, Bernadete Angelina. Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo. São Paulo, SP, 113, p. 65-81, jul. 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 nov. 2017.

GIOLO, Jaime. Educação a Distância: tensões entre o público e o privado. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out/dez. 2010.

HELD, David; McGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a Democratização do Ensino Superior Público. **Ensaio: avaliação de Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 283-307, abr./jun. 2017.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **A era dos extremos: o breve século XX:1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 585 p.

HODGSON, Geoffrey Martin. What are Institutions? **Journal of Economic Issues**, London, UK, v. XL, n.1, mar. 2006. Disponível em: <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/bin/whatareinstitutions.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, nov. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Brasília, DF: IBICT. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=institucionaliza%C3%A7%C3%A3o+da+ead&type=AllFields>. Acesso em: 08 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1995**. Brasília: Inep, 1995. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1997**. Brasília: Inep, 1997. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999**. Brasília: Inep, 1999. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2001**. Brasília: Inep, 2001. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2005** Brasília: Inep, 2005.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2010.

Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília: Inep, 2011.

Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2012a.

Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília: Inep, 2013b.

Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2014c.

Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2015d.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília, 2016e, 17p. Disponível

em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília, 2017f, 28p. Disponível

em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 ago. 2017.

KEZAR, Adrianna. Tools for a Time and Place: Phased Leadership Strategies to Institutionalize a Diversity Ag. **The Review of Higher Education**, v. 30, n. 4, 2007, p. 413-439. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/rhe.2007.0025>. Acesso em: 15 jan. 2018.

KEZAR, Adrianna; SAM, Cecile. Institutionalizing Equitable Policies and Practices for Contingent Faculty. **The Journal of Higher Education**, v. 84, n. 1, p. 56-87, jan./feb. 2013. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/494299/pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

KNIGHT, Jane. An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges. In: H. de Wit et al. (Eds.). **Internationalization of Higher Education in Latin America: The International Dimension**, Washington DC, USA, p. 1-38. 2005. Disponível em: <http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/1420/Higher%20Education%20in%20Latin%20America.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2018.

KING, James; FRANTZ, Gary “Lee”. The Distance Education Learning Model (DEL). **Faculty Publications: Agricultural Leadership, Education & Communication Department**, n. 47, maio. 2000. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1046&context=aglecfacpub>. Acesso em: 18 mar. 2018.

KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1998.

LENHART, Volker. Educação numa Sociedade Mundial: globalização como desafio à pedagogia. **Educação e Realidade**, v. 23, n.1, p. 25-41, 1998. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71352>. Acesso em: 05 mar. 2018.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **Políticas Públicas de EaD no Ensino Superior: uma Análise a partir das Capacidades do Estado**. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias E Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Panorama da EaD no Brasil e na Região Centro-Oeste. **Acta Qualidade, Tecnologias e Educação a Distância**. Dourados: UFGD, v. 1, n. 6, p. 24-46, 2018. ISSN versão Eletrônica/pen-drive 2595-3648.

LINS, Hoyêdo Nunes. Educação Superior a Distância: possível coadjuvante no desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 15, 2016. Disponível em: http://seer.abed.net.br/edicoes/2016/06_Educacao_superior_distancia.pdf. Acesso em: 19 mar. 2018.

LOBO, Maria Eunice. **Avaliação e Regulação da Educação a Distância no Ensino Superior Brasileiro: um olhar sobre os processos de credenciamento institucional**. 2011. 251f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil – 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**,

Rio de Janeiro-RJ, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>. Acesso 21 set. 2018.

MARI, Cezar Luiz de. **Sociedade do Conhecimento e Educação Superior na Década de 1990: O Banco Mundial e a Produção do Desejo Irrealizável de Midas**. 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88827/225653.pdf?sequence=1&isAll>
 owed=y. Acesso em: 23 out. 2017.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; REAL, Giselle Cristina Martins; OLIVEIRA, Jonas de Paula. Acesso e permanência na educação superior: desafios e alcances das políticas de assistência estudantil na UFGD. In: AZEVEDO, Mario Luiz Neves de; VOLSI, Maria Eunice França; MIRANDA, Paula Roberta (Orgs.). **Educação superior: as diversas faces da expansão**. Maringá: ADUEM, p. 147 – 164, 2017.

MELO, Alessandra Pessoa Coimbra de. **Institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília (2005-2015)**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa. **Neoliberalismo: de Onde Vem, para Onde Vai?** São Paulo, SP: Senac, 2001.

MORAN, José. O que é educação a distância. **Centro de Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Senai, ano 1, n. 5, p. 1-3 out./dez. 1994. Disponível em:
<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

MORGADO, José Carlos. **O Estudo de Caso na Investigação em Educação**. Santo Tirso, Portugal: De Facto Editores, 2012.

MUGNOL, Márcio. A Educação A Distância No Brasil: conceitos e fundamentos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, PR, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

NANTES, Janete de Melo; NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do; ROCHA, Elizabeth Matos. Licenciatura em Letras Libras na UFGD: de polo da UFSC à institucionalização do curso. **Libras & Educação de Surdos: Retratos do Mato Grosso do Sul**. São Leopoldo, RS: Oikos, v. 1, p. 275-293, 2016.

NASCIMENTO, João Paulo Rodrigues do. **Os desafios da Institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma Universidade Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NASCIMENTO, João Paulo Rodrigues do; VIEIRA, Maria das Graças. Os desafios da Institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma Universidade Federal. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 308-336, abr./jun. 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n91/1809-4465-ensaio-24-91-0308.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017

NORTH, Douglass Cecil. "Instituições". **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em:

<http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.5.1.97>. Acesso em: 10 out. 2017.

NOVAIS, Sueli Menelau de; FERNANDES, Antônio Sérgio de Araújo. A institucionalização do Ensino a Distância no Brasil: o caso da Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 173-201, 2011.

OLIVEIRA, Ednei Nunes de. A Docência na Educação a Distância da UFGD. **Revista EaD & Tecnologias Digitais na Educação**. Dourados, MS, jul./dez, v. 1, n. 2, 2013.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade: Uma análise Histórica. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 100-Especial, p-661-690, out. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PALUMBO, Dennis James. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, Eda Coutinho Barbosa Machado de (Org.). **A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação: leituras complementares**. Brasília: MEC/UnB, p. 35-62, 1998.

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições no Papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 47, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2750/275029728047/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2009, p. 131- 153.

PROAP/UFGD. **Previsão de Distribuição de Recursos às Unidades Acadêmicas – 2017** (Custeio/Consumo, Serviços Gráficos e Diárias e Passagens). Dourados: UFGD, 2017.

Disponível em:

http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ORCAMENTOPROAP/Previs%C3%A3o%20de%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos%20UA%60s%20-%20Consolidada%202017_26-01-17Final.pdf

Acesso em: 29 set. 2018.

PROAP/UFGD. **Matriz OCC – Matriz Andifes ou Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital**. Dourados: UFGD, 2017a. Disponível em:

[http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ORCAMENTO-](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ORCAMENTO-PROAP/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Matriz%20OCC%20e%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos_26_01_2017_Final.pdf)

[PROAP/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Matriz%20OCC%20e%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos_26_01_2017_Final.pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ORCAMENTO-PROAP/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Matriz%20OCC%20e%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos_26_01_2017_Final.pdf). Acesso em: 29 set. 2018.

REAL, Giselle Cristina Martins. **Impactos da avaliação na educação superior**. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

REAL, Giselle Cristina Martins. FINANCIAMENTO. In: **Acta Qualidade, Tecnologias e Educação a Distância**. Dourados: UFGD, v. 1, n. 3, p. 31-37, 2018. ISSN versão Eletrônica/pen-drive 2595-3648.

REAL, Giselle Cristina Martins; MACIEL, Carina Elizabeth ; RIBAS, Ana Maria. Institucionalização da educação superior a distância em Mato Grosso do Sul: mobilização em universidades federais. **REVELLI - Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG-Inhumas**, v. 10, p. 133-150, 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry, et.al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2012.

ROBERTSON, Susan. O Processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 407- 422, set./dez., 2009.

ROCHA, Elizabeth Matos; OLIVEIRA, Ednei Nunes de. A Implantação da Educação a Distância na UFGD e a Formação Continuada dos Profissionais para atuar na Modalidade Educacional. **Revista EaD & Tecnologias Digitais na Educação**. Dourados, MS, n. 1, vol. 1, jul./dez 2013. ISSN 2318-4051.

SÁ, Georgina Marafante. **Educação a Distância em Instituições de Ensino Superior Federais: Aproximações e Distanciamentos para a Institucionalização**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SALLUM JR., Brasília. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do Século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18 n. 52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18065.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS JÚNIOR, José da Silva. **Trajetória Acadêmica de Estudantes de Graduação: Evasão, Permanência e Conclusão de Cursos na Universidade Federal da Grande Dourados**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, MS, 2015.

SILVA, Gislene Magali da. **O Processo de Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFTO**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 24, n. 84, p. 873-895, Set. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1517-45222006000200003>. Acesso em: 22 set. 2018.

TOLBERT, Pamela; ZUCKER, Lynne Goodman. A Institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORDY, Walter. **Handbook de estudos organizacionais**. Tradução Humberto Martins e Regina Luna Cardoso. São Paulo: Atlas, 1998, p. 196-219.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução COUNI nº 25 de 15 de dezembro de 2006**. Aprova o regulamento que dispõe sobre o regime de Trabalho dos Docentes do Magistério Superior da UFGD. Dourados: UFGD, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: Diretrizes Gerais da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2007. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/DIREITO/Reuni-Diretrizes-Derais-para-a-ufgd.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução nº. 14 de 27/03/2008**. Aprovar Critérios de Distribuição de Vagas de Servidores Assistente em Administração para as Unidades Acadêmicas. Dourados: UFGD, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 103, de 13/09/2010**. Aprova o projeto pedagógico do curso de graduação de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2010. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução nº. 197 de 15/12/2011**. Plano de Ação 2011-2015. Dourados: UFGD, 2011. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/RESOLUCOES-COUNI/res%20197_2011-%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 73, de 21/06/2012**. Aprova alteração do nome do curso de “Licenciatura em Informática” para “Licenciatura em Computação e Informática”. Dourados: UFGD, 2012. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 66, de 28/06/2013**. Cria o Curso de Graduação de Licenciatura em Física da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Dourados: UFGD, 2013. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 44, de 22/03/2013**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados:

UFGD, 2013a. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 03, de 30/01/2013**. Aprova o projeto do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão Pública Municipal. Dourados: UFGD, 2013b. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 04, de 30/01/2013**. Aprova o projeto do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão Pública. Dourados: UFGD, 2013c. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 02, de 30/01/2013**. Aprova o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão em Saúde. Dourados: UFGD, 2013d. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução COUNI nº 43, de 02/05/2013**. Aprova a criação de covos Cursos de Graduação na UFGD. Dourados: UFGD, 2013. Disponível em: < <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/boletins/1384.pdf>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução COUNI nº 44, de 02/05/2013**. Aprova PLANO DE EXPANSÃO ACADÊMICA DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFGD. Dourados: UFGD, 2013. Disponível em: < <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/boletins/1384.pdf>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução CEPEC nº 185, de 13/11/2013**. Aprova o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Matemática – Matemática na Prática, modalidade a distância. Dourados: UFGD, 2013e. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Resolução nº 98, de 12/08/2014. **In: Boletim de Serviço nº. 1661/2014**. Dourados: UFGD, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução COUNI nº. 120 de 25/09/2014**. Dourados: UFGD, 2014a. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/RESOLUCOES-COUNI/res%20120-2014-%20Planilha%20de%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20vagas%20docentedoc.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução COUNI nº 154, de 03/11/2014**. Altera a estrutura organizacional da UFGD, incluindo a Faculdade de Educação a Distância no organograma institucional. Dourados: UFGD, 2014b. Disponível em: <https://sistemas.ufgd.edu.br/boletim/pesquisa>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais**. Dourados. UFGD, 2014c. Disponível em: <https://portalead.ufgd.edu.br/wp-content/uploads/2014/01/PPC-Letras-Libras.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Resolução nº 84, de 28 de maio de 2015. In: **Boletim de Serviço nº 1852/2015**. Dourados: UFGD, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: 2013-2017. Dourados: UFGD, 2015. 320p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho. In: **PDI - 2013-2017**. Dourados: UFGD, p. 118, 2015a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Aspectos Financeiros e Orçamentários da UFGD. In: **PDI - 2013-2017**. Dourados: UFGD, p. 166-173, 2015b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Aspectos Financeiros e Orçamentários da UFGD. In: **PDI - 2013-2017**. Dourados: UFGD, p. 172, 2015c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Cursos e Vagas novas totais (Plano de Expansão) Graduação (EaD). In: **PDI - 2013-2017**. Dourados: UFGD, p. 114, 2015d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Dourados: UFGD, 2016. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/exercicio-2016/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Organograma da UFGD. In: **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Dourados: UFGD, p.33, 2016a. Disponível em: [http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17\(1\).pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17(1).pdf). Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Plano de Ação 2016-2019 – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. In: **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Dourados: UFGD, p.88, 2016b. Disponível em: [http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17\(1\).pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17(1).pdf). Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos. In: **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Dourados: UFGD, p.109, 2016c. Disponível em: [http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17\(1\).pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2016/16_Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016_UFGD_Vers%C3%A3o%20Final_17-04-17(1).pdf). Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução nº. 147 de 31/08/2017**. Dourados: UFGD, 2017a. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/RESOLUCOES-COUNI/Res.%20147-2017%20Incorpora%C3%A7%C3%A3o%20LEDUC%20e%20Letras-Libras%20ao%20Or%C3%A7amento%20da%20UFGD.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Ata da 76ª Reunião Ordinária do COUNI**: 31/08/2017. Dourados: UFGD, 2017b. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ATAS-COUNI/Ata-76_31-08-2017.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Resolução nº. 172 de 28/09/2017**. Dourados: UFGD, 2017c. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/RESOLUCOES-COUNI/Res.%20172-2017%20Cria%20curso%20de%20Letras%20Libras%20-%20bacharelado.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Ata da 77ª Reunião Ordinária do COUNI**: 28/09/2017. Dourados: UFGD, 2017d. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ATAS-COUNI/Ata-77_28-09-2017.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Resolução nº. 211 de 27 de novembro de 2017. **Boletim de Serviço nº. 2864/2017**. Dourados: UFGD: 2017e. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/boletins/2864.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Faculdades**. Dourados: UFGD, 2018. Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/faculdade/>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Relatórios do Enade – anos 2006 a 2014**. Dourados, 2018a. Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/secao/avaliacao-cursos-graduacao-cograd/enade>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Site Institucional** - Página oficial da EAD/UFGD. Dourados, 2018b. Disponível em: <http://portalead.ufgd.edu.br/>. Acesso em: 28 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Site Institucional** - Página oficial da EAD/UFGD. Dourados, 2018c. Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/faculdade/ead/index>. Acesso em: 28 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA (Unesco). **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: Visão e Ação – 1998. Paris, out. 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 28 set. 2018.

VASCONCELOS, Sergio Paulo Gomes de. **Educação a Distância**: histórico e perspectivas. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>. Acesso em: 28 set. 2018.

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elizabeth Farias da. A Universidade Virtual no Brasil. In: **Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe**. Quito, Equador: UNESCO, 2003.

VILELA, Tania Jucilene Vieira; SILVA, Rosineide da. Organização e gestão da EaD. **Acta Qualidade, Tecnologias e Educação a Distância**. Dourados: UFGD, v. 1, n. 3, p. 15-26 2018. ISSN versão Eletrônica/pen-drive 2595-3648.

ZUCKER, Lynne Goodman. Institutional Theories of Organization. **Annual Review of Sociology**, Los Angeles, v. 13, p. 443-464, 1987. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.so.13.080187.002303>. Acesso em: 28 set. 2018.

Fontes orais

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO. **Entrevista** concedida a Giselle Cristina Martins Real Dourados, MS, 19 jun. 2017.

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA. **Entrevista** concedida a Giselle Cristina Martins Real. Dourados, MS, 21 jun. 2017.

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Entrevista** concedida a Tania Jucilene Vieira Vilela. Dourados, MS, 06 nov. 2018.

REITOR (2006-2015). **Entrevista** concedida a Tania Jucilene Vieira Vilela. Dourados, MS, 18 nov. 2018.

APÊNDICES



APÊNDICE A - Memorando nº. _/2018/TJVV

De: Tania Jucilene Vieira Vilela

Mestranda do PPGEduc/FAED/UFGD

Para: _____

Senhor(a) Professor (a),

Cumprimentando-o cordialmente apresenta-se primeiramente a pesquisa intitulada “INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD): histórico, processos e fases”, objeto de estudo no Mestrado em Educação, sob a orientação da Prof.^a. Dr.^a. Giselle Cristina Martins Real, cujo objetivo é analisar o processo de institucionalização da Faculdade de EaD na UFGD, delineando o processo histórico de criação da EaD na UFGD até a constituição da Faculdade, bem como identificar atores, processos e estrutura da institucionalização e compreender avanços e limites da institucionalização da EaD na UFGD.

A metodologia utilizada está pautada em levantamento bibliográfico e análise de documentos institucionais e será uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. A coleta de dados para a investigação contou com duas fases: primeiramente os estudos bibliográficos, frutos das pesquisas realizadas nos endereços eletrônicos de acesso público de autores que trabalham com o tema escolhido e a segunda fase foi a pesquisa documental no âmbito da Instituição.

A proposta de investigação está vinculada ao projeto de pesquisa “Institucionalização da Educação Superior a Distância nas Instituições Federais de Ensino Superior da Região Centro-Oeste”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esta pesquisa contou com trabalho de campo onde foram entrevistados os gestores institucionais de cada uma das IFES participantes. Na UFGD foram colhidas informações com as Pró-reitorias determinadas e com a Direção da Faculdade de EaD, cujo dados já estão sendo aproveitados neste estudo.

Mestranda: Tania Jucilene Vieira Vilela – e-mail: rtrvilela4@gmail.com

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Giselle Cristina Martins Real - e-mail: gisellereal@ufgd.com.br

Pesquisa: “Institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): histórico, processos e fases”.



No entanto para conclusão dos trabalhos referente à Dissertação, está sendo necessária a entrevista com o senhor, considerando que exerceu o cargo de reitor no período de 2006-2015 e não sido entrevistado no momento da pesquisa mais ampla. Salienta-se que sua identidade será preservada e que o projeto de pesquisa em rede, apontado no parágrafo anterior, foi aprovado pelo Comitê de ética da UFG.

Assim após esta explanação, é solicitada a indicação de uma data e horário para a realização da entrevista a qual deverá ocorrer até o dia __ de _____ de 2018. Mas se for da sua preferência poderá fazer o preenchimento das questões de forma expressa para envio posterior por e-mail, mantendo a **data limite de _de ____ do corrente ano**. O roteiro das questões consta no anexo 1.

Destaca-se que os dados disponibilizados serão empregados para o desenvolvimento da pesquisa de modo a cumprir com os objetivos propostos, sendo utilizados com responsabilidade acadêmica científica que cabe a trabalhos dessa natureza.

Dourados, __ de _____ de 2018.

Tania Jucilene Vieira Vilela
Discente do PPGEd/FAED



APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

_____, o(a) senhor(a) está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD): histórico, processos e fases”. Meu nome é Tania Jucilene Vieira Vilela e sou mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED/UFGD e a Prof^a. Dr^a. Giselle Cristina Martins Real é a minha orientadora. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à mestrande. Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizado de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela mestrande ou pela orientadora, via endereços eletrônicos: (rtrvilela4@gmail.com e gcreal@terra.com.br) e, inclusive, por meio do seguinte contato telefônico da discente: (67) 9-9609-0341.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A justificativa para realizar a pesquisa está em analisar o processo a institucionalização da Educação à Distância (EaD), a qual foi integrada à UFGD, a partir de sua adesão ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Acordo de Cooperação n. 01/2010 com a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde um de seus objetivos visava a expansão da Educação Superior no país. A proposta de investigação está vinculada ao projeto de pesquisa “Institucionalização da Educação Superior a Distância nas Instituições Federais de Ensino Superior da Região Centro-Oeste”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Salienta-se que a pesquisa se encontra na fase de coleta de dados, possui uma abordagem qualitativa com levantamento bibliográfico, análise de documentos institucionais e entrevista com os gestores institucionais. Assim, os participantes da entrevista podem se sentir incomodados apenas com as perguntas realizadas, sendo que, caso não se sinta à vontade para responder, tem a liberdade de recusar a qualquer momento e hora. A participação na entrevista não causa nenhum risco à saúde ou bem-estar do entrevistado, o qual apenas irá responder as

Mestrande: Tania Jucilene Vieira Vilela – e-mail: rtrvilela4@gmail.com

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Giselle Cristina Martins Real - e-mail: gisellereal@ufgd.com.br

Pesquisa: “Institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): histórico, processos e fases”.



perguntas realizadas pelo pesquisador responsável. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a EaD na UFGD, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para a literatura da área, em que a mestranda se compromete a divulgar a Dissertação através do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED/UFGD.

A participação no estudo não acarretará custos assim como não será disponível nenhuma compensação financeira adicional, visto que a responsável pela pesquisa poderá encaminhar via e-mail os formulários de acordo com sua melhor conveniência. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões éticos que cabem às pesquisas científicas e não haverá identificação sua em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Após estes esclarecimentos, solicita-se o seu consentimento de forma livre para participar da pesquisa.

Dessa forma preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu,

.....,
inscrito (a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa da Dissertação de Mestrado em Educação intitulada “INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD): histórico, processos e fases”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável na UFGD, Tania Jucilene Vieira Vilela, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação na Dissertação de Mestrado acima descrita.

Dourados, de de

Mestranda: Tania Jucilene Vieira Vilela – e-mail: rtrvilela4@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giselle Cristina Martins Real - e-mail: gisellereal@ufgd.com.br

Pesquisa: “Institucionalização as Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): histórico, processos e fases”.



Assinatura por extenso da participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

Mestranda: Tania Jucilene Vieira Vilela – e-mail: rtrvilela4@gmail.com

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Giselle Cristina Martins Real - e-mail: gisellereal@ufgd.com.br

Pesquisa: “Institucionalização as Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): histórico, processos e fases”.